UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
CAMPUS DE BAURU

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL: O MODELO DE BAURU-SP

JOSÉ ROBERTO MORAES DOS SANTOS

BAURU - 1996

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

CAMPUS DE BAURU

UNESP - CAMPUS DE BAURU
BIBLIOTECA - UNESP CAMPUS BAURU

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL: O MODELO DE BAURU-SP

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação "Projeto, Arte e Sociedade" - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional - Assentamentos Humanos, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru, como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. NEUTON DEZOTTI

JOSÉ ROBERTO MORAES DOS SANTOS

BAURU - 1996

N.º 594
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

HOMENAGENS

À aqueles que já se foram, mas permanecem vivos em minha memória, **meus pais**, por me terem gerado e presenteado com o dom mais importante, a vida. Por terem guiado meus primeiros passos e incentivado a ser, sobretudo "Gente".

À minha querida esposa **Cariene** pelo carinho, tolerância e, acima de tudo compreensão, estímulo e apoio, sem os quais jamais atingiria esta meta.

Às minha estimadas filhas, sangue do meu sangue:
Karina, Káthia e Karen, razões de meu viver.

À minha principal alegria nesta curva da vida, minha amada neta **Sofia**, a Jóia mais preciosa.

Aos meus queridos irmãos, **José Maria, José Luiz** e **Lúcia Terezinha**.

AGRADECIMENTOS

São Lucas: 16, 11 a 18.

"Sempre em caminho para Jerusalém, Jesus passava pelos confins da Samaria e da Galiléia. Ao entrar numa aldeia, vieram-lhe ao encontro dez leprosos, que pararam ao longe e elevaram a voz, clamando: "Jesus, Mestre, tem compaixão de nós!". Jesus virou-se e disse-lhes: "Ide, mostrai-vos ao Sacerdote. "E quando eles iam andando, ficaram curados. Um deles, vendo-se curado, voltou, glorificando a Deus em alta voz. Prostrou-se aos pés de Jesus e lhe agradecia. E era um samaritano. Jesus lhe disse: "Não ficaram curados todos os dez? Onde estão os outros nove? Não se achou senão este estrangeiro que voltasse para agradecer a Deus?..."

Não queremos ser como os nove leprosos do Evangelho.

Todo o trabalho que tivemos, nesta fase de idade em que nos encontramos, exigiu e demandou incomum esforço. Muita perseverança e, sobretudo, carinhosa dedicação, para se chegar a esta dissertação.

Entretanto, não fôra o apoio recebido de inúmeras pessoas gradas não teríamos chegado aos resultados que aqui apresentamos.

Portanto, este é o momento de agradecer, a todos quanto, de uma forma ou de outra somaram esforços com nossa insigne pessoa, em especial:

- a **Deus**, que paira acima de tudo e de todos, a quem devemos o dom mais precioso, a intensa e profícua vida que levamos.

- ao **Professor Doutor Neuton Dezotti**, do Curso de Pós-Graduação "Projeto, Arte e Sociedade", pela segura e precisa orientação que indubitavelmente ensejou e viabilizou esta pesquisa e as conclusões a que chegamos.

- ao **Professor Doutor Lúcio Grinover**, que além de mestre do curso, foi o orientador das primeiras pesquisas realizadas.

- à Secretaria dos Negócios Jurídicos, Secretaria do Planejamento e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - **SEMMA**, do Município de Bauru pelas atenções e cessão das leis municipais sobre o assunto do trabalho.

- à **Polícia Militar Florestal**, pelos subsídios fornecidos e que compõem a dissertação.

- À **Curadoria do Meio Ambiente** da Comarca de Bauru.

- Ao Escritório Regional da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - **CETESB**.

RESUMO

A preocupação do presente trabalho, após o estabelecimento de sua estrutura em moldes científicos e a formulação de seus objetivos, foi a de, inicialmente realizar, através de pesquisas, o levantamento do material bibliográfico básico e de toda a legislação sobre o Meio Ambiente, que viesse a abranger os níveis de competência da União, do Estado de São Paulo e do Município de Bauru-SP.

Após a leitura e análise da literatura apurada sobre o assunto, iniciou-se o desenvolvimento do tema: A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL - O MODELO DE BAURU-SP.

Entendeu-se que era necessário de primeiro plano, falar-se da preocupação como o Meio Ambiente encontrada até na literatura não ortodoxa, numa clara demonstração de que a apresentação hoje é mundial. Fez-se isto no Capítulo I.

Em seguida o trabalho foi direcionado para estabelecer algumas noções preliminares sobre o tema, particularmente para esclarecer os termos que o envolvem e, dessa forma, tornar mais claro os seus propósitos, como se pode observar no Capítulo II. No Capítulo III foi inserido um histórico sobre cada elemento da temática.

No Capítulo IV, subseqüente, foram relacionadas com suas ementas todas as normas, com suas variedades, sobre o Meio Ambiente, de competências da União, do Estado de São Paulo e do Município de Bauru-SP. Para não tornar a dissertação exaustiva, pinçou-se algumas normas de relevância, federais e estaduais para serem analisadas,

comentadas e comparadas, apenas a título de amostragem. Deixou-se as de origem do Município de Bauru-SP. Para um estudo a parte, o que veio a ocorrer no Capítulo V, em razão de ser este o foco central da proposição que encerra todo o estudo encetado.

Comentários sobre as leis ambientais do Município de Bauru estão no Capítulo VI com a proposição final para a elaboração de uma legislação eficiente - um método para a preservação do Meio Ambiente: um código ambiental para o Município de Bauru.

ABSTRACT

Having its structure scientifically fixed, this paper ains at collecting the basic bibliographic material and the whole legislation about the Environmente, reaching the competence levels of Union, São Paulo State and Bauru-SP town.

After reading and analysing the literature found out on the subject, we started developing the theme: Brazilian Legislation and Environment: Municipal Competence Importance - The model of Bauru-SP.

Assumed that it was necessary first of all to speak of worrying about Environment, we wrote Chapter I showring clearly that this is na uneasy feeling shared all over the world even in the non - orthodox literature.

Afterwards the work was directed foward some preliminary notions on the theme, particularly in order to make the involved terms clear and this elucidate its purposes, as we can see in Chapter II. In Chapter III: it was included a history about each topic element.

In Chapter IV subsequently, all the rules supon Environment with their summaries, their varieties competing to Union, São Paulo State and Bauru-SP toun were reported. Some relevant federal and state rules were picked up to be analysed, commented and compared only as a sample.

The rules concerning Bauru-SP town were left aside to be discussed in Chapter V, since they are the main focus of this research.

Comments on the environment laws of Bauru town stand in Chapter VI with the final proposal to prepare an eficient legislation - a model for the Environment preservation: an Ambiental Code for Bauru town.

SUMÁRIO

HOMENAGENS.....iii
AGRACECIMENTOS.....iv
RESUMO.....vi
ABSTRACT.....viii

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I : A preocupação com o meio ambiente.....10

CAPÍTULO II: Noções preliminares sobre o tema: Legislação - Meio e Ambiente - Meio Ambiente - Direito Ambiental.....26
1 - Introdução.....26
2 - Legislação.....27
2.1 - Conceituação.....27
3 - Meio e Ambiente.....29
3.1 - Meio.....29
3.2 - Ambiente.....31
3.3 - Meio Ambiente.....32
4 - Conclusão.....36

CAPÍTULO III: Noções históricas sobre: Legislação, Meio Ambiente e Direito Ambiental.....39
1 - Introdução.....39
2 - Legislação.....40
3 - Meio Ambiente.....44
4 - Direito Ambiental.....53
5 - Conclusão.....56

CAPÍTULO IV: Levantamento da legislação existente: na União - no Estado de São Paulo - no Município de Bauru-SP.....58
1 - Introdução.....58
2 - Cronologia e comentários das normas.....60
2.1 - Legislação de Competência Federal.....60
2.2 - Legislação de Competência Estadual São Paulo.....103
2.3 - Legislação de Competência Municipal Bauru-SP.....117
3 - Conclusão.....120

CAPÍTULO V: Resultados.....121
1 - Introdução.....121
2 - Comentários sobre a legislação constitucional federal.....124
2.1 - Carta de Tomé de Souza (Brasil Colônia).....124
2.2 - Constituição de 1824 (Brasil Império).....124
2.3 - Constituição de 1891 (República).....125
2.4 - Constituição de 1934 125
2.5 - Constituição de 1937.....125
2.6 - Constituição de 1946.....125
2.7 - Constituição de 1967.....126
2.8 - Constituição de 1969.....126
2.9 - Constituição de 1988.....127
3 - Comentários sobre a legislação ordinária federal.....129
3.1 - Decreto nº 24643/34.....130
3.2 - Lei nº 3924/61.....132
3.3 - Lei nº 4771/65.....132
3.4 - Decreto Lei nº 289/77.....133
3.5 - Decreto Lei nº 1403/75.....134
3.6 - Decreto Lei nº 1809/80.....134
3.7 - Decreto nº 97946/89.....135
3.8 - Decreto nº 1298/94.....135

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

3.9 - Lei nº 9055/95.....136
4 - Comentários sobre a legislação constitucional do Estado de São Paulo.....137
5 - Comentários sobre a legislação ordinária do Estado de São Paulo.....138
5.1 - Lei nº 118/73.....139
5.2 - Lei nº 7750/92.....139
5.3 - Decreto nº 14806/80.....140
5.4 - Decreto nº 24932/86.....141
6 - Conclusões.....141

CAPÍTULO VI: Comentários sobre as leis ambientais do Município de Bauru.....143
1 - Introdução.....143
2 - Legislação existente.....144
2.1 - Lei nº 2423/82.....144
2.2 - Lei Orgânica do Município de Bauru.....145
2.3 - Lei nº 3089/89.....146
2.4 - Lei nº 3310/91.....147
2.5 - Lei nº 3372/91.....147
2.6 - Lei nº 3832/94.....147

PROPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....148

CONCLUSÕES FINAIS.....153

BIBLIOGRAFIA.....162

INTRODUÇÃO

Desenha-se nos horizontes da sociedade humana, um quadro dantesco. Problemática de equacionamento complexo e difícil, porém de solução não de toda impossível no mundo contemporâneo.

A natureza, estóica e passivamente, ao longo de milhares de anos suportou as agressões que lhe foram assacadas pelo homem, seu maior predador.

Ocorre agora uma verdadeira reviravolta. Exaurida vinga-se de seus detratores: secam-se os mananciais, rareia a água potável, amplia-se o processo de desertificação, desaparece a vegetação, cai a produção de alimentos; muitas espécies da riquíssima fauna terrestre estão extintas ou em processo de extinção. Os grandes rios estão totalmente poluídos. O mesmo ocorre com os oceanos e mares. A atmosfera está pesada; ruídos ensurdecedores atormentam os seres viventes.



A poluição ambiental, em suas múltiplas facetas, abate-se sobre a humanidade, como uma das bestas do Apocalipse, fazendo decair muito a qualidade de vida e tornando-a em certas áreas insuportável, quiçá impossível... Surgem doenças aterradoras que vão ceifando vidas preciosas. Epidemias ameaçam a própria existência da espécie humana.

O que fazer para se reverter este quadro de cores tão lúgubres e trágicas?

A saída, entre tantas outras, está principalmente na educação que infelizmente e, em termos de Brasil, não encontra ressonância entre os poderes constituídos.

Particularmente antes do estudo da problemática, ao nível da Pátria Brasileira, que é o que interessa, é preciso ponderar que esta é uma nação continente. Detentora de 8.511.965 Km^2, com 150 milhões de habitantes (recenseamento de 1990). A quarta em proporção de terras contínuas do planeta. Não apresenta acentuados acidentes geográficos, nem o fatalismo dos grandes desastres tectônicos. É um dos países mais irrigados do globo. Possuidor de grandes reservas naturais como a Floresta Amazônica, o Cerrado Brasileiro, o Pantanal e outras, que precisam ser preservadas. Não á maneira de *"certos"* interesses alienígenas, que as querem intocáveis e internacionalizadas, mas usadas racionalmente pelo povo tão frustrado e desiludido que a habita.

Tais riquezas serviriam, não há dúvidas, para erradicar a miséria e a ignorância, *câncer* que assola, desvirtua e massacra sua população menos favorecida, que segundo as estatísticas compreende em torno de 60 milhões de brasileiros, que, lamentavelmente, "deitados em berço, esplêndido", vivem na miséria e abandono.

O assunto da dissertação é o Meio Ambiente, não há o que se falar do social. Entretanto, tal abstração se faz necessária para uma melhor compreensão do problema.

Como falar de leis, que protejam o Meio Ambiente, a um povo que não tem pão na mesa? Nem escolas para seus filhos? Não tem

hospitais para seus doentes e nem um sistema nacional de prevenção de moléstias? Bem por isso, nos anos 80, o Brasil foi denominado *"uma nação de doentes"* pela O.M.S. Aqui não se fala em medicina preventiva pois não dá dinheiro, só na curativa. Esta, sim, tem enriquecido a muitos! Não há segurança nas ruas. Apresenta os maiores índices de criminalidade do mundo, amargo fruto da ignorância em que nos vimos imergidos. Aqui não se fala em prevenção pela educação. Só na prática da repressão como solução. Apresenta um dos maiores índices de mortalidade infantil do mundo. É o campeão mundial do acidente de trânsito rodoviário e do acidente do trabalho, desgraças que apocalipticamente se abatem sobre seus filhos. É paradoxal este trabalho cujo objetivo é cuidar da LEGISLAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE!

Entretanto, a preocupação com o Meio Ambiente, no mundo de hoje, é também prioritária e razão de extrema apreensão. Uma das, soluções está nas leis. Leis adequadas à nova realidade. Leis racionais, bem elaboradas, mas que sejam aplicadas e não fiquem só no papel. Será um componente a mais para a equação complicada com que se depara a humanidade neste final do segundo milênio.

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo **Feldman e outros** (1992, introdução):

> *"Nos últimos anos cresceu em todo o planeta uma atitude de defesa da Natureza e que podemos chamar, generalizando, de ecologismo ou ambientalismo.*
> *Não será exagerado afirmar que a ecologia e o interesse individual e coletivo pelos assuntos que lhe dizem respeito são características mais fortes deste final de século. O próximo século será, certamente, a era da procura do equilíbrio do homem no grande ecossistema Terra"...*

unesp

O que fazer? Como fazer? Como alterar comportamentos no dia-a-dia? E principalmente, como acompanhar a evolução rápida do ambientalismo?

O Meio Ambiente, entendido como algo inseparável do homem, vem nos últimos tempos preocupando sobremaneira a população humana de nosso combalido planeta.

Sobram razões para tal inquietação, conforme se pode observar das palavras iniciais da introdução.

Acorda o animal racional, o maior predador da natureza, quiçá um pouco tarde, mas talvez ainda em tempo, para uma consciência ecológica e respeitadora do Meio Ambiente.

Dá conta de que a maioria dos recursos naturais do planeta azul, dos quais é dependente, são exauríveis. Exemplos os há e muitos: petróleo, recursos florestais e minerais e o último e mais impressionante, a água potável que, a passos largos vem desaparecendo. O problema é tão grave, que até alguns cientistas vem afirmando que no próximo milênio, a água potável custará a peso de ouro. E água é vida! A própria ONU, diante de tão grave situação que se desenha nos horizontes da sociedade humana, criou o Dia Mundial da Água e, inclusive compilou a *Declaração Universal dos Direitos da Água.*

Para qualquer lugar que se volte, encontrar-se-á alguém agredindo a natureza. São as derrubadas indiscriminadas das florestas, a destruição das matas ciliares e dos mananciais, as absurdas e primitivas queimadas que calcinam o solo, as vossorocas provocadas pela retirada da capa vegetal protetora, o buraco na camada de ozônio e tantos outros.

O problema é tão sério que num primeiro momento se caracteriza como praticamente irreversível.

Como irá o homem resolver esta equação?



É sabido que no Estado, a *nação politicamente organizada*, um de seus mais comezinhos conceitos, se registra o império das leis.

Dessa forma entende-se que o melhor meio de se conter essa irracionalidade, que vem acarretando imensuráveis prejuízos ao Meio Ambiente e danosas consequências à própria vida de todas as espécies que arranham os costados do planeta, é a LEGISLAÇÃO precedida pela educação. Leis eficazes e severas, que se apliquem igualmente a todos, sem distinção de classe, raça, cor, credo e origem.

Preceitos formulados nos três níveis de competência (federal, estadual e municipal), que não redundem, nem colidam, nem ensejem a impunidade, mal que também lamentavelmente assola este país e que se adequem a nossa realidade do povo ainda em formação.

É o que pretende e sugere o presente trabalho, neste campo em que tantos hoje estão a garimpar. Não se deseja ser original. Isto é praticamente impossível, pois a problemática vem causando inquietação e fica aqui caracterizada: a crescente preocupação com o Meio Ambiente, como forma de se preservar o dom mais precioso, a vida em todas as suas formas, e aperfeiçoar sua qualidade, partindo-se da macrovisão e gênese legal a nível de nação e concluindo-se com a específica e microvisão da menor escala de competência legal - o Município -, onde a problemática é diretamente sentida pela população, selecionando-se o caso de Bauru-SP, para modelo e exemplo.

PROPOSIÇÃO E OBJETIVOS

Identificado o problema, o passo subsequente foi o de, através de pesquisas e estudos, encontrar soluções por meio da legislação existente nos três níveis de competência: federal, estadual e municipal.

Delineou-se assim, de modo singular, os propósitos e objetivos desta dissertação, na esperança de que possa ou venha a se constituir em formas de equacionamento para o interrogante Meio Ambiente.

Vão aqui, com certa pretensão e arroubo enunciados:

- proceder ao levantamento de material bibliográfico e da legislação existente sobre o Meio Ambiente, a nível nacional, estadual (restrito ao Estado de São Paulo) e municipal (ao Município de Bauru-SP);
- proceder a leitura da legislação apurada durante a pesquisa e realizar uma análise comparada da mesma nos níveis de competência;
- proceder a verificação da aplicabilidade da legislação existente e analisar sua adequação à realidade brasileira;
- demonstrar a necessidade de se escoimar os excessos legisferantes existentes, obedecida a hierarquia das leis, como contribuição para um melhor ordenamento jurídico e aperfeiçoamento da legislação brasileira sobre o Meio Ambiente;
- propor, após acurado estudo um anteprojeto de Código Ambiental para o município de Bauru, a partir da reunião da esparsa legislação existente sobre o assunto, como modelo para os demais municípios.

MATERIAIS E MÉTODOS

- MATERIAIS

Em se tratando de problema essencialmente teórico o principal material utilizado no desenvolvimento da dissertação foi a literatura publicada sobre o assunto.

Entretanto, não se ficou atrelado a livros. Foram vistos artigos publicados em revistas especializadas ou não, em jornais, periódicos, folhetos, em resumo, em toda a publicação efetuada nos últimos tempos sobre o Meio Ambiente e sobre os quais teve-se o conhecimento e acesso. Muita coisa passou desapercebida, mas de todo o material manipulado e, onde encontrou-se o mínimo que fosse de contribuição para o desenvolvimento do trabalho, foi tirado todo o proveito possível.

Outro instrumental para o qual apelou-se foram as entrevistas com *"experts"* em áreas determinadas e, em relatórios e informações de diversos órgãos e instituições oficiais, dentre eles: CETESB, SEMA, Secretaria do Meio Ambiente do Município de Bauru, Curadoria do Meio Ambiente da Comarca de Bauru, Batalhão da Polícia Florestal e pessoas envolvidas com o assunto.

Portanto, pode-se afirmar que o material empregado nas pesquisas, estudos e desenvolvimento da presente dissertação foram da seguinte ordem:

- literatura especializada publicada sobre Meio Ambiente, Ecologia, Natureza;

- literatura secundária, mas que continha alguma referência, mesmo um pequeno excerto, capítulo, voltado para o problema em foco;

- literatura jurídica sobre o Meio Ambiente;

- artigos, monografias e outras publicações feitas em revistas comuns e especializadas, em jornais, periódicos e relatórios;

- entrevistas com especialistas do campo de pesquisa ou autoridades dirigentes de órgãos ou entidades envolvidas com o assunto Meio Ambiente;

unesp

- processos jurídicos que estão tramitando sobre ocorrências na área do Meio Ambiente; e

- boletins de ocorrências e autos de multas, lavradas contra infratores do campo do Meio Ambiente.

Este foi todo o instrumento material empregado no presente trabalho. Quanto à literatura pesquisada, que corresponde a mais de 80% de todo o material analisado, maiores detalhes serão encontrados nas referências bibliográficas.

- MÉTODOS

Sendo a metodologia, na sua acepção mais vulgar, "a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade", não se pode da mesma prescindir em qualquer trabalho em que se pretenda um certo rigor científico.

Na presente dissertação não se fugiu a tais postulados e, para tanto, analisada a natureza da pesquisa, suas propostas e metas, estabeleceu-se os caminhos a serem obedecidos.

Não foi esquecido que a abordagem do assunto é essencialmente teórica, conforme ficou observado, quando aqui se tratou dos materiais da pesquisa.

Assim cumprida a etapa do levantamento de todo o material bibliográfico, legislação editada e publicações diversas que interessavam ao desenvolvimento do assunto, foi estabelecido o ***"iter"*** a ser obedecido para se alcançar os objetivos colimados.

- **seleção das fontes**: preocupação primeira, todo o material bibliográfico encontrado em bibliotecas públicas e particulares e e livrarias às quais se teve o devido acesso, assim como publicações secundárias ou mesmo terciárias sobre o assunto;

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

- **seleção do material**: foram somente separados os que efetivamente interessavam e pudessem atender e alicerçar a a proposta contida na temática;

- **leitura do material e anotações**: foram dispendidas muitas horas de leitura, sem dúvida a *"arma principal"* no desenvolvimento do trabalho e, tudo o que fosse proveitoso foi devidamente anotado em fichas;

- **entrevistas e visitas**: além dos estudos de todo o material coletado, recorreu-se também a entrevistas e "bate papos" com experts no assunto, assim como visitas à instituições públicas que zelam pelo problema em nível estadual e municipal, onde foram ouvidas também algumas autoridades que se encontravam a frente daquelas instituições; e

- **desenvolvimento da redação**: cumprida esta cronologia metodológica, partiu-se para o desenvolvimento da dissertação, com a discussão dos resultados, às conclusões a que se chegou e sugestões, escopo principal e final da redação.

CAPÍTULO I

A PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Nas pesquisas encontradas no campo da literatura, marcadamente jurídica, pois a natureza da dissertação é clara: A Legislação Brasileira e o Meio Ambiente, foram lidos outros livros não específicos sobre matéria legal.

Há muita coisa interessante tratada nesta literatura não ortodoxa. Entretanto são deveras importantes para o estudo que se empreendeu, pois apresentam ângulos com os quais o autor jurídico não se preocupou. E nem deveria se preocupar.

Enriquece sobremaneira o trabalho e, ao mesmo tempo, demonstra cabalmente que a preocupação com o problema ambiental não é só jurídica, como também não é nova. Há autores e autores, das mais variadas áreas, preocupados com a problemática, os quais se aventuram a

colocar em suas obras alguns excertos sobre o assunto. Nalguns casos, até capítulos ou obras inteiras. Não demonstram preocupações legais, mas com os destinos da humanidade que, a cada dia que passa, principalmente neste campo tão importante para a vida como um todo, vai se emaranhando numa problemática de funestas consequências. Muitos até filosofam profundamente sobre o assunto.

Alguns são autores relativamente antigos, o que denota que para os dotados de maior descortínio e de uma visão humanitária, cujos alicerces estão desassombrosamente no amor ao seu semelhante e no respeito ao precioso dom da vida em suas múltiplas formas, deixam muito claro que a preocupação não surgiu recentemente. Estes visionários já a haviam detectado, há muito tempo.

Por que? Eles nos ajudam até poética e literalmente a entender a importância do assunto e a necessidade de uma legislação racional que seja respeitada pelos membros da sociedade.

Não cabe aqui nem a desculpa, pois não seria verdadeira de que há escassez de literatura na área da legislação sobre o Meio Ambiente. Pelo contrário ela é extremamente farta. Como já foi dito é o grande *"coqueluche"* do momento. Campo novo e fértil em que muitos desejam se aventurar.

Além de preciosas informações que fornecem, ajudam na formulação de conceitos e de uma sensibilidade ecológica, contribuindo para a formação de uma nova mentalidade, que parte do saber que o planeta azul, em cujos costados habitamos, é exaurível e tem suas limitações. Em razão disto, tem que ser respeitado não só por uma imposição legal, mas pelo amor que todos lhe devem devotar e, também, por se tratar de herança das gerações, humanas ou não, porvindouras.

Pinça-se, portanto alguns trechos desta literatura que vão inseridos no contexto deste trabalho, como informações que despertam nos corações, em razão de sua delicadeza, uma preocupação maior com a

unesp

natureza da qual também o ser humano faz parte e da qual não pode, por uma questão de sobrevivência, prescindir.

Não se estabeleceu uma cronologia para tais citações. Começa-se por analisar um trecho de um dos mais antigos livros do mundo, a Bíblia.

Conforme, S. MATEUS (60 D.C.):

> *"Portanto, eis que vos digo: Não vos preocupeis por vossa vida, pelo que comereis, nem por vosso corpo, com vos vestireis. A vida não é mais do que o alimento é o corpo não é mais do que as vestes? Olhai as aves do céu: não semeiam nem ceifam, nem recolhem nos celeiros e vosso Pai celeste as alimenta. Não valeis vós muito mais que elas? Qual de vós por mais que se esforce, pode acrescentar um só côvado à duração de sua vida? E por que vos inquietais com as vestes? Considerai como crescem os lírios dos campos, não trabalham, nem fiam. Entretanto, Eu vos digo que o próprio Salomão no auge de sua glória não se vestiu como um deles."*

É patente nesta passagem que a Providência Divina sempre assistiu e assiste ao homem em qualquer situação ou circunstâncias. E, que não deve se preocupar nem com as coisas mais triviais. Isto é papel do Criador da vida.

Ao homem compete, e esta é a sua grande missão, cooperar com a obra da criação com brandura, sem desesperos, com confiança inquebrantável e a convicção de que é somente um *"passageiro"!*

Deve porém ser prudente. Não desperdiçar, mas preocupar-se mais com valores espirituais e morais.

Observa-se, o que é fundamental nesta passagem do Novo Testamento, que os bens materiais, por uma dádiva dos céus,

alimentos e vestes, serão fornecidos pela própria natureza. Isto entendido, quando se a respeita racionalmente, lembrando de que o bem é de todos.

É, portanto, a natureza a grande provedora da vida. Com sua morte sustenta a vida.

Consoante **Campbell** (1992, p. 47):

> *"...A vida consiste em comer outras criaturas. Você não pensa muito a respeito quando faz uma boa refeição, mas o que está fazendo é comer algo que há pouco estava vivo. E quando você olha para a bela natureza e vê os passarinhos saltitando daqui para ali... estes estão comendo coisas. A serpente é um canal alimentar que se move, isso é tudo. Ela lhe dá aquela sensação primária de espanto, da vida em sua condição mais primitiva. Não há absolutamente o que discutir, com esse animal. A vida vive de matar e comer a si mesma, rejeitando a morte e renascendo, como a lua."*

Com a sabedoria com que Campbell trata do assunto, leva a concluir-se que a morte de uns é uma condição de sobrevivência de outros.

O homem desde que surgiu na face da terra, provavelmente há uns 250 mil anos, e também todo ser vivente, até os que o antecederam, matam, predam, destroem, para sobreviver.

Equação complicada que, com o avanço da civilização humana e, em particular nos últimos tempos, tem acelerado o processo que está periclitando o dom maior e mais precioso, a vida!!!

Em **Guy de Laurigaudie** (1970, p. 32), temos um balizamento:

> *"Não compreendemos nada de nada. Há tanto mistério no crescimento de um grão de trigo, quanto no movimento das estrelas. Mas bem sabemos que somos*

unesp

os únicos capazes de amar, e é por isso que o menor dos homens é maior que todos os mundos reunidos".

Nada se consegue explicar, tudo se envolve numa bruma de mistério.

Novamente **Campbell** (1992, p.23)

Moyers: *"Não há dúvida de que nós, modernos estamos despindo o mundo de suas revelações naturais, da própria natureza. Penso naquela lenda pigméia do menino que encontra na floresta um pássaro de belo canto e leva-o para casa"*

Campbell: *"Ele pede ao pai que traga alimento para o pássaro, mas este lhe diz que não pretende alimentar um simples pássaro, e mata-o . A lenda diz que o homem matou o pássaro, com o pássaro matou a música e com a música matou-se a si mesmo. Caiu morto, completamente morto e morto permaneceu para sempre."*

***Moyers**: "Isso não é uma história sobre o que acontece quando seres humanos destroem seu ambiente? Destroem seu mundo? Destroem a natureza e as revelações da natureza?"*

Campbell: *"Destroem sua própria natureza, também. Matam a música."*

Lamentavelmente o que até o momento, em nossa maioria fizemos com o planeta azul, nosso ninho, nossa casa, nosso lar...

A finalidade de toda legislação indubitavelmente é coibir todo abuso e cercear os excessos. Até recentemente pouco nos preocupavam os problemas do Meio Ambiente e sua galopante degradação.

A matéria prima que a *Mãe Terra* nos dava parecia não ter fim. Era, inesgotável a nossa visão de homens apequenados, homens

com *h* minúsculo. Não nos preocupava o futuro e muito menos a sorte das gerações vindouras.

Mesmo com os alertas de muitos cientistas, como por exemplo sobre o *"efeito estufa"*, a falibilidade de nosso planeta não era percebida pelos homens. O TER era mais importante que o SER e, para atingir tal desiderato, não tinham o mínimo escrúpulo. O importante era satisfazer os seus interesses, sem preocupação com os outros. A natureza, dada a sua passividade, pagou o tributo mais pesado.

A espécie humana sempre dependeu do Meio Ambiente em que esteve inserida. Até sua sobrevivência se vincula à natureza, pois dela extrai o alimento, o vestuário, o remédio, as fontes energéticas, o ar que respira, a água da fonte que a dessedenta, em resumo, sem os recursos que o Meio Ambiente lhe oferece, não teria condições de sobreviver. O grau de dependência não é só dos mais intensos, é total.

Enquanto a população dos inúmeros grupamentos sociais, que foram surgindo por toda a face da Terra, era rarefeita, o homem se dava ao luxo, na medida em que se esgotavam os bens da natureza, de mudar-se para outras paragens, vivendo como nômade. Mas na medida em que se adensou demograficamente, ampliou seu cabedal de conhecimentos e passou a dominar e manipular determinadas técnicas. Começou a se fixar nos locais que lhe proporcionavam melhores condições de abrigo, proteção, segurança, alimentação, lazer e outros. Foi quando, após a longa noite do tempo, se apercebeu finalmente da finitude e não renovação de muitas matérias primas de que precisava para atender suas necessidades mais primárias. Foi o despertar... Verdadeiro choque que o levou a acordar para os problemas da natureza que face a não renovação de determinados elementos, a levaria a se exaurir.

Passou a se preocupar e dessa forma surgiu a Legislação sobre o Meio Ambiente. A princípio esparsa. Uma lei tímida aqui outra acolá, como iniciativa dos mais preocupados com o problema, até desaguar nesta avalanche e prolixidade de leis de toda ordem em que hoje

mergulhamos. Isto sempre foi muito natural na espécie humana. Caminha despreocupada em direção ao precipício. Quando se apercebe, parte para o extremo oposto. Radicaliza-se, após certo tempo de reflexão e amadurecimento, até chegar ao bom senso do meio termo. Sempre foi assim e assim sempre o será. É como no dito popular: *"só se fecha a porta, depois que o ladrão entrou!"*

Custamos a entender que a terra também é falível e que por tais razões não podemos abusar de seus recursos. Há que se ter racionalidade na sua exploração e aproveitamento, pois tais bens pertencem às gerações passadas, pertencem às presentes e pertencerão às futuras. Poderá atender a todas as gerações da espécie humana que por aqui passarem, desde que tenha tino.

É de **Millor Fernandes** (1972):

> *"Não sei qual a idade da humanidade, mas que ela já tem idade para ter juízo, tem!".*

As regras estabelecidas devem ser cumpridas a qualquer custo, não importando os sacrifícios que nos imponham, pois devem se contrapor ao egoísmo humano.

Os povos do mundo vêm, aceleradamente, inserindo, em suas legislações, capítulos e capítulos legais sobre o Meio Ambiente, no afã de cessar os abusos e salvar o planeta azul, que é de todos os que por ele peregrinam, sonham e se vão fugazmente.

Felizes as ponderações de **Freitas e Freitas** (1990, p. 11):

> *"Nos últimos dez anos assiste-se em todo o mundo, e no Brasil particularmente, uma crescente preocupação com a defesa do meio ambiente. Movimentos ambientalistas, protestos, associações, plataformas políticas, propostas*

governamentais, enfim uma série de iniciativas objetivando a proteção da natureza. Como se todos independentemente de ideologia política se dessem conta da necessidade de manter-se o equilíbrio ecológico, sob pena da mais completa deterioração da qualidade de vida."

E o chamado de **Saint Exupery** (1972, p. 2):

"Mais coisas sobre nós mesmos nos ensina a terra que todos os livros. Porque nos oferece resistência. Ao se medir com um obstáculo o homem aprende a se conhecer; para superá-lo, entretanto, ele precisa de ferramenta. Uma plaina, uma charrua. O camponês, em sua labuta, vai arrancando lentamente alguns segredos à natureza; e a verdade que ele obtém é universal."

E, ainda que nos diz **Toth** (1959, p. 80):

"Na flora e na fauna não existe pessoa, e portanto não há, como se diz, delinquente judicial. Bom ou mau, permitido e proibido, pecado e virtude são conceitos desconhecidos ali. Você tem toda a razão julgando que se um homem se comportasse para com o outro como a flor do diabo, a rafflesia ou o bagre, ele seria sem dúvida um mentiroso, um fraudulento. Quando observamos, todavia, na fauna e flora, os astutos estratagemas que servem para defesa da vida e para obter o sustento, desperta-se em nós, mesmo ante estas verificações, grande respeito e veneração para com o Criador, que com tanta solicitude vela por suas criaturas."

Mais ainda e, novamente **Campbell** (1992, p. 18):

Moyers: *"O poeta Yeats achava que estamos vivendo o último dos grandes ciclos cristãos. Seu poema "A segunda vinda" diz: "Girando e girando na volta que se amplia/ O falcão não pode ouvir o falcoeiro;/ As coisas se desmancham, o centro não pode reter;/ A anarquia solta se espalha sobre o mundo, / A onda de sangue escurecido se desatou e por toda a parte/ A cerimônia da inocência naufragou". Que é que você vê caindo" na direção de Belém, para nascer?"*

Campbell: *"Não sei o que vem por aí, não mais do que Yeats sabia, mas o final de um ciclo e início de outro é sempre tempo de sofrimento e turbulência. A ameaça que sentimos, que todos sentem... bem, temos essa noção do Armagedon que se aproxima não é mesmo?"*

Moyers: *"Eu me tornei a Morte, o Destruidor de mundos", disse Oppenheimer quando viu explodir a primeira bomba atômica. Mas você não acha que será o nosso fim, acha?"*

Campbell: *"Não será o fim. Talvez venha a ser o fim da vida neste planeta, mas isso não é o fim do universo. É só uma explosão atoa, comparada a todas as explosões que estão ocorrendo em todos os sóis do universo. O universo é um punhado de explosivas fornalhas atômicas, como o nosso sol. Portanto, esta é só uma pequena imitação da coisa toda."*

Ao lermos estas transcrições nos apercebemos, mais e mais, de nossa falibilidade, da delicadeza da vida, mero piscar de luzes, que de tudo depende, principalmente da mãe terra, que nos acolheu na vida e nos acolherá, agasalhando em seu ventre, na morte!

Pendente sobre todos nós, seres viventes: homens, animais, vegetais, existe e, enquanto por aqui estivermos, existirá uma

"espada de Dámocles", com o poder de vida e de morte sobre cada um de nós, uma imposição da própria natureza. A história de cada um será escrita por cada um, da melhor ou pior forma com que o queira fazê-lo.

A obra de **Campbell** é deveras interessante e, diríamos, de leitura obrigatória para tantos quantos queiram defender a vida e a natureza.

Mais uma vez apela-se a **Campbell** (1992, p. 35):

> *"Quando a terra é avistada da Lua, não são visíveis, nela, as divisões em Nações ou Estados. Isso pode ser a símbolo da mitologia futura. Essa é a nação que iremos celebrar, essas são as pessoas às quais nos uniremos."*

Este sábio homem, cita, quando lembrado por Moyers, uma carta resposta de um chefe indígena ao governo dos Estados Unidos que pretendia comprar terras das tribos para imigrantes que chegavam àquela nação. Trata-se de uma resposta com profundas e significativas lições de vida, que **Campbell** classifica como maravilhosa e que no seu bojo expressa toda a moral que continha sua conversa com **Moyers**. Vale a pena sua transcrição, pois nos ensina que homens que viveram há séculos, na primitividade, tinham, através de suas simplicidades e experiências de vida, maior amor, mais apego e respeito pela natureza do que os homens de hoje, com toda a sua extravagante tecnologia e desenvolvimento e sua vã filosofia. Entende-se que sua reprodução em parte, na dissertação, vai enriquecê-la sobremaneira.

Na transcrição, optou-se pela tradução de **Irina O. Bunning**, que é mais completa do que a publicada em **O Poder do Mito, de Joseph Campbell** (1990, p. 34), um pouco mais poética:

> *"No ano de 1854, o presidente dos Estados Unidos fez a uma tribo indígena a proposta de comprar grande parte*

de suas terras, oferecendo, em contrapartida, a concessão de uma outra reserva. O texto da resposta do Chefe Seatle, distribuído pela ONU (Programa para o Meio Ambiente) tem sido considerado, através dos tempos, como um dos mais belos e profundos pronunciamentos já feitos a respeito da defesa do Meio Ambiente".

"Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro, e o homem - todos pertencem à mesma família.

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar-se de que ela é sagrada, e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida do meu povo. O murmúrio e lembranças da vida do meu povo...

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos a terra, vocês devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos, e seus também. E portanto, vocês devem dar aos rios

bondade que dedicariam a qualquer irmão.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga e quando ele a conquista, prossegue seu caminho...

Não há um lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera ou bater das asas de um inseto. Mas talvez seja porque eu sou um selvagem e não compreendo. O ruído parece somente insultar os ouvidos. E o que resta da vida se um homem não pode ouvir o choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ar redor de uma lagoa, à noite?

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira... o ar é precioso para nós, que o ar compartilha seu espírito com toda a vida que mantém...

Portanto, vamos medir sobre sua oferta de comprar nossa terra. Se decidirmos aceitar, imporei uma condição: o homem branco deve tratar os animais desta terra como seus irmãos.

O que é o homem sem os animais? Se todo os animais se fossem, o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontecerá com o homem. Há uma ligação em tudo...

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspindo em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem: o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da

> terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo...
> Veremos. De uma coisa estamos certos - e o homem branco poderá vir a descobrir um dia: nosso Deus é o mesmo Deus. Vocês podem pensar que O possuem, como desejam possuir a terra, mas não é possível. Ele é o Deus do homem e Sua compaixão é igual para o homem vermelho e para o homem branco. A terra lhe é preciosa, e feri-la é desprezar seu criador. Os brancos também passarão, talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos.
> Mas quando de sua desaparição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho.
> Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos morros obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência."

Eram, não há dúvida, muito mais sábios e donos de conhecimentos, embora empíricos, que superam os nossos, porque dotados de sensibilidade, humanidade, civilidade e respeito ecológico, mantinham estreita intimidade e relação com a natureza, pois a compreendiam com perfeição e sabiam de sua ligação de dependência para com a mesma, até chegar a uma relação de interdependência, o que de verdade realmente existe entre todos os seres vivos, até no entredevorar-se. É a vida dependendo da morte. Muitos morrem para que outros vivam. Registra-se não há dúvidas, ao longo da história humana um desenvolver evolutivo do

próprio homem, que se acentuou no últimos anos. Finalmente ele se apercebe que seu lado animal ainda, em boa maioria de casos, se sobrepõe ao seu lado racional. Pilha, mata, rouba, estupra, fabrica armas as mais sofisticadas para matar e matar-se. Desenvolve técnicas apuradíssimas de destruição (vide bomba de neutrons, armas de guerra nas estrela, guerra bacteriológica, gases paralizantes, fuzis com mira a **laser**, robôs e outros).

É ainda o mesmo da idade da pedra lascada, só que com as diferenças que a experiência e evolução lhe impôs. Nos tempos de então a luta era corporal, a destruição de seus desafetos e as conquistas eram realizadas palmo a palmo, com uma participação direta nas ações predadoras contra seus semelhantes. Para isso aperfeiçoou o mais intrincado e sofisticado armamento, onde aplica as ciências que desenvolveu e que deveria servir para a defesa e perenização da vida, bem como para melhorar a qualidade da mesma. Põe sua mente a serviço do sofrimento e da morte. Se comparadas as duas situações, concluir-se-á que hoje é bem pior que antes!

Entretanto, pode-se notar que há evolução, pois finalmente o homem se escandaliza com determinados fatos, principalmente se contêm violência e injustiça. Protesta, revolta-se, realiza passeatas, e isto ocorre até do outro lado do planeta, transformado na *aldeia global* de **Mac Luhan**. Os exemplos são múltiplos, dentre eles podemos ressaltar os movimentos em prol da defesa do Meio Ambiente (Greempace, Ongs e Outros)

Volta-se a **Toth** (1959, p. 121):

"Destruir é fácil. Muito mais fácil do que construir. Alcebíades sozinho destruiu mais em Atenas, do que uma série de geniais governantes puderam edificar durante séculos, desde Sólon até Melcíades, de Temístocles a Péricles. Alguns decênios de invasões

> *bárbaras foram suficientes para aniquilar as grandiosas obras de mil anos de cristianismo. Por que demolir é mais fácil do que edificar? Porque para construir são necessárias grandes qualidades espirituais e morais: planos, perseverança, domínio de si mesmo, valorização de ideais. Destruir, porém, qualquer malfeitor ou imbecil o pode fazer."*

Extraordinária reflexão que muito se presta ao homem de hoje. E se completa em **Lebret** (1961, p. 215), em sua célebre frase:

"Nada de destruir, construir..."

A natureza é a maior testemunha, silenciosa, desta sanha de destruição de que é imbuído seu maior predador e, paradoxalmente, seu maior dependente: O HOMEM!

Nossos ditadores e políticos radicais já não agem com total liberdade. Coloca-se em dúvida se se deixam levar pela sensibilidade consciente quanto tomam atitudes diante dos protestos das grandes massas e ocorrências semelhantes em todos os rincões da terra ou se coagidos pelo temor. Entende-se como verdade a segunda afirmação. São conduzidos pela covardia, apanágio de muitos poderosos que por aqui transitaram. Usavam da violência como escudos protetores, mas diante das reações contrárias, no mesmo diapasão, fugiam como ratos. Mas mesmo assim entende-se como passos evolutivos. Sem dúvida didáticos para o homem. Vêm aprendendo pela mesma força com que impunham seus desmandos e violências, e através disso se reeducam. E, paulatinamente vão vencendo o animal e a irracionalidade que os dominam. Trata-se de longo, difícil, lento e doloroso processo, mas que uma vez iniciado, "on way" (sem retorno).

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

A bem da verdade é assim, bem assim que sempre "caminhou e caminha a humanidade". Em processos de avanços e retrocessos.

Não poderia ser diferente em relação à natureza e ao Meio Ambiente que o acolhe. A besta-fera vem sendo gradativamente destruída para dar lugar ao *"homem novo"*.

Assim a duras penas, os avanços evolutivos da humanidade, vão paulatinamente ocorrendo. Da mesma forma, todas as suas experiências e realizações.

No campo da ciência do Direito, não poderia ocorrer de modo diferente. Não se trata de campo delineado definitivamente, nem hermético. Como toda façanha humana, também caminha e vai em frente, modifica-se, adapta-se a novas e outras realidades que surgem. É fruto da inteligência, da busca, da pesquisa, da procura e do encontro.

Como se pode observar da leitura destes excertos de literaturas diversas, apostos neste capítulo da dissertação, a preocupação com o Meio Ambiente é mundial. Envolve todas as ciências, desde as de natureza humanas, como exatas, podendo-se incluir até as teologais. Portanto, não se cinge só ao campo das ciências jurídicas. Estas, com o poder de coação que contêm as normas, poderão, num primeiro momento, se constituir numa solução para tão sério problema, até que se encontrem outras mais definitivas e compatíveis com a racionalidade humana.

Almeja-se acima de tudo, que ocorra através da educação e da cultura, uma verdadeira *"revolução de mentalidades"*.

CAPÍTULO II

NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE O TEMA: Legislação - Meio - Ambiente - Meio Ambiente - Direito Ambiental

1. Introdução

Percebe-se de início que o assunto da dissertação, no seu enfoque principal, envolve dois elementos altamente polêmicos do mundo contemporâneo. O próprio tema da pesquisa - A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE, delineia tais elementos. Portanto, para melhor compreensão do assunto, serão, de primeiro plano, aqui esclarecidos, para que se possa entender as pretensões e a natureza do trabalho e venha, ao mesmo tempo, a ser de alguma utilidade ou proveito.

2. Legislação

Como ponto de partida, procurou-se analisar o termo legislação que, segundo os filólogos da língua portuguesa mais conhecidos, como **Aulete** (1958), **Aurélio** (1975), dentre tantos outros lexicógrafos, como **Gonçalves Viana, Cândido Figueiredo, Antenor Nascentes**, são unânimes em afirmar que o termo LEGISLAÇÃO designa:

- o conjunto de leis acerca de determinada matéria;
- a ciência das leis;
- a totalidade das leis de um Estado, ou determinado ramo do Direito.

2.1. Conceituação

Soibelman (1978, p. 221), conceitua:

"Legislação é o conjunto de todos os atos que estipulam regras obrigatórias de caráter geral, a serem observadas por quantos se encontrem no território do Estado ou a ele submetidos", também Direito escrito."

Plácido e Silva (1961, p. 921), o mais usual e específico nas hostes forenses, observa que, o termo LEGISLAÇÃO, tem sua origem no latim **legislatio** (estabelecimento da lei), e é tomado, em seu sentido etimológico, para designar o conjunto de leis dadas a um povo. Sendo, segundo ele, este o sentido primitivo de **lex data** ou das **leges datae** dos romanos, significando as leis que eram dadas a uma cidade. Prossegue ainda, afirmando que, a:

> LEGISLAÇÃO (**leges datae**) distinguia-se propriamente de **lex** porque se mostrava através de regulamentos orgânicos expedidos pelos magistrados, em face da outorga popular, em que se viam investidos. E, sendo assim, não se confundiam com a lei, em seu exato sentido.
>
> Continua:
>
> *"A terminologia jurídica moderna, não desprezou o conceito. Por vezes, se emprega o vocábulo nesta acepção."*
>
> Ainda, esclarecendo:
>
> *"É assim que se diz relativamente à Legislação Fiscal, à Legislação Aduaneira, à Legislação do Imposto de Consumo, que significam a soma de regras instituídas regularmente a respeito de semelhantes materiais."*

Embora, seja este o sentido próprio da legislação, é vulgar sua aplicação em acepção ampla para significar o conjunto de leis decretadas ou promulgadas, sejam em referência a certa matéria ou em caráter geral: Legislação Civil, Legislação Brasileira, Legislação (só). Mas extensivamente, é vocábulo empregado na acepção do ato de legislar, isto é, a ação de elaborar leis (**de lege feranda**).

Entende-se assim a feitura das leis, porque cada uma guarda uma individualidade específica que não se repete em hipótese alguma.

Desta forma se infere que a LEGISLAÇÃO faz parte integrante e direta da denominada Ciência do Direito e com ela se confunde. Já existia, quando a sociedade humana, como tal, dava seus primeiros passos, acabando por desaguar no mundo contemporâneo, cujas sociedades participam do mesmo cenário das primeiras civilizações. "Nada há de novo sob o sol."

unesp

3. Meio e Ambiente

Quanto ao segundo elemento que integra a temática, verificou-se que é composto por dois termos da língua pátria: MEIO e AMBIENTE. É preciso entendê-los separadamente para, numa etapa posterior, explicar-se o que significa a expressão MEIO AMBIENTE.

O mesmo esquema aplicado nas elucidações sobre o termo LEGISLAÇÃO, será aqui também empregado.

Consultou-se, da mesma forma, os dicionaristas **Aulete** (1958) e **Aurélio** (1975), a fim de se observar principalmente as origens etimológicas dos termos já enunciados.

3.1. Meio

Para a palavra "MEIO", adjetivo que tem origem em MEDIUS, apresenta-se com inúmeras e variadas acepções. Dentre elas:

- ambiente em que se dão certos fatos ou se produzem certos fenômenos;
- ponto equidistante ou mais ou menos equidistante, dos extremos; metade;
- meio a meio;
- meio circulante;
- meios de produção.

Em se tratando de uma dissertação que envolve basicamente problemas de ordem jurídica, não se poderia deixar de consultar também **Plácido e Silva** (1963, p. 1009). Para ele o termo MEIO tem sentidos e empregos diversos, o qual no modo vulgar não foge às interpretações já analisadas, como por exemplo: é empregado para designar a metade de alguma coisa ou a metade de um lugar que fica entre os extremos de alguma coisa, de igual distância entre eles. O resultado deste

último sentido, o MEIO pode ser entendido como o lugar em que se vive. E, porisso, é tido com a mesma acepção de **habitat**, que designa o local em que a vida se desenvolve, sob influência das leis naturais. Em sentido mais amplo, MEIO pode ser empregado como ambiente, e representado pela junção dos diversos elementos, em que se somam não somente os de ordem natural, como os que se derivam das opiniões e tendências dos próprios homens.

Entende também que, a influência das vontades humanas, em relação ao MEIO, indica forças de ordem secundária. As forças naturais dominam. E as tendências humanas, em princípio são reflexos delas.

MEIO pode ser ainda indicativo do modo ou maneira por que se faz ou se realiza alguma coisa. É por isso que, certas aplicações possuem sentido equivalente a medida, ou a recurso. A medida é o MEIO que se põe em prática para que se realize ou pratique um ato defensivo ou assecuratório de direitos. É MEIO assecuratório. O recurso é o MEIO que se põe em prática para que se intente a reparação de um direito ofendido.

A listagem é longa. Entretanto, o já observado dá idéia da complexidade do termo que está sendo analisado etimológica e filologicamente.

O que interessa à dissertação é o termo MEIO como *Ambiente* em que se dão certos fatos ou se reproduzem certos fenômenos, na acepção do próprio **Aurélio**. O assunto será retomado.

Aqui não se pode dispensar os comentários, aliás bastante elucidativos de **Coimbra**, (1985, p. 23) que entende ser a expressão MEIO AMBIENTE, redundante.

Em sua análise o termo AMBIENTE inclui a *noção de MEIO* e por sua vez, este de alguma forma implica naquele. Explica:

> "*Esta expressão reduplicativa existe somente nas línguas portuguesa e espanhola, conhecidas pelo seus excessos.*"

Continua: *o italiano refere-se tão só ao AMBIENTE, ao passo que o espanhol adota MÉDIO AMBIENTE.*

Entretanto, pondera que certas expressões como é o caso de MEIO AMBIENTE, que se cunham ao longo do tempo de maneira espontânea, acabam consagradas popularmente.

Coimbra (1985, p. 24), ainda esclarece que, *estar no meio*, tem o significado de estar rodeado de outros seres por todos os lados, como que:

> *"imersos num banho total, embora as distâncias que vão deste ponto aos "extremos" não sejam nem iguais, nem definíveis."*

Para este autor, o *estar num meio*, na prática tem o significado de estar dentro dele, estar por ele envolvido, sem ter a preocupação de limites. Interessante e esclarecedores estes comentários, que se inserem, dado sua propriedade, neste arrazoado.

3.2. Ambiente

A expressão *AMBIENTE*, adjetivo de origem latina: *ambiens, ambientis*,

denota:- lugar, sítio, espaço, recinto; e

conota:- esfera social em que vivemos.

Aqui não se poderia dispensar também, pelas excelências de suas colocações, os comentários de Coimbra, (1985, p. 24). Segundo ele a palavra AMBIENTE é composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb* (o) (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir) que se fundem numa aritmética muito simples, *amb + ire = ambire*. Continua: *"Desta simples operação resulta uma soma importantíssima, ir à volta. AMBIENTE, pois é tudo o que vai à volta, o que rodeia determinado ponto ou ser".*



Prossegue e conclui:

"nosso AMBIENTE é tudo o que vai a nossa volta e nos arrodeia".

O verbo IR, um dos componentes desta realidade, traduz ação, o que é próprio e exclusivo dos verbos: isto imprime ao conceito de AMBIENTE dinamismo e movimento, que se traduzem tanto na influência do AMBIENTE sobre o ser que ele envolve quanto na resposta adequada do ser envolvido, produzindo-se uma interação de ambos.

Em resumo, ambiente é tudo o que está a nossa volta, é a esfera em que vivemos, e é, enfim, o ar que se respira e que nos cerca, na acepção do próprio **Aurélio**.

3.3. Meio Ambiente

A pretensão é agora analisar a junção dos termos vistos anteriormente em separado. Aqui, é evidente, recorre-se aos diversos autores pesquisados e lidos sobre o assunto em pauta. É lógico e racional ficar-se somente com os mais interessantes e lúcidos. Com aqueles que em razão de sua linguagem simples, concisa e precisa, sejam mais compreensíveis e assimiláveis (elucidativos).

Inicia-se pelo questionamento:

- O que é o MEIO AMBIENTE?

Entende **Coimbra** (1985, p.23), autor já citado e que pelo já foi explanado, quando da análise dos elementos que compõem o tema da dissertação, a expressão MEIO AMBIENTE é composta da junção de duas palavras redundantes. Melhor, teriam praticamente o mesmo significado, mas que no entanto, tal expressão já está consagrada como designativa da:

unesp

> *"grande realidade que nos envolve, a partir da presença de elementos naturais, razão pela qual é escrita com iniciais maiúsculas, como se fosse nome próprio, uma vez que é apropriada para designar uma entidade específica que se tornou eminente como conceito".*

Interessante ainda, chamar a atenção para a prática comum e usual de se empregar a palavra MEIO ou a palavra AMBIENTE, ao invés da expressão completa, deixando-se ao contexto a responsabilidade pela significação precisa.

Já para **Machado**, (1989, p. 53), segundo seu entendimento buscado em autores portugueses a expressão *Meio Ambiente* não é a mais correta por que envolve em si mesma um pleonasmo, pois enfatiza,

> *"ambiente e o meio são sinônimos, porque meio é precisamente aquilo que envolve, ou seja o ambiente."*

Ainda pondera: O problema, contudo, é de reduzido interesse, sendo mais formal do que de conteúdo, e mais, citando **Ramon Martin Mateo** que afirma: "aqui se utiliza decididamente a rubrica *Derecho Ambiental* em vez de *Derecho del medio ambiente*, livrando-se de uma prática lingüística pouco ortodoxa que emprega acumulativamente expressões sinônimas ou pelo menos redundantes, em que incide o próprio legislador."

Ainda, insiste **Machado**, (1989, p.53), dizendo que não devemos empregar somente o termo *ambiental*, mesmo tendo preferência pela sua utilização. Devemos empregar a expressão *Meio Ambiente* que a própria Constituição Federal de 1988 consagrou.

Sachs (1986, p. 12), emprega, quando à guisa de conceito escreve o seguinte:

unesp

> *"O termo Ambiente ou Meio Ambiente abrange, de um lado, o equilíbrio dos recursos naturais e identificáveis, existentes em quantidades finitas na nave terra, e de outros, a qualidade de ambiente ou, se prefere, do meio".*

Ressalte-se aqui que sua preocupação foi de esclarecer os termos da expressão que se vem discutindo ao longo desta dissertação.

Portanto, percebe-se entre os inúmeros autores citados e outros não citados que os termos MEIO e AMBIENTE ou a expressão MEIO AMBIENTE, praticamente apresentam os mesmos empregos e caracterização e dizem a mesma coisa. *"C'est la même chose"*, em bom francês.

Nestas condições, analisados filologicamente os termos e a expressão a grosso modo, pois a intenção não é a discussão acadêmica etimológica no campo do vernáculo, mas apenas, como foi dito, a título de elucidação, já se reúne condições de conceituar MEIO AMBIENTE.

MEIO AMBIENTE, para **Coimbra**, (1985, p. 26) é:

> *"o conjunto de elementos e fatores naturais em que os seres humanos nascem, crescem, vivem, desenvolvem-se, reproduzem-se e morrem".*

Ainda comentando acresce que podemos idealizar um ecossistema sem o HOMEM, mas não podemos encontrar o HOMEM sem algum ecossistema. Inúmeros e variáveis são os **habitats** dos grupos humanos e das raças, conforme reconhece a Geografia; os animais e as plantas têm, igualmente seu meio próprio e com características próprias. No entanto, em todos estes casos há elementos comuns imprescindíveis aos seres vivos.

Sachs, (1986, p.12), também apresenta conceitos sobre o Meio Ambiente. Em confusa explicação, diz que é raro encontrar-se um

conceito mais ambíguo, como o de Meio-Ambiente. Dentre inúmeras variedades de *definições* (aqui a confusão, pois fala em conceito e apresenta definições, como que desconhecendo a sutil diferença entre ambas, pois não são palavras sinônimas, muito embora sejam usadas como tal), seleciona duas que entende como *acentuadamente complementares*.

Citando **Churchman** (1968), lembra que:

> *"para os especialistas da abordagem sistêmica, o ambiente se constitui de tudo aquilo que não faz parte do sistema intencional estudado, mas que afeta seu comportamento".*

Lembra ainda, que a nível diferente o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, que para ele é uma definição, mas bem poderia estar mais a nível de conceito, chama o Meio Ambiente de o *habitat total do homem*. Para **Sachs** é uma definição ecológica do ambiente humano, com o inconveniente de ser extremamente abrangente.

Tem razão quando diz que as duas definições ou conceitos não se excluem e são complemento uma da outra. Daí sim, se desfaria a confusão e poder-se-ia ter, com a junção dos dois conceitos, efetivamente uma definição. Não há aqui a mínima pretensão de se polemizar coisas consagradas, mas a forma de se interpretar e entender melhor o que seja realmente o Meio Ambiente. Outro problema que se pode observar na grafia dos termos Meio e Ambiente. Embora de somenos importância ou valor, para alguns autores devem ser grafados em letra maiúscula, **Coimbra** (1985, p. 25), até ensaia uma defesa dessa forma. Para outros autores devem sê-lo em letra minúscula. Isto lembra a velha regra matemática: *A ordem dos fatores não altera o produto*, parafraseando, M ou m e A ou a, não altera em hipótese alguma o que se pretende sobre o meio ambiente ou Meio Ambiente. Entretanto, por convencimento, à luz dos argumentos vistos neste trabalho, optou-se pelas iniciais maiúsculas, fugindo-se à armadilha das discussões estéreis.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

O importante é que se entenda a abrangência do assunto em pauta, quanto ao seu conceito ou aos seus objetivos e envolvimentos de toda natureza, tais como: o desenvolvimento, o regime sócio-político, os recursos naturais, a energia, a ocupação dos solos, o crescimento demográfico, a distribuição das populações, a produção, as migrações e tantos outros.

Como definição, praticamente a única encontrada, cita-se **Coimbra**, (1985, p.29),que a considera de definição descritiva. Esse autor explica que existe definição essencial e definição descritiva. Diz que se deve lançar mão da segunda alternativa, quando não se dispõe de elementos para poder se afirmar a primeira. Portanto, para ele:

> *"Meio Ambiente é o conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos."*

4. Conclusão

Para se concluir estas informações e esclarecimentos iniciais a respeito dos elementos básicos do tema da dissertação, a LEGISLAÇÃO E O MEIO AMBIENTE, pode-se lembrar o quanto é importante a existência de um sistema jurídico que realmente atenda às necessidades do grupo humano que regula, e preserve o Meio Ambiente onde este sobrevive.

Há no mundo contemporâneo, centenas de milhares de leis, de toda a ordem que, como já se afirmou atrás, objetiva estabelecer um equilíbrio no relacionamento entre os homens. É óbvio que como toda criação humana é imperfeita, como o são os denominados animais racionais.

unesp

Sem a lei só haveria o império do caos e as assertivas de **Thomaz Hobbes Homo homini lupus** e **Bellum omnium contra omnes**, seriam verdadeiras. Mesmo com todo um sistema, altamente desenvolvido, principalmente no denominado mundo civilizado e, obviamente menos racional, mas indispensável nos povos menos favorecidos, a lei se coloca acima dos interesses particulares, atendendo aos interesses coletivos.

O Direito, a lei e todo o sistema jurídico de controle social é, hoje, tão imprescindível quanto o Meio Ambiente e o próprio ar que se respira. Pode-se dizer que a sobrevivência humana está ligada ao império das leis, e à natureza.

Tivessem os seres humanos chegado ao paroxismo da perfeição, poder-se-ia dispensar toda a legislação existente, pois nos respeitaríamos melhor, sem a necessidade da coerção imposta pelas normas, mas não quanto à qualidade do Meio Ambiente.

Isto se confirma na passagem do Novo Testamento: O maior mandamento da lei: (**Mateus** 12, 34-40):

> *"Sabendo os fariseus que Jesus reduzira ao silêncio os saduceus, reuniram-se, e um deles, doutor da lei, fez-lhe esta pergunta para pô-lo à prova: Mestre, qual o maior mandamento da lei? Respondeu Jesus: Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda tua alma e de todo teu espírito (Deut. 6,5) Este é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo (Lev. 19,18). Nesses dois mandamentos se resumem toda a Lei e os Profetas."*

Infelizmente Deus está morto. O materialismo tomou conta dos corações dos homens e desvirtua até o meio que o acolheu. A virtude da fé, foi vencida pelos interesses materiais imediatos. Hoje só vale o

que se vê, se toca, se apalpa, em resumo o que é concreto e visível. O homem esqueceu-se de que é EFEITO de uma CAUSA maior - Deus. Deus é concreto, mas invisível, porque o mais sublime dos mistérios. Todo efeito é seu maior testemunho. Deixe-se de lado o MAIOR E O PRIMEIRO MANDAMENTO. Viva-se apenas o segundo, que bem se sabe impossível, sem o primeiro. Admita-se hipoteticamente, o respeito apenas ao segundo. Ocorresse isto e bastaria. Não haveria mais necessidade de nenhuma lei humana, nenhuma norma, nenhum regulamento.

O governo do amor levaria o homem ao respeito pelos interesses dos semelhantes e ao bem de todos os seres vivos e, paradoxalmente a Deus. Ideal ainda intangível!

CAPÍTULO III

NOÇÕES HISTÓRICAS SOBRE: LEGISLAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DIREITO AMBIENTAL

1. Introdução

Em História, ciência voltada para a análise e o estudo dos fatos passados e suas indiscutíveis influências no presente e no futuro, há também que se explicar os acontecimentos, interpretando-os e relacionando-os casualmente. Dessa forma pode-se concluir que, não basta só o fato histórico em si. Necessário se faz, em razão do passado, do presente e do futuro, interpretar os acontecimentos. Portanto, o historiador tem que vivenciar o acontecimento, de modo imparcial (o mais possível) e, para tanto, tem que voltar no tempo e no espaço onde ocorreu o fato histórico. É óbvio que é querer demais, pois tal imparcialidade é quase

impossível, face aos fatores determinantes do episódio e os condicionamentos. Por tais motivos o cientista da História deve, conscientemente, adotar uma postura ideológica ou filosófica para dar fundamentação a sua própria interpretação do fato histórico.

Quando se tratou, em noções preliminares, sobre o tema foi observado que o mesmo continha dois elementos polêmicos do mundo contemporâneo: LEGISLAÇÃO e MEIO AMBIENTE. Ambos também têm sua própria história na trajetória do Planeta e da sociedade humana através do tempo. Serão tratados sintética e separadamente neste capítulo da dissertação. Entretanto, olhando-se um pouco mais em profundidade, encontraremos um terceiro elemento que se embute no tema e, indiscutivelmente é seu elo principal, o DIREITO AMBIENTAL. Requer-se também que se exponha sua breve e recente história. Portanto, serão passadas noções históricas destes três componentes do temário em exposição.

2. Legislação

A LEGISLAÇÃO faz parte da Ciência do Direito e, inclusive com ela se confunde. Sua história, portanto, é a história do Direito.

É de todos sabido que o Direito nasceu com a vida associativa e, é o óbvio, só subsiste onde há sociedade: **UBI SOCIETAS, IBI JUS**, diz o brocardo latino (Onde está a sociedade, ali está o Direito).

Segundo **Greco Filho**, (1993, p. 11) a história da humanidade tem demonstrado que os grupos sociais, em seus variados graus de civilização, inclusive os mais primitivos, sempre esteve moldada segundo normas de conduta.

O Direito surgiu da necessidade de se regular o relacionamento entre os homens. Sem o mesmo, nos primórdios ainda incipiente e primitivo, que estabelecia e ainda o faz, regras de convivência, praticamente a vida associativa era e, ainda hoje, seria impossível. Pode-se



até mesmo afirmar, que a recíproca é verdadeira. Não existindo o grupamento de pessoas, não há necessidade de regulamentos. O exemplo mais clássico encontra-se no célebre romance do escritor inglês Daniel Defoe, sob o título de **"A vida e as estranhas e surpreendentes aventuras de Robinson Crusoé"**, cujo personagem, sobejamente conhecido, viveu por longos anos sozinho numa ilha. Sem dúvida, uma utopia. Ninguém reúne, ou tem condições de sobreviver sozinho.

É ainda enfatizado pelo poeta norte americano, **Jonh Donne**, em sua célebre frase: **"No man is an island"** - *"Homem algum é uma ilha"* que outro renomado escritor **Thomas Merton** (1955), também da mesma origem, explorou para intitular seu não menos famoso livro sobre a riqueza interior, onde lembra que "*todo homem é parte de um continente...*"

É sabido e as ciências específicas o comprovam, *o "homem é um animal social"*. Tem necessidade da presença do outro. Não pode prescindir da mesma, e isto desnuda esta saciedade de se consorciar, se unir, viver em grupos.

Assim se conclui que o homem, por essa condição de verdadeira interdependência, só subsistiu e ainda sobrevive, exceto em casos excepcionalíssimos (ermitões e ascetas), em grupamentos sociais.

Ora daí advém, é lógico, esta imprescindibilidade de regulamentar a vivência social, onde cada um guarda sua individualidade específica, que não se repete em hipótese alguma. "*Cada um é cada um*". São componentes que complicam ainda mais a convivência, já por natureza complexa. Disto resultam choques de personalidades, dificuldades de relacionamentos.

Como afirma **Evangelista de Jesus** (1985, p. 3),:

> *"O fato social é sempre o ponto de partida na formação da noção do Direito. O Direito surge das necessidades fundamentais das sociedades humanas, que são reguladas por ele como condição essencial à sua própria*

> *sobrevivência. É no Direito que encontramos a segurança das condições inerentes à vida humana, determinada pelas normas que formam a Ordem Jurídica."*

Entra aqui, pois, a função saneadora do Direito, que através da Legislação, uma verdadeira parafernália no mundo de hoje, de leis, decretos, estatutos, regulamentos, regimentos, códigos de toda ordem e tantos outros, impede que cada um faça o que bem entende ou lhe advenha à cabeça, relativizando a liberdade. É o jogo do pode, não pode. Esta limitação da liberdade complica ainda mais e confunde, pois pela cabeça de todo ser humano perpassa que com a liberdade tudo se pode.

Este o grande papel do direito, equilibrar o relacionamento entre as pessoas, lembrando-as do que se pode e não se pode fazer em sociedade.

Pode-se assim concluir que o direito é uma ciência dinâmica e sua aplicação, através de uma legislação, evoluiu acompanhando as idas e vindas da sociedade humana.

Sendo assim, não há dúvida de que as leis são uma das grandes criações do homem e sua história se confunde com a da própria sociedade.

Segundo **Montesquieu** (1993, p. 11),:

> *"As leis, em seu significado mais extenso, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e, neste sentido, todos os seres têm suas leis; a Divindade possui suas leis, o mundo material possui suas leis, as inteligências superiores ao homem possuem suas leis, os animais possuem suas leis, o HOMEM POSSUI SUAS LEIS".* (o grifo é do dissertante)

Montesquieu critica ainda os que dizem que tudo é obra do acaso, ou os que afirmam, em suas próprias palavras:

> *"que uma fatalidade cega produziu todos os efeitos que observamos no mundo, proferiram um grande absurdo: pois o que poderia ser mais absurdo do que uma fatalidade cega que teria produzido seres inteligentes?".*

Continua:

> *"Deus possui uma relação com o universo, como criador e como conservador: as leis segundo as quais criou são aquelas segundo as quais conserva. Ele age segundo estas regras porque as conhece; conhece-as por que as fez, e as fez porque elas possuem uma relação com sua sabedoria e sua potência".*

Nos primórdios da civilização as leis eram verbais (não escritas), transferidas de pais para filhos por tradição e, tinham fundamento no costume, que é a forma espontânea e mais antiga de constituição do Direito, o que era costumeiro tornava-se lei. No Direito Romano era denominado de **consuetudo**, donde lhe advém também o nome de Direito Consuetudinário.

Com os avanços da civilização humana, aos poucos o costume foi sendo deixado de lado até que se criaram instituições próprias fazedoras de leis, que acabaram desaguando no que, no mundo contemporâneo, denomina-se de PODER LEGISLATIVO, órgão compilador das leis, com base nas necessidades primordiais da sociedade. O costume continua sendo fonte do Direito, assim também a Doutrina (lição dos doutos) e a Jurisprudência.

unesp

3. Meio Ambiente

Vejamos como surgiu toda essa problemática do Meio Ambiente.

Sua História não é tão antiga quanto a do Direito (Legislação) conforme já se observou, pois nos primórdios da civilização humana a preocupação com o Meio Ambiente não tinha nenhuma razão de ser e praticamente inexistia.

Entretanto, é evidente que a degradação do Meio Ambiente por causas naturais (terremotos, vendavais, erupções vulcânicas, vide Pompéia na Itália e outras), já ocorria muito antes da presença do homem e, as provocadas pela incúria humana, logo que o homem surgiu sobre a Terra. Portanto, partindo-se do pressuposto de que os testemunhos fósseis mais antigos demonstram que a vida no planeta data de 1.600 milhões de anos e que apenas 10.000 anos nos separam dos nossos ancestrais trogloditas, somente por este espaço de tempo, 10.000 anos, é que a atividade humana começou a exercer influência sobre o Meio Ambiente natural.

Foi a partir daí que o *Homo Sapiens* deu uma guinada em sua vida primitiva e errante. Ainda incipiente surge o cultivo agrícola e se iniciam as primeiras manifestações de pecuária.

Desta maneira, um pouco mais instrumentalizado o homem começa sua marcha para dominar a natureza e se fixar no espaço físico (ambiente), abandonando o nomadismo.

Em razão disto deflagra o rápido crescimento demográfico, em proporções impressionantes, que tristemente em nossos dias, por razões ainda de ignorância, egoísmo, individualismo, falta de solidariedade, transformou-se em verdadeira crise. Só para se ter uma ideia, basta lembrar que por volta do descobrimento do Brasil, em 1500 , a população mundial não chegava a 500 milhões de habitantes.



É lógico que a princípio, em razão da baixa densidade populacional, pouco se preocupou, mesmo porque, certamente, as populações da época, vivendo ainda de maneira primitiva, sequer tinham consciência do problema que hoje desagua, de maneira avassaladora no mundo contemporâneo.

Provocado por poluições de toda ordem (poluição química, poluição radioativa, poluição de detritos sólidos, poluição sonora, poluição visual e outras), tem seu fulcro principal na ignorância do homem, despreparado, sem educação e sem cultura, mas basicamente também na MISÉRIA, a pior de todas as degradações, pois acima de tudo é também imoral.

A poluição está entre as muitas agressões trazidas pelo *progresso* e expansão demográfica que se infligem ao denominado suporte biológico da coletividade. Sem dúvida é um fenômeno dinâmico de múltiplas facetas, com efeitos lastimáveis sobre o modo de vida do homem. Traz consequências imensuráveis à sociedade, as quais variam desde pequenos incômodos até consequências danosas e mortais.

A História anota numerosos acontecimentos do passado que resultaram em verdadeiros desastres para a civilização humana.

Há registros de estudos realizados na Macedônia por Aristóteles que observou alguns tipos de organismos que se desenvolviam em águas estagnadas.

Os romanos, por exemplo, já se preocupavam com o problema do abastecimento de água potável e o transporte de dejetos, seis séculos antes de Cristo. Foram seus arquitetos que construíram memoráveis aquedutos, obras verdadeiramente monumentais, cujas ruínas testemunham a preocupação daquele povo com a poluição das águas e a prática do saneamento.

É bem possível que a decadência da Grécia Antiga e mesmo do Império Romano tenham, em parte, suas causas embasadas

estranhamente em avanços "*tecnológicos*", sem que, como vítimas, seus concidadãos tenham dado conta deste acontecimento.

Há fortes indícios que comprovam o envenenamento por chumbo dessas populações tão antigas, a tal ponto que, nas camadas mais elevadas e administrativas, a própria procriação sofreu uma forma de impedimento. Os romanos, por exemplo, faziam largo uso do chumbo em encanamentos domésticos e utensílios e recipientes de uso diário, que eram revestidos desse material.

São conhecidas as ligações entre Grécia e Roma e sabido que a história destes dois povos se entrelaçavam.

É de 1273 a primeira lei que se conhece sobre o controle da poluição do ar, assinada pelo Rei Eduardo I da Inglaterra, para o controle da fumaça emanada da queima de materiais combustíveis pelos camponeses. Ainda a Inglaterra brindou sua população com outras leis anti-poluição. Há registros de leis que visavam controlar a queima do carvão, quando ocorriam reuniões do Parlamento datadas de 1.306. Conta a História que um cidadão foi inclusive condenado à morte na forca por descumprimento da lei.

Eram tentativas de se barrar a predação do Meio Ambiente que lamentavelmente começava a mostrar suas *garras*.

Um exemplo marcante para os brasileiros: em 1500 o Estado de São Paulo, segundo levantamentos e projeções, tinha quase todo seu território coberto por uma capa vegetal deslumbrante. 82% de sua área era ocupada pelo verde, com aproximadamente 20.000 espécies animais e vegetais. Hoje apenas 2% de sua área apresenta um verde natural. O resto foi dizimado em nome do progresso.

A grande vilã contra a natureza, praticamente, foi a Revolução Industrial, onde o homem, animal *racional*, adquiriu enorme capacidade de exploração da natureza. Infelizmente sem racionalidade. Começou a consumir matéria prima, retirada insaciavelmente da natureza, pois acima de suas necessidades predou o Meio Ambiente, o que aumentou



a sua riqueza, mas também sua insanidade. Egoisticamente esqueceu-se de que as gerações vindouras também tinham o direito de um lugar ao sol.

Em razão da dissociação Homem-Natureza, a degradação do Meio Ambiente pela poluição, já ocorre por todo o planeta. Os registros de problemas originados pelas agressões à natureza são numerosíssimos. Também a preocupação com as conseqüências.

É de **T. Aylesworth** (1971, p. 57), em sua **obra Poluição do Ar e da Água**, para que como um alerta e um basta, aqui se registram algumas das graves ocorrências de história recente, em razão das agressões assacadas ao homem contra o Meio Ambiente:

- 1° de dezembro de 1930 - Vale do Rio Mosa, Bélgica. Por três dias ocorreu uma acentuada inversão de temperatura, que levantou uma névoa proveniente de indústrias siderúrgicas e metalúrgicas, fábricas de ácido sulfúrico e outras. Em uma semana sessenta e três pessoas vieram a óbito por doenças no aparelho respiratório.

- 27 de outubro de 1948 - Em Donora, Pensilvânia, USA, cidade à margem do Rio Monogaheia. Ocorrência de uma inversão de temperatura e um anticiclone. A cidade tem um enorme complexo industrial. Formou-se um **smog** espesso que envolveu toda cidade. Em três dias morreram dezessete pessoas e um sem número de animais adoeceram e muitos morreram.

- 21 de novembro de 1950 - A tragédia se repetia em Poza Rica, México. Apenas uma fábrica, que deixou escapar através de suas chaminés elevada quantidade de H_2S, matou vinte e duas pessoas e ocorreram trezentos e vinte hospitalizações.

- 05 de dezembro de 1952 - Na Inglaterra, ocorreram inversões de temperatura, grande parte das Ilhas Britânicas foram cobertas de espessa neblina e por grande acúmulo de impurezas do próprio ar. A polícia londrina para exercer suas funções teve que usar máscaras contra gases para se proteger. Morreram quatro mil pessoas e mais oito mil nos dois meses subseqüentes, depois de longa enfermidade por causa do

fenômeno. Em 1956 o problema se repetia, com a morte de mil pessoas e, novamente em 1962, mais quatrocentas pessoas morriam.

- 17 de agosto de 1954 - Até mesmo a população da provinciana Bauru-S.P., pagou pesado tributo por esses crimes assacados contra a natureza. Aqui, nos anos 50, ocorreu o aparecimento de cento e cinqüenta casos de doenças respiratórias agudas, provocadas por alergias ao pó de semente de mamona, usada na fabricação de óleo e lançada ao ar pela Indústria Anderson Clayton. Empresa que, já por muitos anos, encerrou suas atividades. Como conseqüência disto nove pessoas vieram a falecer.

Lamentavelmente os problemas não pararam por aí. Os fatos, acima narrados, o foram apenas apara ilustrar a presente dissertação. Também para demonstrar o tortuoso **iter** percorrido pela humanidade, verdadeira senda de destruição e insanidade ao longo da História.

É espantoso, mas tudo leva a crer que a espécie humana, como uma sina, traz gravada em seu próprio DNA o signo da destruição, numa verdadeira vocação suicida. É, estranhamente, uma marcha inexorável que parece não ter meios de ser interrompida.

A continuar, nada mais certo que, o sibaritismo, a impiedade sob todos os ângulos, as revoluções, as guerras e lutas fraticidas, a violência incontida, doenças desconhecidas, que avassaladoramente tomam conta das populações humanas, prenunciam um final apocalíptico para o animal racional.

No Brasil, tem ocorrido uma relativa preocupação com esta problemática de repercussão planetária. Mesmo porque é praticamente o proprietário das últimas grandes reservas vegetais, hídricas e minerais do globo e, é evidente, vem sofrendo pressões por parte de outros povos, co-partícipes do mesmo cenário e do mesmo drama.

Aqui o Meio Ambiente hoje é tutelado pelo Estado. Lamentavelmente, num passado até recente, predominava um total e absoluto descaso para com os problemas da natureza, que ficava a mercê da sanha predatória de um povo ignorante. A limpeza das terras para o

unesp

cultivo eram realizadas através das famigeradas queimadas que se repetiam indefinidamente, calcinando o solo, destruindo a fauna e tornando a terra estéril e improdutiva.

Não se registram normas, nem havia uma legislação adequada que coibisse a devastação das florestas, a exaustão do solo e a degradação das águas. Irônico, logo no país mais bem irrigado da face da Terra.

O Poder Público encontrava enorme barreira na concepção que adotou do direito de propriedade, para poder agir na proteção do Meio Ambiente. Por longo tempo a Administração Pública ficou manietada e nada fez para coibir ou evitar os excessos.

Entretanto, e é até paradoxal, foi exatamente neste contexto que se compilou algumas normas de efeitos restritivos, pois objetivavam mais os interesses privados que os públicos, na solução dos conflitos de vizinhança.

Assim o é o Código Civil Brasileiro, Lei nº 3.071, de 1º /01/1916, que como exemplo, já relativamente antigo (1916), mostrou certa preocupação com o Meio Ambiente.

O artigo 554, textualmente diz:

> *"O proprietário, ou inquilino de um prédio tem o direito de impedir que o mau uso da propriedade vizinha possa prejudicar a segurança, o sossego e a saúde dos que o habitam".*

Tal dispositivo, inclusive, se prestou para a formulação de jurisprudência ampliativa de direito de vizinhança, o qual passou a significar a zona ou área onde eram sentidos os efeitos nocivos. Deu também ensejo e fundamentação a ações cominatórias visando impedir a contaminação do Meio Ambiente, por parte de empresas industriais.

Há, é óbvio, outros artigos que já na época da promulgação do Código (1916), em razão do descortínio do legislador, se preocuparam com os problemas de Meio Ambiente.

Pode-se ainda destacar o artigo 584 onde:

"São proibidas construções capazes de poluir, ou inutilizar para o uso ordinário a água de poço ou fonte alheia, a elas preexistentes".

Registraram-se ainda outros dispositivos legais, além, é evidente, do Código Civil, que em seus artigos traziam também preocupações com o Meio Ambiente.

Entre eles podem-se destacar:

- o Regulamento de Saúde Pública - Decreto nº 16.300, de 31/12/1923;

- o Código Florestal - Decreto nº 23.793, de 31/01/1934, hoje substituído pela Lei nº 4.771, de 31/12/1965;

- o Código das Águas - Decreto nº 24.643, de 10/10/1938;

- o Decreto-Lei nº 248, de 28/02/1967, que instituiu a política nacional de Saneamento Básico e o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental; e

- muitos outros dispositivos jurídicos, que serão vistos e analisados, objetivando atender aos propósitos desta dissertação.

Os citados o foram, apenas no afã de se exemplificar e demonstrar o **iter histórico** percorrido pela Legislação Ambiental no Brasil.

Em história mais recente, que demonstra a preocupação a nível mundial com a natureza, além de toda uma legislação voltada para o Meio Ambiente, que se encontra em quase todas as nações do mundo contemporâneo, pode-se destacar, dentre inúmeros, alguns eventos de importância, que se refletiram por todos os Estados, desde os mais

unesp

desenvolvidos e, até Estados do terceiro mundo deste combalido e agredido planeta Terra.

Destacam-se os mais importantes:

- a Declaração do Meio Ambiente Humano, adotada pela Nações Unidas, em junho de 1972, resultante da conferência de Estocolmo e da qual participaram 113 nações e mais 250 organizações não governamentais e dos organismos da ONU, com vinte e três princípios, que se constituíram num prolongamento da Declaração dos Direitos Universais do Homem e que influenciaram poderosamente às Constituições dos vários povos signatários da Declaração. Entre elas e principalmente a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada a 05/10/1988, considerada das mais avançadas neste campo como em outros;

- o Fórum de Siena, Itália, promovido pelo governo Italiano em 1940, que convidou umas trinta nações de regiões diferentes do mundo que, além de seus representantes oficiais, mandaram também juristas de nomeada, altamente especializados em Direito Ambiental, para discutirem tratados e outros documentos para se enfrentar o problema;

- a Declaração de Ktmandu, Nepal, em 1982, adotada pela Conferência sobre o Meio Ambiente e Saúde na Ásia, que discutiu sobre o Meio Ambiente e o Direito, com a participação de vinte e um países, através de juristas de renome e Organizações não Governamentais - ONGs;

- a Convenção da Expoo, Finlândia, em 25 de fevereiro de 1991 e, adotada pela Comissão das Nações Unidas para a Europa, discutiu sobre a "Avaliação do Impacto Ambiental Trans-Fronteiriço";

- a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 03 a 14/06/1992, com presença de 130 Chefes de Estado, que reafirmaram os princípios de Estocolmo, adicionando outros dispositivos sobre o desenvolvimento sustentável e Meio Ambiente.

Nº 584
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

Além desses eventos, podemos relacionar e incluir, ainda neste histórico, documentos da mais alta relevância que vieram se somar ao combate a esse problema tão grave que vem sobressaltando toda a humanidade:

- a "ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO" (EMC): lançada em 1980 com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas de desenvolvimento sustentado. Foi elaborada por 700 pesquisadores de diversas nações por solicitação do programa das Nações Unidas, para o Meio Ambiente (UNEP);

- o texto "NOSSO FUTURO COMUM": aprovado e divulgado pelas Nações Unidas em 1987, resultante de um trabalho solicitado em 1982, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (PNUMA), com sede em Nairobi, no Quênia. O texto também foi chamado de *"Relatório Brundtland";*

- o "NOSSA PRÓPRIA AGENDA", documento divulgado em 1990. Participaram de sua elaboração, vários grupos de trabalho com representantes de todos os países da América Latina, inclusive o Brasil. Procurou refletir o pensamento, a análise e os debates sobre as questões ligadas ao Meio Ambiente na América Latina e Caribe nas décadas passadas e apresentou sugestões para o futuro;

- o "CUIDANDO DO PLANETA TERRA UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO DA VIDA": foi lançado em 21/10/1.991, em 60 países simultaneamente, com o objetivo de promover uma ampla divulgação dos princípios de conservação e do desenvolvimento sustentável; e

- o "PACTO POR UM MUNDO NOVO", sobre o patrocínio do Instituto de Recursos Mundiais (WRI), a instituição Novo Diálogo Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Continente Americano, foi lançado este importante documento em outubro de 1991. A finalidade era estimular os governos americanos para que assumam

compromissos recíprocos para a solução dos problemas ambientais do continente.

4. Direito Ambiental

Ainda nestas abordagens históricas, não se poderia deixar de referendar o desenvolvimento e evolução do hoje específico Direito Ambiental que, no todo, se preocupa com os problemas e agressões assacados contra o Meio Ambiente.

Essa tutela jurídica do Meio Ambiente tem seu fulcro em recente história (1972) e surgiu da necessidade de se impor deveres à sociedade humana para com a natureza, bem de todos os seres vivos, ameaçada pela incúria e cúpida ação do homem.

Fora do Brasil as referências são relativamente poucas. A pequena maioria de autores do Direito Ambiental pouco registram e informam a respeito do Direito Ambiental alienígena, historicamente falando. Tais anotações obviamente merecem algum destaque porque interagiram sobre inúmeras nações, provocando o surgimento de uma preocupação ecológica, que culminou por pressionar o desenvolvimento, em praticamente quase todos os países do Planeta, do Direito Ambiental. Direito de extraordinária importância para a preservação da natureza, surgido no recôndito de cada Estado o qual, como conseqüência, num crescendo, a transformou em preocupação internacional.

Assim hoje se observa, no cenário mundial, particularmente nas Cartas Constitucionais de cada povo, registrada num artigo, ou mesmo num capítulo, muitas vezes, embora um princípio apenas de papel, essa preocupação que hoje é incontestavelmente de todos os povos e direito e obrigação de cada concidadão. Não deveres dos menos favorecidos e direitos de alguns poucos apaniguados.

Machado (1994, p. 25), enfatiza a importância do direito ao Meio Ambiente quando transcreve:

"O direito ao meio ambiente é um dos maiores direitos humanos do século XXI, na medida em que a humanidade se vê ameaçada no mais fundamental de seus direitos - o da própria existência" afirma Maguelonne Déjeant-Pons.

No Brasil, a tutela jurídica do Meio Ambiente vem passando por enormes transformações. Até recentemente pouco interesse despertava e predominava a desproteção e o abandono à própria sorte. Dessa forma o brasileiro, predador por excelência, nada tinha para coibi-lo em sua sanha de destruição. O caso do Estado de São Paulo já citado é o melhor exemplo.

No momento, partiu-se para o extremo oposto. A Legislação sobre o Meio Ambiente é a grande pedida do momento. É profícua e até excessiva.

De repente surgiram inúmeros autores e obras jurídicas sobre o assunto. Não se sabe, nem se pode informar com certeza, talvez inspirados por uma preocupação real de se salvar a natureza ou, motivados pelo **"status"** oriundo do **"merchandise"** que se faz em torno do problema e do lucro econômico que se possa apurar desta posição. O que é muito lamentável, pois é sabido que nem todos são movidos por nobres propósitos.

Hoje, entretanto, em razão da poluição de toda ordem, dos graves prejuízos que se acometem contra o patrimônio natural, as agressões contra a fauna e a flora, dentre outros graves problemas que se assacam contra a natureza, causam estragos irreversíveis ao Meio Ambiente, e atraem a atenção da opinião pública, onde já se sente uma mobilização.

As punições de tais predições são exigidas pela sociedade humana. Daí a razão da velocidade do avanço do Direito Ambiental. Aliás, chame-se a atenção: de uma forma geral é um fenômeno pelo qual passa toda a Ciência do Direito que, quando não acompanha o

processo evolutivo das realizações humanas, acaba, através de leis obsoletas e ineficazes, se tornando num verdadeiro entrave para o desenvolvimento.

Nos últimos anos o Direito Ambiental deu gigantescos passos evolutivos e, com isto trouxe uma onda de esperanças para os idealistas sinceros, que com o seu trabalho e lutas encetadas, quer individualmente ou através de organizações, desejam salvar o Planeta. Exemplos os mais pungentes e até heróicos os temos: Jacques Costeau, **Greenpeace**, ONGs. e tantos outros de notável valor. Passou, inclusive, a tutelar o Meio Ambiente como um dos grandes interesses da coletividade e verdadeiro patrimônio da Humanidade.

Oxalá haja tempo, pois são tantas as variáveis a considerar, até mesmo o poder de polícia do Estado, cujo conceito vem se alargando para cumprir sua finalidades de mantenedor da ordem e do Direito. Tem também seus limites, até o grave problema da legalidade de ação.

Não se pode esquecer que o poder de polícia do Estado é indelegável e só pode ser exercido por órgão competente.

Entende-se como fundamental registrar as colocações de Antunes (1990, p. 30), sobre a lei:

> *"É importante assinalar que a mais elevada manifestação do direito, a lei, está vivendo um momento de graves questionamentos em toda a parte. Parece que o problema não está propriamente na lei em si, mas na forma pela qual têm sido produzidos os diplomas legislativos. Quero dizer que a participação popular na produção legal está aquém das necessidades manifestadas pelos novos atores sociais e políticos".*

Sem dúvida uma severa crítica ao poder legislativo, que infelizmente dá ensejo a uma gama de julgamentos e censuras por

incompetência, irresponsabilidade, desonestidade, corrupção, egoísmo, corporativismo e tantos outros adjetivos, dos quais são mais do que merecedores, pois nunca pensam na sociedade que os elege, mas apenas em si próprios. Lamentavelmente são uns despreparados para exercer um cargo de representante do povo da mais alta dignidade e relevância que, infelizmente, não têm.

E mais diz também Antunes (1990, p. 30),:

> *"Entendo que, a lei, ainda que dotada de imperfeições, é o instrumento mais eficaz, no interior de um dado sistema jurídico, para que as classes subalternas possam assegurar os seus espaços institucionais. A lei permite que sejam demarcadas as conquistas sociais, econômicas e políticas dos setores marginalizados".*
>
> *E, "A lei é, apesar de todas as mazelas que informam a sua vida, o melhor mecanismo até hoje encontrado pela sociedade para impedir o arbítrio".*

5. Conclusão

Não há dúvida de que estes avanços deste Direito específico que se preocupa com a preservação do que resta do Meio Ambiente, são de extrema importância na tentativa de uma reversão do processo degradatório da natureza. A ignorância humana, infelizmente, só entende a linguagem da repressão, pois lhes falta educação, conscientização, cultura, sensibilidade, amor e respeito aos seus semelhantes e ao maior dos mistérios, a própria vida.

Ao se concluir este histórico, chama-se a atenção para a dimensão do problema, que a cada dia que passa vem se agravando e tornando sua solução cada vez mais complexa ou até de solução impossível.

unesp

É importante também lembrar que numa dissertação não se pode esgotar um assunto de tamanha magnitude e extensão. A preocupação, neste histórico, foi de pura amostragem. Uma forma de se transferir informações e, porque não, também preocupações. O objetivo, o de despertar as consciências para uma problemática da qual está pendente a própria sobrevivência da sociedade humana, que a passos largos caminha em demanda ao abismo.

Esta marcha que parece inexorável precisa ser detida, refreada a qualquer custo. Não se percebe no horizonte outras formas que não sejam pela educação ou, o que é lamentável, via repressão. A primeira, demanda longo prazo. A segunda é imediata. Através da legislação já existente e novas que venham a se somar. Não deixa também de ser didática, apesar da condenável pedagogia do castigo, do medo.

O questionamento está no espaço-tempo e na eficácia.

Qual o prazo que se dispõe para a solução de tão maligna equação?

Só a MÃE TERRA tem a resposta...

CAPÍTULO IV

LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE: NA UNIÃO - NO ESTADO DE SÃO PAULO - NO MUNICÍPIO DE BAURU-SP

1 - Introdução

Neste capítulo será apresentada toda a legislação encontrada quando da realização da pesquisa, nos três níveis de competência, obedecendo-se ao que em Direito é denominado de hierarquia das leis: leis federais, leis estaduais (São Paulo); e leis municipais, na questão presente, as do Município de Bauru-SP, como amostra, pois seria, e já foi dito, muita aleivosia desejar ter-se em mãos toda a legislação sobre o Meio Ambiente, existente em todo o território nacional. São mais de 5.000 municípios, a menor unidade da federação, em 26 Estados, mais a legislação federal existente sobre o assunto.

Para a apresentação da normatização apurada na pesquisa a fim de facilitar consultas e análises, estabeleceu-se um ordenamento cronológico para cada modalidade legal, com as respectivas ementas das leis.

Para não se delongar exaustivamente neste assunto, são feitos comentários de algumas leis, no caso as mais relevantes, apenas na esfera federal, deixando-se, particularmente, as leis Municipais de Bauru para uma análise em capítulo à parte e nas conclusões da dissertação.

2 - Cronologia e Comentário das Normas

2.1 - LEGISLAÇÃO DE COMPETÊNCIA FEDERAL

1 - LEIS - NÚMERO - DATA - EMENTA
1.01 - LEI Nº 3.824, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1960 EMENTA: Torna obrigatória a destoca e conseqüente limpeza das bacias hidráulicas dos açudes, represas ou lagos artificiais.
1.02 - LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 EMENTA: Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
1.03 - LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 EMENTA: Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.
1.04 - LEI Nº 4.717, DE 20 DE JUNHO DE 1965 EMENTA: Regula a ação popular.
1.05 - LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 : CÓDIGO FLORESTAL EMENTA: Institui o Novo Código Florestal.
1.06 - LEI Nº 4.778, DE 22 DE SETEMBRO DE 1965 EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terreno em prestações.
1.07 - LEI Nº 4.797, DE 29 DE OUTUBRO DE 1965 EMENTA: Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências.
1.08 - LEI Nº 5.106, DE 02 DE SETEMBRO DE 1966 EMENTA: Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.
1.09 - LEI Nº 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967: CÓDIGO DE PROTEÇÃO À FAUNA EMENTA: Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
1.10 - LEI Nº 5.357, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1967 EMENTA: Estabelece penalidade para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.
1.11 - LEI Nº 5.438, DE 20 DE MAIO DE 1968 EMENTA: Altera o artigo 4º do Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

1.12 - LEI Nº 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972 EMENTA: Cria o sistema nacional de cadastro rupa, e dá outras providências.
1.13 - LEI Nº 73.030, DE 30 DE OUTUBRO DE 1973 EMENTA: Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA e dá outras providências.
1.14 - LEI Nº 6.276, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1975 EMENTA: Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, alterado pela Lei nº 5.438, de 20 de maio de 1968.
1.15 - LEI Nº 6.340, DE 05 DE JULHO DE 1976 EMENTA: Estabelece regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo.
1.16 - LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977 EMENTA: Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares.
1.17 - LEI Nº 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977 EMENTA: Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao artigo 2º da lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivos à lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.
1.18 - LEI Nº 6.535, DE 15 DE JUNHO DE 1978 EMENTA: Acrescenta dispositivo ao artigo 2º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.
1.19 - LEI Nº 6.567, DE 24 DE SETEMBRO DE 1978 EMENTA: Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.
1.20 - LEI Nº 6.576, DE 30 DE SETEMBRO DE 1978 EMENTA: Dispõe sobre a proibição do abate do açaizeiro em todo território.
1.21 - LEI Nº 6.585, DE 24 DE OUTUBRO DE 1978 EMENTA: Acrescenta parágrafo ao artigo 29 do Decreto-Lei nº 221, de 28 fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca.
1.22 - LEI Nº 6.607, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1978 EMENTA: Declara o Pau-Brasil árvore nacional, institui o dia do Pau-Brasil.



1.23 - LEI Nº 6.631, DE 19 DE ABRIL DE 1979 EMENTA: Acrescenta parágrafo ao artigo 35, do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
1.24 - LEI Nº 6.638, DE 08 DE MAIO DE 1979 EMENTA: Estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais.
1.25 - LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 EMENTA: Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
1.26 - LEI Nº 6.803, DE 02 DE JULHO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.
1.27 - LEI Nº 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980. EMENTA: Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura.
1.28 - LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981. EMENTA: Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental.
1.29 - LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 EMENTA: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
1.30 - LEI Nº 7.173, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983 EMENTA: Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de Jardins Zoológicos.
1.31 - LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 EMENTA: Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao Meio Ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
1.32- LEI Nº 7.365, DE 13 DE SETEMBRO DE 1985. EMENTA: Dispõe sobre a fabricação de detergentes não biodegradáveis.
1.33 - LEI Nº 7.511, DE 07 DE JULHO DE 1986 EMENTA: Altera dispositivo da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.
1.34 - LEI Nº 7.584, DE 06 DE JANEIRO DE 1987 EMENTA: Acrescenta parágrafo ao artigo 33 da Lei nº 5.197, de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

unesp

1.35 - LEI Nº 7.643, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987 EMENTA: Proibe a pesca de cetáceo nas águas jurisdiconais brasileiras e dá outras providências.
1.36 - LEI Nº 7.653, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988 EMENTA: Altera a redação dos artigos 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
1.37 - LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 EMENTA: Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
1.38 - LEI Nº 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em período de reprodução e dá outras providências.
1.39 - LEI Nº 7.732, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais, e dá outras providências.
1.40 - LEI Nº 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e dá outras providências.
1.41 - LEI Nº 7.754, DE 14 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.
1.42 - LEI Nº 7.796, DE 10 DE JULHO DE 1989 EMENTA: Cria a comissão coordenadora regional de pesquisas na Amazônia - CORPAM.
1.43 - LEI Nº 7.797, DE 10 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
1.44 - LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a pesquisa, e experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagem, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
1.45 - LEI Nº 7.803, DE 18 DE JULHO DE 1989 EMENTA: Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nº 6.535, de 15 de julho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986.

1.46 - LEI Nº 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 EMENTA: Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1981 e dá outras providências .
1.47 - LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989 EMENTA: Altera o Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula.
1.48 - LEI Nº 7.875, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1989 EMENTA: Modifica dispositivo do Código Florestal vigente (Lei nº 4.771 15 de setembro de 1965) para dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.
1.49 - LEI Nº 7.997, DE 11 DE JANEIRO DE 1990. EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Nacional do carvão.
1.50 - LEI Nº 8.005, DE 22 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a cobrança e atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
1.51 - LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
1.52 - LEI Nº 8.028, DE 12 DE ABRIL DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
1.53 - LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a política agrícola.
1.54 - LEI Nº 8.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a concessão de benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.
1.55 - LEI Nº 8.665, DE 18 DE JUNHO DE 1993 EMENTA: Cancela débitos para com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.
1.56 - LEI Nº 8.723, DE 18 DE OUTUBRO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.

unesp

1.57 - LEI Nº 8.617, DE 04 DE JANEIRO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.
1.58 - LEI Nº 8.974, DE 05 DE JANEIRO DE 1995 EMENTA: Regulamenta os incisos II e V do § 1º. Do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no Meio Ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.
1.59 - LEI Nº 9.055, DE 19 DE JUNHO DE 1995 EMENTA: Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim.

2 - LEI DELEGADA - NÚMERO - DATA - EMENTA

2.1 - LEI DELEGADA Nº 10, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962
EMENTA: Cria a Superintendência do Departamento da Pesca e dá outras providências.

3 - DECRETOS - NÚMERO - DATA - EMENTA
3.01 - DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 EMENTA: Decreta o Código de Águas.
3.02 - DECRETO Nº 24.645, DE 10 DE JULHO DE 1934 EMENTA: Estabelece medidas de proteção aos animais.
3.03 - DECRETO Nº 1035, DE 10 DE JANEIRO DE 1939 EMENTA: Cria o Parque Nacional do Iguaçu.
3.04 - DECRETO Nº 28.840, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1950 EMENTA: Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina na parte correspondente a esse território, e dá outras providências.
3.05 - DECRETO Nº 50.813, DE 20 DE JUNHO DE 1961 EMENTA: Declara protetora as florestas que indica.
3.06 - DECRETO Nº 50.877, DE 29 DE JUNHO DE 1961 EMENTA: Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências.
3.07 - DECRETO Nº 58.016, DE 18 DE MARÇO DE 1966 EMENTA: Regulamenta o disposto na Lei nº 4.797, de 20 de outubro de 1965 e dá outras providências.
3.08 - DECRETO Nº 62.458, DE 25 DE MARÇO DE 1968 EMENTA: Regulamenta o Capítulo VIII (Títulos I e II, do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 - Isenções Gerais e Incentivos para Investimentos na Indústria de Pesqueira).
3.09 - DECRETO Nº 62.934, DE 02 DE JULHO DE 1968 EMENTA: Aprova o regulamento do Código de Mineração.
3.10 - DECRETO Nº 63.234, DE 12 DE SETEMBRO DE 1968 EMENTA: Institui o Dia da Ave.
3.11 - DECRETO Nº 64.618, DE 02 DE JUNHO DE 1968 EMENTA: Aprova o Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras.
3.12 - DECRETO Nº 68.459, DE 1º DE ABRIL DE 1971 EMENTA: Regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial brasileiro.
3.13 - DECRETO Nº 70.986, DE 16 DE AGOSTO DE 1972 EMENTA: Declara zonas prioritárias nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

unesp

3.14 - DECRETO Nº 76.389, DE 03 DE OUTUBRO DE 1975 EMENTA: Dispõe sobre as medidas de prevenção e controle da poluição industrial de que trata o Decreto nº 1413, de 14 de agosto de 1975.
3.15 - DECRETO Nº 79.046, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 EMENTA: Dispõe sobre a aplicação dos incentivos fiscais para o desenvolvimento florestal do País.
3.16 - DECRETO Nº 79.367, DE 09 DE MARÇO DE 19677 EMENTA: Dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água.
3.17 - DECRETO Nº 81.107, DE 22 DE DEZEMBRO DE 19677 EMENTA: Define o elenco de atividades consideradas de alto interesse para o desenvolvimento e a segurança nacional, para efeito do disposto nos artigos 1º. E 2º. do Decreto-Lei nº 1.413(1), de 14 de agosto de 1975.
3.18 - DECRETO Nº 83.540, DE 04 DE JUNHO DE 1979 EMENTA: Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.
3.19 - DECRETO Nº 84.017, DE 21 DE SETEMBRO DE 1979 EMENTA: Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.
3.20 - DECRETO Nº 84.973, DE 29 DE JULHO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre a co-Localização de Estações Ecológicas e Usinas Nucleares.
3.21 - DECRETO Nº 86.028, DE 27 DE MAIO DE 1981 EMENTA: Institui em todo o Território Nacional a Semana Nacional do Meio Ambiente.
3.22 - DECRETO Nº 86.176 DE 06 DE JULHO DE 1981 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico.
3.23 - DECRETO Nº 86.667, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1981 EMENTA: Fixa os limites do Parque Nacional do Iguaçu.
3.24 - DECRETO Nº 87.079, DE 02 DE ABRIL DE 1982 EMENTA: Aprova as Diretrizes para o Programa de Mobilização Energética.
3.25 - DECRETO Nº 87.222, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1982 EMENTA: Cria as Estações Ecológicas do Seridó, Serra dos Araras, Guaraqueçaba e Caracaraí.
3.26 - DECRETO Nº 88.207, DE 30 DE MARÇO DE 1983 EMENTA: Define prioridades a serem observadas na execução da política de reflorestamento, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.



3.27 - DECRETO Nº 88.351, DE 1º DE JUNHO DE 1983 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
3.28 - DECRETO Nº 89.336, DE 31 DE JANEIRO DE 1984 EMENTA: Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências.
3.29 - DECRETO N.º 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 EMENTA: Acrescenta incisos ao artigo 37, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente.
3.30 - DECRETO Nº 90.883, DE 31 DE JANEIRO DE 1985 EMENTA: Dispõe sobre a Implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.
3.31 - DECRETO Nº 91.304, DE 03 DE JULHO DE 1985 EMENTA: Dispõe sobre a implantação de Áreas de Proteção Ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e dá outras providências.
3.32 - DECRETO Nº 91.305, DE 03 DE JULHO DE 1985 EMENTA: Altera dispositivos do Regulamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
3.33 - DECRETO Nº 21.888, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1985 EMENTA: Declara como áreas de relevante interesse ecológico - ARIE as Ilhas de Pinheiro e Pinheirinho.
3.34 - DECRETO Nº 92.302, DE 16 DE JANEIRO DE 1985 EMENTA: Regulamenta o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.
3.35 - DECRETO Nº 92.752, DE 05 DE JULHO DE 1986 EMENTA: Aprova o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.
3.36 - DECRETO Nº 93.630, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1986 EMENTA: Altera dispositivos do Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, modificado pelo Decreto nº 91.035, de 3 de junho de 1985, que regulamentou as leis que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a criação de Estações Ecológicas e áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.
3.37 - DECRETO Nº 94.076, DE 05 DE MARÇO DE 1987 EMENTA: Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas.



3.38 - DECRETO Nº 94.085, DE 10 DE MARÇO DE 1987 EMENTA: Altera a alínea "i", item II, do artigo 6º, do Decreto nº 93.630, de 28 de novembro de 1986, que dispõe sobre os representantes do Ministério da Indústria e Comércio no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.
3.39 - DECRETO Nº 94.764, DE 11 DE AGOSTO DE 1987 EMENTA: Altera o Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, que regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.
3.40 - DECRETO Nº 94.998, DE 05 DE OUTUBRO DE 1987 EMENTA: Dá nova redação ao §. 9º, do artigo 6º, do Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, modificado pelo Decreto Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
3.41 - DECRETO Nº 95.715, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1988 EMENTA: Regulamenta as Desapropriações para Reforma Agrária.
3.42 - DECRETO Nº 95.733, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a Inclusão no Orçamento dos Projetos e obras Federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da execução desses projetos e obras.
3.43 - DECRETO Nº 96.233, DE 28 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a aplicação dos incentivos fiscais para o desenvolvimento florestal do País.
3.44 - DECRETO Nº 96.150, DE 13 DE JULHO DE 1988 EMENTA: Altera o § 4º, do art. 6º, do Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, na redação dada pelo Decreto nº 93.630, de 28 de novembro de 1986.
3.45 - DECRETO Nº 96.617, DE 31 DE AGOSTO DE 1988 EMENTA: Altera o Decreto nº 92.302, de 16 de janeiro de 1986, que regulamenta o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e dá outras providências.
3.46 - DECRETO Nº 96.660, DE 06 DE SETEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o Grupo de Coordenação incumbido de elaborar e atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e as normas para sua implementação.

unesp

3.46 - DECRETO Nº 96.660, DE 06 DE SETEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o Grupo de Coordenação incumbido de elaborar e atualizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e as normas para sua implementação.
3.47 - DECRETO Nº 96.943, DE 12 DE OUTUBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre os incentivos e créditos oficiais a projetos agrícolas e pecuários na Amazônia Legal.
3.48 - DECRETO Nº 96.944, DE 12 DE OUTUBRO DE 1988 EMENTA: Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal.
3.49 - DECRETO Nº 97.507, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro.
3.50 - DECRETO Nº 97.558, DE 07 DE MARÇO DE 1989 EMENTA: Altera o artigo 6º do Decreto nº 88.351, de 1º de julho de 1983, que dispõe sobre a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
3.51 - DECRETO Nº 97.626, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a realização de estudos sobre o controle de produção, comércio e uso de técnicas, métodos e substâncias químicas que comportem risco para a vida, e dá outras providências.
3.52 - DECRETO Nº 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Regulamenta o artigo 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Código Florestal, e dá outras providências.
3.53 - DECRETO Nº 97.631, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Altera a redação do artigo 12 do Decreto nº 58.016, de 18 de março de 1966, que regulamenta a Lei nº 4.797, de 20 de outubro de 1965 e dá outras providências.
3.54 - DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.
3.55 - DECRETO Nº 97.634, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o Meio Ambiente e dá outras providências.
3.56 - DECRETO Nº 97.635, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Regula o artigo do Código Florestal e dispõe sobre a prevenção e combate e incêndio florestal, e dá outras providências.

unesp

3.57 - DECRETO Nº 97.637, DE 10 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a suspensão temporária dos incentivos fiscais, e créditos oficiais visando a reavaliação e reorientação dos mesmos, e dá outras providências.
3.58 - DECRETO Nº 97.688, DE 25 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Cria o Parque Nacional de Superagüi.
3.59 - DECRETO Nº 97.802, DE 05 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Altera o artigo 6º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983 e suas alterações posteriores, para incluir o Ministério da Aeronáutica no Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
3.60 - DECRETO LEI Nº 97.946, DE 11 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a Estrutura Básica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e dá outras providências.
3.61 - DECRETO Nº 98.109, DE 31 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Altera o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, artigo 6º, incisos, que dispõem sobre a composição do Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
3.62 - DECRETO Nº 98.161, DE 21 DE SETEMRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a administração do Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
3.63 - DECRETO Nº 98.812, DE 09 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Regulamenta a lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.
3.64 - DECRETO Nº 98.816, DE 11 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação e exploração, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes a fins, e dá outras providências.
3.65 - DECRETO Nº 98.890, DE 25 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre área de exercício de atividades de garimpagem, na Gleba Uraricaá Santa Rosa, no Estado de Roraima.
3.66 - DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre as reservas extrativistas.
3.67 - DECRETO Nº 98.914, DE 31 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

3.68 - DECRETO Nº 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico.
3.69 - DECRETO Nº 99.221, DE 25 DE ABRIL DE 1990 EMENTA: Cria a comissão interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (CIMA).
3.70 - DECRETO Nº 99.244, DE 10 DE MAIO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
3.71 - DECRETO Nº 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 6.9002, de 27 de abril de 1981, e Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Reservas Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
3.72 - DECRETO Nº 99.547, DE 25 DE SETEMBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica, dá outras providências.
3.73 - DECRETO Nº 99.556, DE 1º DE OUTUBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional.
3.74 - DECRETO Nº 22, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas.
3.75 - DECRETO Nº 24, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre as ações visando a proteção do meio ambiente em terras indígenas.
3.76 - DECRETO Nº 122, DE 17 DE MAIO DE 1991 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 41 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.
3.77 - DECRETO DE 31 DE MAIO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a proibição de corte, beneficiamento, transporte e comercialização das espécies florestais que especifica.
3.78 - DECRETO Nº 563, DE 05 DE JUNHO DE 1992 EMENTA: Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação.

3.79 - DECRETO Nº 598, DE 08 DE JULHO DE 1992 EMENTA: Delega competência ao Ministro das Minas e Energia para a prática dos atos relacionados à proteção do serviço público de energia elétrica, à derivação de águas e à concessão de lavra mineral.
3.80 - DECRETO Nº 750, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre o corte, a exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
3.81 - DECRETO Nº 875, DE 19 DE JULHO DE 1993 EMENTA: Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
3.82 - DECRETO Nº 917, DE 08 DE SETEMBRO DE 1993 EMENTA: Aprova o Programa Nacional de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil para o período de 1993-1999.
3.83 - DECRETO Nº 918, DE 08 DE SETEMBRO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre a Elaboração do Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral.
3.84 - DECRETO Nº 1.049, DE 25 DE JANEIRO DE 1994 EMENTA: Define Normas para a Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).
3.85 - DECRETO Nº 1.141, DE 19 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.
3.86 - DECRETO Nº 1.203, DE 28 DE JULHO DE 1994 EMENTA: Aprova o IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (IV PSRM).
3.87 - DECRETO Nº 1.205, DE 1º DE AGOSTO DE 1994 EMENTA: Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.
3.88 - DECRETO Nº 1.282, DE 19 DE OUTUBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta os arts. 15, 19, 20 e 21, da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.
3.89 - DECRETO Nº 1.298, DE 27 DE OUTUBRO DE 1994 EMENTA: Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais.
3.90 - DECRETO Nº 1.306, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os artigos 13 e 20, da lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, seu Conselho Gestor.

3.91 - DECRETO Nº 1.354, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, o Programa Nacional da Diversidade Biológica.
3.92 - DECRETO Nº 1.520, DE 12 DE JUNHO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a vinculação, competências e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.
3.93 - DECRETO Nº 1.541, DE 27 DE JUNHO DE 1995 EMENTA: Regulamenta o Conselho Nacional da Amazônia Legal.
3.94 - DECRETO Nº 1.922, DE 05 DE JUNHO DE 1996 EMENTA: Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências.

unesp

4 - DECRETO LEGISLATIVO - NÚMERO - DATA - EMENTA

4.01 - DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 21 DE JUNHO DE 1972 EMENTA: Aprova o texto do decreto-lei nº 1.217, de maio de 1972, que dispõe sobre incentivos à pesca e dá outras providências.
4.02 - DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1983 EMENTA: Aprova o texto do decreto-lei nº 2.057, de 23 de agosto de 1983, que altera e revoga dispositivos do decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca, alterado pela Lei nº 6.276, de 1º de dezembro de 1975.

5 - DECRETOS-LEIS - NÚMERO - DATA - EMENTA
5.01 - DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 EMENTA: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
5.02 - DECRETO-LEI Nº 852, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938 EMENTA: Mantém, com modificações, o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.
5.03 - DECRETO-LEI Nº 3.094, DE 05 DE MARÇO DE 1941 EMENTA: Dispõe sobre as Fontes de Águas Minerais, Termais e Gasosas.
5.04 - DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941 EMENTA: Altera a Lei de Introdução do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e a Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).
5.05 - DECRETO-LEI Nº 4.146, DE 04 DE MARÇO DE 1942 EMENTA: Dispõe sobre a Proteção dos Depósitos Fossilíferos.
5.06 - DECRETO-LEI Nº 7.841, DE 08 DE AGOSTO DE 1942 EMENTA: Código de Águas Minerais.
5.07 - DECRETO-LEI Nº 44, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966 EMENTA: Altera os limites do mar territorial do Brasil, estabelece uma zona contígua e dá outras providências.
5.08 - DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 EMENTA: Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
5.09 - DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 EMENTA: Código de Mineração.
5.10 - DECRETO-LEI Nº 271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 EMENTA: Dispõe sobre o loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo.
5.11 - DECRETO-LEI Nº 289, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 EMENTA: Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
5.12 - DECRETO-LEI Nº 411, DE 08 DE JANEIRO DE 1969 EMENTA: Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, organização de seus Municípios.
5.13 - DECRETO-LEI Nº 1.098, DE 25 DE MARÇO DE 1970 EMENTA: Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências.



5.14 - DECRETO-LEI Nº 1.134, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 EMENTA: Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.
5.15 - DECRETO-LEI Nº 1.217, DE 09 DE MAIO DE 1972 EMENTA: Dispõe sobre incentivos à pesca e dá outras providências.
5.16 - DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975 EMENTA: Dispõe sobre o controle da poluição do Meio Ambiente provocada por atividades industriais.
5.17 - DECRETO-LEI Nº 1.483, DE 06 DE OUTUBRO DE 1976 EMENTA: Dispõe sobre a correção monetária do valor dos recursos florestais e dos direitos de sua exploração.
5.18 - DECRETO-LEI Nº 1.503, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1976 EMENTA: Dispõe sobre incentivos fiscais para empreendimentos florestais.
5.19 - DECRETO-LEI Nº 1.594, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 EMENTA: Prorroga os incentivos fiscais previstos no decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.
5.20 - DECRETO-LEI Nº 1.809, DE 07 DE OUTUBRO DE 1980 EMENTA: Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.
5.21 - DECRETO-LEI Nº 1.865, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981 EMENTA: Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.
5.22 - DECRETO-LEI Nº 2.057, DE 23 DE AGOSTO DE 1983 EMENTA: Altera e revoga dispositivos do decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, alterado pela Lei nº 6.276, de 1º de dezembro de 1975.
5.23 - DECRETO-LEI Nº 2.467, DE 1º DE SETEMBRO DE 1988 EMENTA: Altera o decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

6 - RESOLUÇÕES - NÚMERO - DATA - EMENTA

6.01 - RESOLUÇÃO PGJ Nº 007, DE 28 DE AGOSTO DE 1985 EMENTA: Regulamenta o inquérito civil previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.
6.02 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 004, DE 18 DE SETEMBRO DE 1985 EMENTA: Dispõe sobre Reserva Ecológica, Formações Florísticas e as áreas de preservação permanente mencionadas no art. 18 da Lei nº 6.938/81, bem como as que forem estabelecidas pelo Poder Público, de acordo com o que Preceitua o artigo 1º do decreto nº 89.336/84.
6.03 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1985 EMENTA: Inclui entre as atividades potencialmente poluidoras o transporte, estocagem e uso do pentaclorofenol e pentaclorofenato de sódio.
6.04 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental.
6.05 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001-A, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 EMENTA: Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos.
6.06 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 011, DE 18 DE MARÇO DE 1986 EMENTA: Referenda a resolução CONAMA nº 005/85.
6.07 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 018, DE 06 DE MAIO DE 1986 EMENTA: Dispõe sobre a emissão de poluentes por veículos automotores.
6.08 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 020, DE 18 DE JULHO DE 1986 EMENTA: Classifica as águas doces, salobras e salinas.
6.09 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 023, DE 18 DE SETEMBRO DE 1986 EMENTA: Submete ao CONAMA os estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais dos projetos de construção de hidrelétricas.
6.10 - RESOLUÇÃO Nº 05, DE 06 DE JULHO DE 1987 EMENTA: Aprova o programa nacional de proteção ao patrimônio espeleológico.
6.11 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987 EMENTA: Sobre Licenciamento Ambiental do Setor Elétrico.
6.12 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 EMENTA: Dispõe sobre as audiências públicas.
6.13 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 010, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 EMENTA: Dispõe sobre o licenciamento de obras de grande porte.



6.14 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 11, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 EMENTA: Declara como unidades de conservação as categorias de Sítios Ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do Poder Público, as que discrimina.
6.15 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01, DE 13 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Estabelece os critérios e procedimentos básicos para a implementação do cadastro técnico federal das atividades e instrumentos de defesa ambiental.
6.16 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 15 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento.
6.17 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 15 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a necessidade de controle dos resíduos industriais.
6.18 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico das Áreas de Proteção Ambiental.
6.19 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 011, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre incêndio florestais em Unidades de Conservação e dá outras providências.
6.20 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 012, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 EMENTA: Declara as Áreas de Relevante Interesse Ecológico-ARIEs, como Unidade de Conservação.
6.21 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, DE 15 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a emissão de aldeídos no gás de escapamento de veículos automotores do Ciclo Otto.
6.22 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 004, DE 15 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Regulamenta a emissão de hidrocarbonetos em presença de álcool.
6.23 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 15 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR.
6.24 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 06, DE 15 DE JUNHO DE 1989 EMENTA: Institui o cadastro nacional de entidades ambientalistas - CNEA.
6.25 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 12, DE 14 DE SETEMBRO DE 1989 EMENTA: Estabelece normas gerais relativas às áreas de relevante interesse ecológico - ARIEs.
6.26 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 017, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1989 EMENTA: Define a destinação das peles de animais silvestres apreendidas pelo IBAMA.

6.27 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.
6.28 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 08 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a poluição sonora.
6.29 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a ampliação do monitoramento e controle dos poluentes atmosféricos.
6.30 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 17 DE OUTUBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe a necessidade de comunicar aos órgãos ambientais a aplicação de dispersantes químicos em vazamento, derrames e descargas de petróleo e seus derivados.
6.31 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 088, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 EMENTA: Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.
6.32 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a definição, pelos órgãos ambientais, das atividades que afetam a biota nativa das Unidades de Conservação.
6.33 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Extração Mineral das Classes I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.
6.34 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 010, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Extração Mineral da Classe II.
6.35 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 22 DE AGOSTO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas como fontes potenciais de risco para o Meio Ambiente.
6.36 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.
6.37 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 008, DE 19 DE SETEMBRO DE 1991 EMENTA: Veda a entrada no País de materiais residuais destinados à disposição final e incineração no Brasil.

6.38 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/92, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1993 EMENTA: Estabelece, para os veículos automotores nacionais e importados, os limites máximos de ruído - com veículos em aceleração e na condição parado - excetuando-se as motocicletas, motonetas, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados.
6.39 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002/92, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1993 EMENTA: Estabelece limites máximos de emissão de ruído para motocicletas, motonetas, triciclos, ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos assemelhados.
6.40 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 004, DE 31 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre as áreas de formação nativas de restinga.
6.41 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 05 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, bem como aos terminais ferroviários e rodoviários, para prescrever a saúde e a qualidade do Meio Ambiente.
6.42 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre a divulgação de forma abrangente das especificações de regulagem e manutenção dos veículos automotores pelos respectivos fabricantes e importadores.
6.43 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 007, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre a implantação, pelas administrações estaduais e municipais, de Programas de Inspeção e Manutenção para veículos em uso.
6.44 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 008, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Complementa a Resolução CONAMA nº 018/86, que estabelece os Limites Máximos de Emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados.
6.45 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre óleo lubrificante: uso, gerenciamento e reciclagem.
6.46 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 010, DE 1º DE OUTUBRO DE 1993 EMENTA: Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.
6.47 - RESOLUÇÃO CONJUNTA/IBAMA/SUPES/SP-SMA/SP Nº 1, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993 EMENTA: Estabelece normas para o cumprimento da reposição florestal obrigatória no Estado de São Paulo.



6.48 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 016, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1993 EMENTA: Ratifica os limites de emissão, os prazos e demais exigências contidas na Resolução CONAMA nº 018/86, que Institui o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, e torna obrigatório o Licenciamento Ambiental junto ao IBAMA, para as especificações, fabricação, comercialização e distribuição de novos combustíveis e sua formulação final para o uso em todo país.
6.49 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 31 DE JANEIRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993 para o Estado de São Paulo.
6.50 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 18 DE MARÇO DE 1994 EMENTA: Define as formações vegetais primárias e os estágios sucessionais de vegetação secundária, para orientar os procedimentos de licenciamento de exploração de vegetação nativa no Estado do Paraná.
6.51 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 004, DE 04 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado de Santa Catarina.
6.52 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 04 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado da Bahia.
6.53 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 04 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a apresentação de parâmetros mensuráveis para análise dos estágios de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.
6.54 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 009, DE 04 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a declaração dos valores típicos de emissão de hidrocarbonetos, aldeídos e álcoois, em todas as configurações de produção de veículos com motor a álcool.
6.55 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 012, DE 04 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Aprova o Glossário de Termos Técnicos, elaborada pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica.
6.56 - RESOLUÇÃO CONJUNTA IBAMA/SUPES/SP-SMA/SP Nº 2, DE 12 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o artigo 4º do Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

6.57 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre o desenvolvimento dos Programas de Inspeção e Manutenção para Veículos Automotores em Uso.
6.58 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 019, DE 29 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Autoriza, em caráter de excepcionalidade, a exportação de resíduos perigosos contendo bifenilas policloradas PCBs, sob todas as formas em que se apresentem.
6.59 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 020, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Institui o Selo Ruído para aparelhos eletrodomésticos, que venham a ser produzidos ou importados.
6.60 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 022, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre novos cadastramentos e recadastramentos no Cadastro Nacional das Entidades Ambientais - CEMA.
6.61 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 023, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.
6.62 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 024, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a importação ou exportação de rejeito radioativo.
6.63 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 025, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado do Ceará.
6.64 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 026, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado do Piauí.
6.65 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 028, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado de Alagoas.
6.66 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 029, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado do Espírito Santo.
6.67 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 030, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado de Mato Grosso do Sul.
6.68 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 031, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado de Pernambuco.
6.69 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 032, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado do Rio Grande do Norte.



6.70 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 033, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado do Rio Grande do Sul.
6.71 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 034, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Regulamenta o art. 6º do Decreto nº 750, de 10 de janeiro de 1993, para o Estado de Sergipe.
6.72 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 037, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre o controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.
6.73 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 004, DE 09 DE OUTUBRO DE 1995 EMENTA: Considera Áreas de Segurança Aeroportuária - ASA as áreas que especifica e classifica o tipo de operação em duas categorias.
6.74 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 013, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre o cadastramento, junto ao IBAMA, das empresas que produzam, importem, exportem, comercializem ou utilizem substâncias que destroem a camada de ozônio, em quantidade superior a 1(uma) tonelada anual.
6.75 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 014, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe a apresentação ao IBAMA, até 31/12/96, de um programa trienal para a execução de ensaios de durabilidade dos equipamentos de motores, pelos fabricantes de veículos automotores de passageiros equiparados com o motor do ciclo Otto, nacionais ou produzidos nos países do MERCOSUL.
6.76 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 015, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Estabelece nova classificação dos veículos automotores, a partir de 1º de janeiro de 1996, para o controle da emissão veicular de gases, material particulado e evaporativo.
6.77 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a homologação e certificação quanto ao índice de fumaça [opacidade] para os motores do ciclo diesel em aceleração livre.
6.78 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Ratifica os limites máximo de ruído e o cronograma para seu atendimento, determinadas pelo art. 20 da Resolução CONAMA nº 008/93, com exceção da vigência estabelecida para a data de 1º de janeiro de 1996.
6.79 - RESOLUÇÃO CONAMA Nº 018, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção para Veículos Automotores em Uso.



7 - INSTRUÇÕES - NÚMERO - DATA - EMENTA

7.01 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBDF Nº 001, DE 11 DE ABRIL DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre as disposições da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.
7.02 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBDF Nº 002, DE 29 DE ABRIL DE 1980 EMENTA: Altera dispositivos da Instrução Normativa IBDF nº 001/80.
7.03 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 84, DE 11 DE ABRIL DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre autorização pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo para a exploração de qualquer tipo de formação florestal, prevista na Instrução Normativa IBAMA nº 84/91 e na presente Ordem de Serviço.
7.04 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 1, DE 09 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a exploração, no Estado de Santa Catarina, dos estágios de vegetação caracterizados como Pioneiro.
7.05 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 84, DE 1º DE OUTUBRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre o corte e exploração de Floresta Primária da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.
7.06 - INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 85, DE 1º DE OUTUBRO DE 1991 EMENTA: Proíbe a exploração de Floresta Primária da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.

8 - PORTARIAS - NÚMERO - DATA - EMENTA

8.01 - PORTARIA IBDF Nº 79-P, DE 03 DE MARÇO DE 1975 EMENTA: Regulamenta a caça amadorista prevista na Lei nº 5.197/67.
8.02 - PORTARIA MINTER Nº 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 EMENTA: Estabelece padrões de qualidade de ar.
8.03 - PORTARIA NORMATIVA IBDF DC Nº 20, DE 27 DE SETEMBRO DE 1976 EMENTA: Proibe o abate de araucária e a colheita de pinhões nos meses de abril, maio e junho.
8.04 - PORTARIA IBDF Nº 130-P, DE 06 DE ABRIL DE 1978 EMENTA: Regulamenta a criação de animais em cativeiro.
8.05 - PORTARIA MINTER Nº 53, DE 1º DE MARÇO DE 1979 EMENTA: Estabelece normas aos projetos específicos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, bem como a fiscalização de sua implantação.
8.06 - PORTARIA IBDF Nº 377-P, DE 09 DE JUNHO DE 1980 EMENTA: Delega poderes a órgãos ambientais do Estado de São Paulo.
8.07 - PORTARIA MINTER Nº 92, DE 19 DE JUNHO DE 1980 recreativas, inclusive de propaganda.
8.08 - PORTARIA MINTER Nº 100, DE 16 DE JULHO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre a emissão de fumaça por veículos movidos a óleo diesel.
8.09 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 903, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980 EMENTA: Institui o registro do produtor de lenha e carvão.
8.10 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 269-P, DE 05 DE MAIO DE 1981 EMENTA: Dispõe sobre a exploração das florestas implantadas com recursos oriundos de incentivos fiscais e/ou cumprir os artigos 20 e 21 da Lei nº 4.771/65.
8.11 - PORTARIA IBDF Nº 062-P, DE 17 DE MARÇO DE 1982 EMENTA: Institui a sistemática de cálculo de juros de mora, de multas de de mora e correção monetária incidentes sobre as RECEITAS PRÓPRIAS DO IBDF devidas pelos contribuintes e não pagas no vencimento.
8.12 - PORTARIA IBDF Nº 108-P, DE 02 ABRIL DE 1982 EMENTA: Dispõe sobre a permissão da caça amadorista.

8.13 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 511, DE 29 DEZEMBRO DE 1982 EMENTA: Aprova normas para o registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas junto ao IBDF.
8.14 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 300-P, DE AGOSTO DE 1983 EMENTA: Aprova as normas para o registro obrigatório das pessoas físicas e jurídicas junto ao IBDF.
8.15 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 446, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1983 EMENTA: Institui normas para uso do "Regime Especial de Transporte".
8.16 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 197, DE 10 DE MAIO DE 1984 EMENTA: Deixa a critério da Delegacia Estadual do IBDF a concessão do "Regime Especial de Transporte.
8.17 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 302-P, DE 03 DE JULHO DE 1984 EMENTA: Estabelece normas para a exportação de florestas e de outras formações arbóreas.
8.18 - PORTARIA NORMATIVA Nº 122-P, DE 19 DE MARÇO DE 1985 EMENTA: Dispõe sobre o registro do IBDF.
8.19 - PORTARIA MINC Nº 11, DE 11 DE SETEMBRO DE 1986 EMENTA: Estabelece normas de procedimento para os processos de tombamento.
8.20 - PORTARIA IBDF Nº 464, DE 09 DE OUTUBRO DE 1986 EMENTA: Altera as normas sobre o parcelamento de débitos decorrentes de multas aplicadas pelo IBDF e os de Reposição Florestal e fixa procedimentos administrativos.
8.21 - PORTARIA IBDF Nº 486-P, DE 28 DE OUTUBRO DE 1986 EMENTA: Fixa norma para a exploração de florestas primitivas.
8.22 - PORTARIA IBDF Nº 501-P, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1986 EMENTA: Modifica dispositivos da Portaria nº 486/86-P.
8.23 - PORTARIA IBDF Nº 131-P, DE 05 DE MAIO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o registro de Federações Ornitofílicas.
8.24 - PORTARIA IBDF Nº 132, DE 05 DE MAIO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o registro de criadouro destinado à reprodução de espécimes da fauna silvestre com finalidade econômica.
8.25 - PORTARIA IBDF Nº 217, DE 27 DE JULHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a instituição da Reserva Particular de Fauna e Flora.
8.26 - PORTARIA IBDF Nº 231-P, DE 08 DE AGOSTO DE 1988 EMENTA: Disciplina o uso do fogo sob forma de queimada controlada.
8.27 - PORTARIA IBDF Nº 241-P, DE 17 DE AGOSTO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre as normas e procedimentos para cobrança de multas administrativas e outros débitos com o IBDF.

unesp

8.28 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 242, DE 17 DE AGOSTO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a obrigação do consumidor de matéria prima florestal, de manter e/ou a formar florestas destinadas ao próprio suprimento.
8.29 - PORTARIA IBDF Nº 267-P, DE 05 DE SETEMBRO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre as penalidades que especifica.
8.30 - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 01, DE 30 DE SETEMBRO DE 1988 EMENTA: Determina que sejam ouvidos o IBDF e a SEMA em todos os processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária.
8.31 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 228-P, DE 04 DE OUTUBRO DE 1988 EMENTA: Sistematiza a aplicação dos incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento florestal.
8.32 - PORTARIA SUDEPEN Nº 03, DE 16 DE OUTUBRO DE 1988 EMENTA: Proíbe a pesca de arrasto com portas ou sistemas de parelhas a qualquer barco, dentro de uma faixa de 1,5 milhas da costa, nos lugares que especifica.
8.33 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 302-P, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1988 EMENTA: Estabelece valores de contribuições compatíveis com o nível de consumo da matéria-prima florestal.
8.34 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 330, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988 EMENTA: Altera dispositivos da Portaria IBDF nº 242/88
8.35 - PORTARIA IBDF Nº 07-P, DE 09 DE JANEIRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre os custos de vistoria prévia para efeito de fornecimento de autorização de uso de fogo sob forma de queimada.
8.36 - PORTARIA NORMATIVA IBDF Nº 011-P, DE 11 DE JANEIRO DE 1989 EMENTA: Estabelecer contingência e cotas de exportação de pinho, canela e imbuía.
8.37 - PORTARIA IBAMA Nº 125, DE 07 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre conjunto de formulários que especifica.
8.38 - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 292, DE 25 DE ABRIL DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre o registro das empresas que se dedicam à indústria e comércio de preservativos de madeira.
8.39 - PORTARIA IBDF Nº 218-P, DE 04 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Normaliza os procedimentos quanto às autorizações de derrubada e exploração florestal e envolvendo área de Mata Atlântica.



8.40 - PORTARIA IBAMA Nº 250, DE 12 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Prorroga para 15 de julho de 1989, os prazos previstos no artigo 3º e seu parágrafo único da Portaria nº 11-p/89.
8.41 - PORTARIA IBAMA Nº 251, DE 15 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Limita a frota de arrasto de fundo na captura de peixes demersais.
8.42 - PORTARIA IBAMA Nº 254, DE 15 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Proíbe a pesca nas águas adjacentes à praia de Camburi.
8.43 - PORTARIA IBAMA Nº 283-P, DE 18 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a forma de registro de Jardins Zoológicos Públicos ou privados.
8.44 - PORTARIA IBAMA Nº 310-P, DE 26 DE MAIO DE 1989 EMENTA: Regulamenta os artigos 6º, 11 e 22 da Lei nº 5.197/87 que dispõe sobre a concessão de registro dos clubes e sociedades amadorísticas de caça e tiro ao vôo.
8.45 - PORTARIA NORMATIVA Nº 435, DO IBAMA, DE 09 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Implanta o registro obrigatório de equipamentos destinados ao controle da substância mercúrio metálico em atividades de garimpagem de ouro.
8.46 - PORTARIA IBAMA Nº 438, DE 09 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 4º da Portaria nº 218, de 4 maio de 1989.
8.47 - PORTARIA IBAMA Nº 439, DE 09 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de reposição florestal para o caso de exploração de palmito.
8.48 - PORTARIA NORMATIVA Nº 440, DO IBAMA DE 09 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a obrigação da manutenção, por pessoas físicas ou jurídicas consumidoras de matéria prima florestal, de florestas próprias (florestas energéticas) destinadas ao seu patrimônio.
8.49 - PORTARIA IBAMA Nº 441, DE 09 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre reposição florestal obrigatória.
8.50 - PORTARIA IBAMA Nº 498, DE 05 DE SETEMBRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre atualização monetária e encargos dos débitos de qualquer natureza para com o IBAMA.
8.51 - PORTARIA IBAMA Nº 02, DE 12 DE OUTUBRO DE 1989 EMENTA: Fixa o período como defeso para a pesca na Piracema.

8.52 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 920, DE 17 DE OUTUBRO DE 1989 EMENTA: Aprova novo impresso do Documento Único de Arrecadação - DUA.
8.53 - PORTARIA IBAMA Nº 1.065, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1989 EMENTA: Proíbe a pesca, com rede de emalhar fixa e/ou de deriva, na bacia do Lago-Acu, Município de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão.
8.54 - PORTARIA IBAMA Nº 1.132, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989 EMENTA: Proíbe, no Município de São Sebastião, Estado de São Paulo, exercício da pesca amadora e profissional na área limitada pelas coordenadas geográficas que especifica.
8.55 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA/SUPES-PR Nº 05, DE 15 DE OUTUBRO DE 1989 EMENTA: Proíbe a captura do caranguejo Ucides ssp, no período de 1º de fevereiro a 31 de outubro de cada ano, no Estado do Paraná.
8.56 - PORTARIA IBAMA Nº 1.522, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
8.57 - PORTARIA IBAMA Nº 1.581, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 EMENTA: Restabelece normas para o registro de empresas de pesca.
8.58 - PORTARIA IBAMA Nº 1.583, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 EMENTA: Estabelece normas para o exercício da Pesca Amadora, Competições de Pesca e Inscrição de clubes ou associações de Amadores de Pesca junto ao IBAMA.
8.59 - PORTARIA NORMATIVA Nº 01, IBAMA, DE 04 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Institui cobranças no fornecimento de licença ambiental.
8.60 - PORTARIA IBAMA, Nº 19 DE 17 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Proíbe a permuta de animais entre zoológicos, criadouros científicos e comerciais que não estejam regularizados.
8.61 - PORTARIA IBAMA Nº 94, DE 26 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Institui o serviço de defesa ambiental.
8.62 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA/SUPES-PR, Nº 1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1990 EMENTA: Proíbe o exercício da pesca com o emprego de redes de quaisquer tipos, na Baía de Guaratuba.
8.63 - PORTARIA IBAMA/SUPES-CE, Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1990 EMENTA: Interdita a pesca das espécies em piracema nas águas represadas dos açudes públicos a partir de 10 de março de 1990.

8.64 - PORTARIA IBAMA Nº 200, DE 02 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Proíbe a pesca com redes de emalhar no Lago Grande de Monte Alegre, Estado do Pará.
8.65 - PORTARIA IBAMA Nº 229, DE 07 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Proíbe a captura, com retirada do primeiro par de patas locomotoras e suas quelas, de caranguejos da espécie Ucides cordatus em toda a costa do Estado da Bahia.
8.66 - PORTARIA IBAMA Nº 230, DE 07 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a proibição da pesca profissional no Rio Araguaia em trecho e com petrechos que especifica.
8.67 - PORTARIA IBAMA Nº 233, DE 07 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Proíbe no período de 15/6 a 14/7, a pesca de arrasto de camarões em toda a extensão da Plataforma Continental compreendida entre as latitudes de 8º 43' S e 8º 54' S.
8.68 - PORTARIA IBAMA Nº 239, DE 08 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Regulamenta a cobrança de Ingresso nos Parques Nacionais, bem como, destinação das Receitas previstas pela Lei nº 7.878/89.
8.69 - PORTARIA IBAMA Nº 332, DE 13 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a licença para coleta de material zoológico.
8.70 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 348, DE 14 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos.
8.71 - PORTARIA IBAMA Nº 349, DE 14 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Estabelece os procedimentos a serem seguidos juntos ao Ibama para efeito de registro, renovação de registro e extensão de uso para agrotóxicos, seus componentes e afins.
8.72 - PORTARIA IBAMA Nº 480, DE 22 DE MARÇO DE 1990 EMENTA: Autoriza a caça amadorista no Estado do Rio Grande do Sul.
8.73 - PORTARIA IBAMA Nº 541, DE 06 DE ABRIL DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a Base Física para o Manejo da Fauna do Pantanal Mato-grossense Porto Jofre.
8.74 - PORTARIA IBAMA/SUPES-PAN Nº 11, DE 30 DE MAIO DE 1990 EMENTA: Considera aberta, a partir de 1/6/90, Pesca Profissional na Bacia Hidrográfica da Ilha do Marajó, no Estado do Pará.
8.75 - PORTARIA IBAMA Nº 808, DE 1º DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Proíbe a extração de mexilhão Perna, no período de 1º de setembro a 30 de novembro, de cada ano, no litoral do Estado de Santa Catarina.
8.76 - PORTARIA IBAMA Nº 828, DE 1º DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a outorga de Título de Reconhecimento.

unesp

8.77 - PORTARIA IBAMA Nº 833, DE 07 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Proíbe a pesca de arrasto, por embarcações motorizadas, no Estado da Paraíba.
8.78 - PORTARIA IBAMA Nº 887, DE 15 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Constitui o Sistema Nacional de Informações Espeleológicas e limita o uso das cavidades naturais subterrâneas.
8.79 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 1.088, DE 16 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de moto-serras.
8.80 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 1.197, DE 16 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a importação de lixos, sucatas e desperdícios industriais tóxicos que apresentam riscos para a vida, a qualidade de vida e o Meio Ambiente.
8.81 - PORTARIA NORMATIVA Nº 1.201, DO IBAMA, DE 18 DE JULHO DE 1990 EMENTA: Suspende autorizações de desmatamento na região da Mata Atlântica pelo prazo de 60 dias.
8.82 - PORTARIA IBAMA Nº 1.678, DE 31 DE AGOSTO DE 1990 EMENTA: Proíbe, a partir de 1º de novembro de 1990, o exercício da pesca com o emprego de arrastão de praia de malhas inferiores a 70 mm, nas águas costeiras do município de Balneário Camboriú.
8.83 - PORTARIA IBAMA Nº 2.231, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a pesca, transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de anchova.
8.84 - PORTARIA IBAMA Nº 172, DE 22 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a normatização do comércio de animais silvestres nativos, nascidos em cativeiro, somente entre zoológico.
8.85 - PORTARIA IBAMA Nº 631, DE 18 DE MARÇO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre as atividades e registro das associações omitofílicas de passeriformes conoros nativos.
8.86 - PORTARIA IBAMA Nº 732, DE 1º DE ABRIL DE 1991 EMENTA: Estabelece normas, para o registro do IBAMA, das Pessoas Físicas e Jurídicas que exercem atividades relacionadas com o setor florestal.
8.87 - PORTARIA IBAMA Nº 5-N, DE 25 DE ABRIL DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre o acasalamento de animais da fauna nativa mantidos em cativeiro, solteiros e constantes da Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.
8.88 - PORTARIA IBAMA Nº 16-N, DE 29 DE MAIO DE 1991 EMENTA: Aprova o modelo da Carteira de Registro de Pescador Profissional, a ser utilizada como comprovante e registro no IBAMA.

unesp

8.89 - PORTARIA IBAMA Nº 28-N, DE 09 DE JULHO DE 1991 EMENTA: Fixa as seguintes normas e critérios para que possam ser autorizadas as exportações de madeira, em forma de toras, toretes, cavalos ou "chip", e lenha de espécies exóticas (Pinus, Eucalyptus, Acácia Negra, Gmelina, Kiri, etc).
8.90 - PORTARIA IBAMA Nº 31-N, DE 16 DE JULHO DE 1991 EMENTA: Define como Zona de Vida Silvestre - ZVS, na área de Proteção Ambiental - APA de Piaçabuçu, as áreas de praias, pré-dunas, dunas móveis, dunas fixadas e a Floresta Perenifólia de Restinga.
8.91 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 83, DE 26 DE SETEMBRO DE 1991 EMENTA: Proíbe o corte e exploração da Aroeira legítima ou Aroeira do Sertão, das Baraúnas, do Gonçalo Alves em Floresta Primária.
8.92 - PORTARIA IBAMA Nº 02-N, DE 09 DE JANEIRO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre o registro para a exploração de Euterpe oleraceas.
8.93 - PORTARIA IBAMA Nº 13, DE 30 DE JANEIRO DE 1992 EMENTA: Proíbe, anualmente, no período de 1º de maio a 19 de junho a pesca de camarões rosa, verdadeiro e sete barbas nas áreas que especifica.
8.94 - PORTARIA IBAMA Nº 27-N, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade da declaração de estoque existente para produto e subproduto florestal.
8.95 - PORTARIA SEMAN/PR Nº 38, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1992 EMENTA: Suspende o fornecimento/proibe o uso de Guias Florestais.
8.96 - PORTARIA IBAMA Nº 31-N, DE 17 DE MARÇO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre o uso de carimbo padronizado em Notas Fiscais.
8.97 - PORTARIA IBAMA Nº 37-N, DE 03 DE ABRIL DE 1992 EMENTA: Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que apresenta.
8.98 - PORTARIA SEMAM/PR Nº 138, DE 05 DE JUNHO DE 1992 EMENTA: Estabelece procedimentos aos projetos postulantes de recursos de incentivos fiscais.
8.99 - PORTARIA MEFP Nº 453, DE 04 DE JUNHO DE 1992 EMENTA: Institui a Comissão do Meio Ambiente, âmbito do Ministério da Economia Fazenda e Planejamento.
8.100 - PORTARIA SEMAN/PR Nº 139, DE 05 DE JUNHO DE 1992 EMENTA: Institui a obrigatoriedade de autorização para o transporte de produtos florestais de Origem nativa.



8.101 - PORTARIA IBAMA Nº 62-N, DE 10 DE JUNHO DE 1992 EMENTA: Permite, das espécies que relaciona, a captura e a comercialização dos animais aquáticos vivos ocorrentes em águas continentais brasileiras.
8.102 - PORTARIA IBAMA Nº 98-N, DE 04 DE SETEMBRO DE 1992 EMENTA: Autoriza a utilização do Documento Único de Arrecadação - DUA como Licença de Pesca Amadora.
8.103 - PORTARIA IBAMA Nº 110-N, DE 07 DE OUTUBRO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre a permissão e/ou registro para as pessoas físicas ou jurídicas exercer atividade pesqueira, inclusive de aquicultura, mediante prévia autorização do IBAMA.
8.104 - PORTARIA IBAMA Nº 149, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre o Registro de Comerciante ou Proprietário de moto-serras, junto ao IBAMA..
8.105 - PORTARIA IBAMA Nº 8-N, DE 29 DE JANEIRO DE 1993 EMENTA: Proíbe, anualmente, no período de 15/02 a 15/05, a pesca de arrasto de camarão rosa no trecho que vai da divisa de Estado Bahia-Espírito Santo até o Arroio do Chuí no Estado do Rio Grande do Sul.
8.106 - PORTARIA IBAMA Nº 21, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio Paraná.
8.107 - PORTARIA IBAMA Nº 22, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Estabelece normas gerais para o exercício da pesca nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
8.108 - PORTARIA IBAMA Nº 23, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Delega competência aos Superintendentes Estaduais do IBAMA de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, para baixarem portarias normativas complementares ao exercício da pesca.
8.109 - PORTARIA IBAMA Nº 24, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Proíbe a captura, o transporte e a comercialização das espécies de peixes abaixo do tamanho mínimo que cita, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.
8.110 - PORTARIA IBAMA Nº 25, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Proíbe a captura, o transporte e a comercialização das espécies que cita, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.
8.111 - PORTARIA IBAMA Nº 26, DE 09 DE MARÇO DE 1993 EMENTA: Estabelece normas para o exercício da pesca no Estado de Minas Gerais.

unesp

8.112 - PORTARIA IBAMA Nº 44-N, DE 06 DE ABRIL DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre a Autorização para Transporte de Produto de Florestal.
8.113 - PORTARIA IBAMA Nº 139-N, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993 EMENTA: Dispõe sobre Criadouros Conservacionistas.
8.114 - PORTARIA IBAMA Nº 5-N, DE 27 DE JANEIRO DE 1994 EMENTA: Permite, no Estado de Santa Catarina a utilização do aparelho de pesca denominado cerco flutuante.
8.115 - PORTARIA IBAMA Nº 12-N, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1994 EMENTA: Proíbe a pesca subaquática praticada com aparelhos complementares de respiração em qualquer área do litoral do Estado de Santa Catarina.
8.116 - PORTARIA IBAMA Nº 16, DE 04 DE MARÇO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre cativeiro da fauna silvestre com finalidade científica.
8.117 - PORTARIA IBAMA Nº 24, DE 16 DE MARÇO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a alienação de bens apreendidos pela fiscalização do IBAMA.
8.118 - PORTARIA IBAMA Nº 36, DE 07 DE ABRIL DE 1994 EMENTA: Torna obrigatório, a partir de 1º/05/94, o uso do dispositivo de escape para tartaruga [TED], pelas embarcações permissionadas para a pesca de camarão-rosa.
8.119 - PORTARIA IBAMA Nº 44-N, DE 12 DE ABRIL DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a destinação dos aparelhos, petrechos, instrumentos e equipamentos usados na pesca, bem como, do produto da pescaria apreendidos.
8.120 - PORTARIA IBAMA Nº 51-N, DE 11 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Aprova o Roteiro para Criação e Legalização das Reservas Extrativistas.
8.121 - PORTARIA IBAMA/SUPES-SP Nº 2-N, DE 24 DE MAIO DE 1994 EMENTA: Proíbe a pesca ao redor da Laje de Santos, o Estado de São Paulo, na área correspondente a do Parque Estadual Marinho de Laje de Santos.
8.122 - PORTARIA IBAMA Nº 68-N, DE 28 DE JUNHO DE 1994 EMENTA: Proíbe, anualmente, no período de 1º de julho a 30 de setembro, a pesca com redes do tipo zangaria nas baías e reentrâncias do litoral maranhense.
8.123 - PORTARIA IBAMA Nº 69, DE 29 DE JUNHO DE 1994 EMENTA: Autoriza a caça amadorista no Estado do Rio Grande do Sul, obedecidos os períodos, zoneamentos, espécies e números de peças, que especifica.



8.124 - PORTARIA IBAMA Nº 82, DE 12 DE AGOSTO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre o cadastramento de embarcações, com fins de obtenção de Autorização/Permissão de Pesca e respectivo Registro.
8.125 - PORTARIA IBAMA Nº 90-N, DE 02 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a autorização para realização de filmagens, gravações e fotografias, de caráter científico ou comercial, nas Unidades de Conservação de uso indireto administradas pelo IBAMA.
8.126 - PORTARIA IBAMA Nº 92-N, DE 02 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a realização de pesquisas científicas em Unidades de Conservação Federais de Uso Indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas ou Reservas Ecológicas.
8.127 - PORTARIA NOMATIVA IBAMA/SUPES-SP, Nº 3, DE 06 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe a pesca amadora e profissional por tempo indeterminado na represa de captação de água da SABESP, no Município de Presidente Prudente/SP.
8.128 - PORTARIA IBAMA Nº 96-N, DE 22 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o IBAMA.
8.129 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA/SUPES-SP Nº 5, DE 27 DE SETEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe a pesca de arrasto de parelha em todo o complexo Baía-Estuário de Santos/São Vicente.
8.130 - PORTARIA IBAMA Nº 106-N, DE 05 DE OUTUBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a dispensa da anuência prévia do IBAMA junto à Secretaria de Comércio Exterior os pedidos de importação que especifica.
8.131 - PORTARIA IBAMA Nº 108, DE 06 DE OUTUBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre o registro das pessoas físicas ou jurídicas, como Mantenedores de Fauna Silvestre Exóticas, para felídeos e primatas que especifica.
8.132 - PORTARIA IBAMA Nº 118, DE 31 DE OUTUBRO DE 1994 EMENTA: Aprova as normas Administrativas para Criação, Regularização e Consolidação das Reservas Extrativistas.
8.133 - PORTARIA IBAMA Nº 124-N, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe a pesca da sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis), no período de 17 de dezembro de 1994 a 11 de março de 1995.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

8.134 - PORTARIA IBAMA Nº 133-N, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe, nas Baías do Estado do Paraná, a pesca profissional de todos os tipos de camarões no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro de cada ano.
8.135 - PORTARIA IBAMA Nº 135-N, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe, no Estado do Paraná, a pesca profissional com emprego dos aparelhos de pesca que especifica, nas áreas estuarinas e lacustres.
8.136 - PORTARIA IBAMA Nº 137, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Proíbe o exercício da pesca de lagosta vermelha (Panulirus argus) e lagosta cabo verde (P. laevicauda), anualmente, no período de 1º de janeiro a 30 de abril, no mar territorial brasileiro.
8.137 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 139, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre a avaliação do potencial de periculosidade ambiental de produtos químicos considerados como agrotóxicos, seus componentes e afins.
8.138 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA/SUPES-SP Nº 8, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Fixa tamanhos mínimos de captura para pesca dos robalos "flexa" (Centropomus undecimalis) e "Peba" ou "Peva" (Centropomus paralellus e C. mexicanus) em águas costeiras no Estado de São Paulo.
8.139 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA Nº 149, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Estabelece procedimentos para efeito de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins destinados exclusivamente ao uso na proteção de florestas, ambientes hídricos e de outros ecossistemas.
8.140 - PORTARIA IBAMA/SUPES-PI Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 1995 EMENTA: Interdita para fins de recreação de contato primário e consumo humano, o Açude Grande de Campo Maior.
8.141 - PORTARIA IBAMA Nº 5, DE 25 DE JANEIRO DE 1995 EMENTA: Institui normas para proteger a reprodução, descanso e as crias dos golfinhos no Arquipélago de Fernando de Noronha.
8.142 - PORTARIA IBAMA Nº 6-N, DE 26 DE JANEIRO DE 1995 EMENTA: Designa o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), como Unidade executora do Projeto Reservas Extrativistas.

8.143 - PORTARIA IBAMA Nº 7, DE 26 DE JANEIRO DE 1995
EMENTA: Autoriza, excepcionalmente e em caráter experimental, a caça amadorista do javali, espécie Sus scrofa, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 01/02/95 a 15/05/95.

8.144 - PORTARIA IBAMA Nº 10, DE 30 DE JANEIRO DE 1995
EMENTA: Dispõe sobre a proteção de tartarugas marinhas, através da proibição do trânsito de veículos, nas praias que especifica.

8.145 - PORTARIA IBAMA Nº 11, DE 30 DE JANEIRO DE 1995
EMENTA: Dispõe sobre a proteção das tartarugas marinhas, através da proibição de iluminação artificial, nas praias que especifica.

8.146 - PORTARIA IBAMA Nº 124-N, DE 30 DE JANEIRO DE 1995
EMENTA: Proíbe o exercício da pesca de sardinha verdadeira.

8.147 - PORTARIA NORMATIVA IBAMA/SUPES-MT Nº 1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1995
EMENTA: Prorroga até 20 de fevereiro de 1995, o período fixado pelo artigo 1º da Portaria Normativa nº 3, de 31/10/94, que dispõe sobre o período de defeso para a temporada 94/95.

8.148 - PORTARIA IBAMA Nº 29, DE 02 DE MAIO DE 1995
EMENTA: Dispõe sobre o aperfeiçoamento e de sistematização do Cadastro de Produtores, Importadores, Exportadores, Comerciantes e Usuários de Substâncias Controladas pelo Protocolo de Montreal.

8.149 - PORTARIA IBAMA Nº 32, DE 12 DE MAIO DE 1995
EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade ao cadastramento no IBAMA das pessoas físicas e jurídicas que importem, produzem ou comercializem a substância mercúrio metálico.

8.150 - PORTARIA CONJUNTA IBAMA/SUPES-SP/PA/MS Nº 1, DE 18 DE MAIO DE 1995
EMENTA: Proíbe a pesca profissional e amadora a menos de 200 (duzentos) metros das corredeiras formadas à jusante das Barragens das Usinas Hidrelétricas de Rosana e Primavera.

8.151 - PORTARIA IBAMA Nº 39, DE 14 DE JUNHO DE 1995
EMENTA: Autoriza a caça amadorista no Estado do Rio Grande do Sul, obedecidos os períodos, zoneamentos, espécies e números de peças que estabelece.

8.152 - PORTARIA IBAMA Nº 43, DE 21 DE JUNHO DE 1995
EMENTA: Proíbe a captura, o embarque, a conservação, o beneficiamento, o transporte, a industrialização, a comercialização e a exportação, sob qualquer forma, e em qualquer local, de lagosta das espécies Panulirus argus (lagosta vermelha) e P. leavicauda (lagosta cabo verde).

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 unesp 12 13 14 15 16 17 18 19

8.153 - PORTARIA IBAMA Nº 48, DE 10 DE JULHO DE 1995 EMENTA: Disciplina a exploração florestal na Bacia Amazônica.
8.154 - PORTARIA IBAMA/SUPES-AM Nº 3, DE 13 DE JULHO DE 1995 EMENTA: Adotar medidas de ordenamento da pesca em toda área do Lago formado pela hidroelétrica de Balbina.
8.155 - PORTARIA MCT Nº 272, DE 20 DE JULHO DE 1995 EMENTA: Institui Comissão Interministerial com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995.
8.156 - PORTARIA IBAMA/SUPES-MT Nº 1, DE 17 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Proíbe, por tempo indeterminado ou enquanto perdurar o período de estiagem, a realização da queima de pastagens no Estado do Mato Grosso.
8.157 - PORTARIA IBAMA Nº 56, DE 02 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Proíbe a captura do espadarte (Xiphias gladius), no litoral brasileiro, com peso e medida inferiores a que especifica.
8.158 - PORTARIA IBAMA Nº 60, DE 23 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Aprova normas e procedimentos a serem observados em processos de cobrança de penalidades pecuniárias e outros débitos para com o IBAMA.
8.159 - PORTARIA IBAMA/SUPES-SP Nº 3, DE 30 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Permite o exercício da pesca da manjuba, com o petrecho denominado manjubeira, nos locais que especifica.
8.160 - PORTARIA MMA Nº 227, DE 31 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Fixa os novos valores revisados, das penalidade pecuniárias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
8.161 - PORTARIA IBAMA Nº 71, DE 06 DE SETEMBRO DE 1995 EMENTA: Autoriza a contratação de advogados autônomos para apresentação de serviços técnicos especializados na área jurídica, para fins específicos de promover a execução fiscal dos débitos com o IBAMA.
8.162 - PORTARIA IBAMA/SUPES-RS Nº 13, DE 27 DE SETEMBRO DE 1995 EMENTA: Fixa o período de defeso da piracema, proibindo o exercício da pesca de 15 de outubro de 1995 à 15 de janeiro de 1996, em rios, lagoas, lagunas, cursos d'água e banhados do Rio Grande do Sul.
8.163 - PORTARIA IBAMA Nº 82, DE 04 DE OUTUBRO DE 1995 EMENTA: Proíbe o exercício de pesca de sardinha verdadeira Sardinella brasiliensis, no período de 1º de dezembro de 1995 a 29 de março de 1996, no mar territorial brasileiro e na Zona Econômica Exclusiva Brasileira.

unesp

8.164 - PORTARIA IBAMA/SUPES-PI Nº 8, DE 27 DE OUTUBRO DE 1995 EMENTA: Proíbe no período de 1º de dezembro de 1995 a 29 de fevereiro de 1996, o exercício da pesca na região Sul do Estado do Piauí.
8.165 - PORTARIA IBAMA Nº 92, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1995 EMENTA: Estabelece normas para exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
8.166 - PORTARIA IBAMA Nº 113, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre manejo florestal sustentável.
8.167 - PORTARIA IBAMA Nº 29 DE 26 DE ABRIL DE 1996 EMENTA: Dispõe sobre reposição florestal obrigatória, plano integrado florestal e associação florestal.

9 - ORDEM DE SERVIÇO - NÚMERO - DATA - EMENTA
9.01 - ORDEM DE SERVIÇO IBAMA-DIREN Nº 003, DE 07 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre as autorizações de derrubada de florestas nativas e demais formações florestais sucessoras nativas da Mata Atlântica.
9.02 - ORDEM DE SERVIÇO IBAMA-DIREN Nº 3, DE 07 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Adota medidas quanto aos procedimentos para uso alternativo do solo.
9.03 - ORDEM DE SERVIÇO IBAMA-SUPES-SP Nº 55, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991 EMENTA: Autoriza a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo a emitir Autorização para a exploração de qualquer tipo de formação florestal, prevista na Instrução Normativa nº 84/91.

N.º 584
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

2.2 - LEGISLAÇÃO DE COMPETÊNCIA ESTADUAL - SÃO PAULO

1 - LEIS-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA
1.01 - LEI Nº 118, DE 29 DE JUNHO DE 1973 EMENTA: Autoriza a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas (com redação dada pelas Leis nºs 5.774, de 08/09/87 e 6.851, de 03/05/90).
1.02 - LEI Nº 997, DE 31 DE MAIO DE 1976 EMENTA: Dispõe sobre o Controle da Poluição do Meio Ambiente (com redação dada pela Lei nº 1.874, de 08/12/78).
1.03 - LEI Nº 1.563, DE 28 DE MARÇO DE 1978 EMENTA: Proíbe a instalação nas estâncias hidrominerais, climáticas e balneários de indústrias que provoquem poluição ambiental.
1.04 - LEI Nº 1.817, DE 27 DE OUTUBRO DE 1978 EMENTA: Estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo.
1.05 - LEI Nº 2.090, DE 27 DE AGOSTO DE 1979 EMENTA: Proíbe a instalação e funcionamento de indústrias de alto risco poluidor na bacia de drenagem do rio Paranapanema.
1.06 - LEI Nº 2.446, DE 12 DE SETEMBRO DE 1980 EMENTA: Restringe as atividades industriais nas áreas de drenagem do rio Piracicaba.
1.07 - LEI Nº 2.952, DE 15 DE JULHO DE 1981 EMENTA: Altera o Quadro II a que se refere o art. 8º da Lei nº 1.817, de 27 de outubro de 1978.
1.08 - LEI Nº 3.811, DE 30 DE AGOSTO DE 1983 EMENTA: Altera disposição da Lei nº 1.817, de 27 de outubro de 1978, na parte referente à classificação de zonas de uso industrial.
1.09 - LEI Nº 4.002, DE 05 DE JANEIRO DE 1984 EMENTA: Dispõe sobre a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e outros biocidas no território do Estado de São Paulo.

unesp

1.10 - LEI Nº 4.056, DE 04 DE JUNHO DE 1984 EMENTA: Dispõe sobre a área mínima dos lotes no parcelamento do solo para fins urbanos.
1.11 - LEI Nº 4.963, DE 14 DE MARÇO DE 1986 EMENTA: Veda a instalação de indústrias químicas de produtos inflamáveis ou explosivos e de usinas de concreto pré-misturado na Região Metropolitana de São Paulo.
1.12 - LEI Nº 5.032, DE 15 DE ABRIL DE 1986 EMENTA: Altera a Lei nº 4.002, de 05/1/84, que dispõe sobre a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e outros biocidas no território do Estado de São Paulo.
1.13 - LEI Nº 5.597, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1987 EMENTA: Estabelece normas e diretrizes para o zoneamento industrial no Estado de São Paulo.
1.14 - LEI Nº 5.650, DE 28 DE ABRIL DE 1987 EMENTA: Restringe as atividades industriais nas áreas de drenagem da bacia do rio Mogi-Guaçu.
1.15 - LEI Nº 6.134, DE 02 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas dos Estado de São Paulo.
1.16 - LEI Nº 6.171, DE 04 DE JULHO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.
1.17 - LEI Nº 6.536, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1989 EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado de São Paulo.
1.18 - LEI Nº 7.012, DE 09 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Acresce área à Zona Industrial ZUPI-1-161, constante do quadro II a que se refere a Lei nº 1.917, de 27 de outubro de 1978.
1.19 - LEI Nº 7.641, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a proteção ambiental das bacias dos Rios Pardo, Mogi Guaçu e Meio Grande, estabelece critérios para o uso e ocupação do solo nesta área, e dá outras providências.
1.20 - LEI Nº 7.663, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991 EMENTA: Estabelece normas de orientação à Política de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

unesp

1.21 - LEI Nº 8.275, DE 29 DE MARÇO DE 1992 EMENTA: Cria a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, e Obras, altera a denominação da Secretaria de Energia e Saneamento.
1.22 - LEI Nº 7.750, DE 31 DE MARÇO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento.
1.23 - LEI Nº 8.310, DE 05 DE MAIO DE 1993 EMENTA: Cria a Zona de Uso Predominantemente Industrial - ZUPI - I, no Município de Barueri.
1.24 - LEI Nº 8.999, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Proibe a utilização de embalagens descartáveis espumadas, nas condições que especifica, e dá outras providências.
1.25 - LEI Nº 9.034, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 - 1995, em conformidade com a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.
1.26 - LEI Nº 9.146, DE 09 DE MARÇO DE 1995 EMENTA: Cria mecanismos de compensação financeira para Municípios nos casos que especifica, e dá providências correlatas.

2 - DECRETOS-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA
2.01 - DECRETO ESTADUAL Nº 52.892, DE 07 DE MARÇO DE 1972 EMENTA: Estabelece normas preliminares para preservação da natureza e defesa da paisagem.
2.02 - DECRETO Nº 5.993, DE 16 DE ABRIL DE 1975 EMENTA: Altera a denominação e as atribuições da CETESB.
2.03 - DECRETO Nº 8.468, DE 08 DE SETEMBRO DE 1976 EMENTA: Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31/5/76, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do Meio Ambiente (com redação dada pelos Decretos nºs 11.720, de 16/6/76; 12.045, de 8/8/78; 15.425, de 23/7/80; 16.266, de 2/12/80; 17.299, de 7/7/81; 18.386, de 22/1/82; 22.032, de 22/3/84; 23.128, de 19/12/84; 27.399, de 24/9/87; 28.313, de 4/4/88; 28.428, de 27/5/88 e 29.027, de 18/10/88.
2.04 - DECRETO ESTADUAL Nº 9.484, DE 03 DE FEVEREIRO DE 1977 EMENTA: Altera o decreto nº 52.892, de 07 de março de 1972, que estabelece normas preliminares para preservação da natureza e defesa da paisagem.
2.05 - DECRETO ESTADUAL Nº 10.330, DE 13 DE SETEMBRO DE 1977 EMENTA: Dispõe sobre a atuação de órgãos estaduais, no tocante à aplicação das normas federais que disciplinam a fluoretação de águas destinadas ao abastecimento público.
2.06 - DECRETO Nº 10.755, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1977 EMENTA: Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8/9/76 (com redação dada pelo Decreto nº 24.839, de 6/3/86.
2.07 - DECRETO ESTADUAL Nº 12.486, DE 20 DE OUTUBRO DE 1978 EMENTA: Estabelece através da Norma Técnica Especial - NTA, as águas de consumo alimentar.
2.08 - DECRETO ESTADUAL Nº 13.069, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1978 EMENTA: Aprova Normas Técnicas Especiais relativas ao Saneamento Ambiental nos Loteamentos Urbanos ou para fins urbanos.
2.09 - DECRETO ESTADUAL Nº 13.095, DE 05 DE JANEIRO DE 1979 EMENTA: Aprova o Regulamento da Lei nº 27 de outubro de 1978, nas matérias relativas à localização, à classificação, ao licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo e sua fiscalização. (com redação dada pelo Decreto nº 33.406, de 24 de junho de 1991).

unesp

2.10 - DECRETO Nº 13.220, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1979 EMENTA: Regulamenta a liberação dos recursos da compensação financeira aos Municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo, prevista no Capítulo VII da Lei nº 1.817, de 27 de outubro de 1978.
2.11 - DECRETO ESTADUAL Nº 13.453, DE 06 DE ABRIL DE 1979 EMENTA: Dá nova redação ao § 1º do art. 87, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 13.095, de 05 de janeiro de 1979.
2.12 - DECRETO Nº 14.806, DE 04 DE MARÇO DE 1980 EMENTA: Institui o Programa de Controle da Poluição Industrial (PROCOP).
2.13 - DECRETO Nº 14.807, DE 04 DE MARÇO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre a composição do Conselho de Orientação previsto no artigo 4º da Lei nº 87, de 14/12/72, e cria subconta no Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.
2.14 - DECRETO Nº 21.880, DE 11 DE JANEIRO DE 1984 EMENTA: Altera o Programa de Controle da Poluição Industrial instituído pelo Decreto nº 14.806, de 4/3/80, que passa a denominar-se Programa de Controle da Poluição e amplia suas condições de aplicação.
2.15 - DECRETO Nº 21.881, DE 11 DE JANEIRO DE 1984 EMENTA: Altera o Decreto nº 14.807, de 4/3/80, dividindo a subconta PROCOP, criada no Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.
2.16 - DECRETO Nº 24.932, DE 24 DE MARÇO DE 1986 EMENTA: Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente e cria a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (com redação dada pelo Decreto nº 27.924, de 8/12/87.
2.17 - DECRETO Nº 26.933, DE 24 DE MARÇO DE 1987 EMENTA: Institui a função de Secretário-Adjunto nas Secretarias de Estado (com redação dada pelos Decretos nºs 26.941, de 31/3/87 e 27.657, de 27/11/87.
2.18 - DECRETO Nº 26.942, DE 1º DE ABRIL DE 1987 EMENTA: Dispõe sobre a transferência e a vinculação de órgãos e entidades à Secretaria do Meio Ambiente (com redação dada pelos Decretos nºs 26.945, de 2/4/87; 27.380, de 16/9/87 e 27.607, de 13/11/87).
2.19 - DECRETO Nº 26.972, DE 29 DE ABRIL DE 1987 EMENTA: Dispõe sobre a subconta PROCOP, do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.

unesp

2.20 - DECRETO Nº 27.020, DE 22 DE MAIO DE 1987 EMENTA: Altera os artigos 1º e 2º do Decreto nº 14.807, de 4/3/80, que dispõe sobre a composição do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.
2.21 - DECRETO Nº 27.021, DE 22 DE MAIO DE 1987 EMENTA: Aprova o regulamento da subconta PROCOP do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB.
2.22 - DECRETO Nº 27.070, DE 08 DE JUNHO DE 1987 EMENTA: Regulamenta o Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados.
2.23 - DECRETO Nº 28.848, DE 30 DE AGOSTO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre a proibição de queimadas, (com redação dada pelo Decreto nº 28.895, de 20/9/88.
2.24 - DECRETO Nº 30.555, DE 03 DE OUTUBRO DE 1989 EMENTA: Reestrutura, reorganiza e regulamenta a Secretaria do Meio Ambiente, (com redação dada pelos Decretos nºs 33.407, de 24/6/91 e 34.644, de 14/2/92.
2.25 - DECRETO Nº 30.565, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1989 EMENTA: Regulamenta as Leis nºs 4.002, de 5/1/84 e 5.032, de 15/4/86, que dispõe sobre agrotóxicos (com redação dada pelo Decreto nº 31.132, de 5/1/90.
2.26 - DECRETO Nº 32.955, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1991 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 6.134, de 2/6/88, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo.
2.27 - DECRETO ESTADUAL Nº 33.135, DE 15 DE MARÇO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre as atividades relativas a controle e proteção dos mananciais, que passam a ser desempenhadas pela Secretaria do Meio Ambiente (artigo 4º revogado pelo Decreto nº 33.018, de 12/8/91 - artigo 2º revogado pelo Decreto nº 34.566, de 27/1/92.
2.28 - DECRETO ESTADUAL Nº 33.499, DE 10 DE JULHO DE 1991 EMENTA: Cria o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais GRAPROHAB (Conjuntos Habitacionais e Loteamento para Fins Residenciais).
2.29 - DECRETO ESTADUAL Nº 34.542, DE 09 DE JANEIRO DE 1992 EMENTA: Atribui à Secretaria da Habitação o exame e a anuência prévia a que se refere o artigo 13 da Lei Federal nº 6.766/79, em relação aos loteamentos e desmembramentos.
2.30 - DECRETO Nº 36.653, DE 15 DE ABRIL DE 1993 EMENTA: Organiza a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras.

2.31 - DECRETO Nº 36.787, DE 18 DE MAIOL DE 1993 EMENTA: Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, criado pelo Decreto nº 27.576, de 11 de novembro de 1987, às disposições da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.
2.32 - DECRETO Nº 36.862, DE 05 DE JUNHO DE 1993 EMENTA: Cria, na Secretaria do Meio Ambiente, a Ouvidoria Ambiental.
2.33 - DECRETO Nº 37.300, DE 25 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, criado pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

3 - DECRETO-LEI - NÚMERO - DATA - EMENTA

3.01 - DECRETO-LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 02, DE 15 DE AGOSTO DE 1969
EMENTA: Estabelece normas para proteção das belezas naturais de interesse turístico.

4 - RESOLUÇÕES-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA
4.01 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SCET Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 1972 EMENTA: A aprovação dos loteamentos e das edificações, nas áreas do perímetro urbano das cidades do litoral e ilhas paulistas, fica subordinada às regras estabelecidas pelos respectivos Planos Diretores Municipais ou, na falta destes, pela legislação específica pertinente.
4.02 - RESOLUÇÃO SNM Nº 27, DE 08 DE ABRIL DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre prazo para instrução dos processos relativos ao zoneamento industrial.
4.03 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SNM Nº 36, DE 14 DE MAIO DE 1981 EMENTA: Dispõe sobre declividade de terrenos.
4.04 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SNM Nº 153, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1984 EMENTA: Dispõe sobre o desmembramento de lotes onde haja edificação de conjuntos habitacionais de interesse social e nos casos de urbanização específica fora da área de proteção aos mananciais.
4.05 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SNM Nº 093, DE 30 DE MAIO DE 1985 EMENTA: Dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo, promovida pelas Prefeituras, executadas anteriormente à edição da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, na Região Metropolitana de São Paulo.
4.06 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SNM Nº 024, DE 13 DE MARÇO DE 1987 EMENTA: Dispõe sobre regularização de loteamentos localizados em área de proteção aos mananciais (art. 3º).
4.07 - RESOLUÇÃO SMA Nº 12, DE 02 DE AGOSTO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a publicação de solicitação e concessão de Licenças de Instalação e Funcionamento, conforme exigência da Resolução CONAMA nº 06/86.
4.08 - RESOLUÇÃO SMA Nº 18, DE 23 DE OUTUBRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes, para apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Mineradas, para os empreendimentos que exploram ou se destinam à exploração dos recursos minerais, estabelecido no Decreto Federal nº 97.632, de 10/4/89.
4.09 - RESOLUÇÃO SMA Nº 1, DE 02 DE JANEIRO DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a apresentação de EIA/RIMA de obra de atividade, pública ou privada, que se encontre em andamento, ou ainda não iniciada, mesmo que licenciada, autorizada ou aprovada por quaisquer órgãos ou entidades públicas.

unesp

4.10 - RESOLUÇÃO SMA Nº 19, DE 09 DE OUTUBRO DE 1991 EMENTA: Procedimentos para análise de EIA/RIMAs, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
4.11 - RESOLUÇÃO ESTADUAL SS Nº 45, DE 31 DE JANEIRO DE 1992 EMENTA: Institui o Programa de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano - Pró-Água e aprova diretrizes para a sua implantação, no âmbito da Secretaria da Saúde.
4.12 - RESOLUÇÃO ESTADUAL CONJ. SS/SMA Nº 4, DE 27 DE MAIO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre o teor mínimo de cloro residual livre, na rede de abastecimento de água.
4.13 - RESOLUÇÃO SMA Nº 24, DE 26 DE AGOSTO DE 1993 EMENTA: Estabelece normas que disciplinam os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários.

5 - DELIBERAÇÕES-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA

5.01 - DELIBERAÇÃO CETESB Nº 02, DE 18 DE JUNHO DE 1982 EMENTA: Dispõe sobre as operações com rocha fosfática.
5.02 - DELIBERAÇÃO CETESB Nº 03, DE 18 DE JUNHO DE 1982 EMENTA: Dispõe sobre o uso de Óleo BTE (1% de enxofre) nas indústrias instaladas no município de Cubatão.
5.03 - DELIBERAÇÃO CONSEMA Nº 15, DE 21 DE JUNHO DE 1990 EMENTA: Aprova norma de convocação e condução de audiências públicas (Publicada no D.O.E. de 11/7/90 - pág. 20).
5.04 - DELIBERAÇÃO CONSEMA Nº 50 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 EMENTA: Aprova norma de convocação e condução de Audiências Públicas (Publicada no D.O.E. de 20/11/92 - pág. 21).

6 - PORTARIAS-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA
6.01 - PORTARIA ESTADUAL SA Nº 001, DE 24 DE ABRIL DE 1982 EMENTA: Disciplina a sistemática de autorização de desmatamento para loteamentos urbanos e rurais.
6.02 - PORTARIA DAEE Nº 39, DE 23 DE JUNHO DE 1986 EMENTA: Dispõe sobre a outorga de concessões, autorizações e permissões para o uso e derivação de águas, bem como lançamento de efluentes líquidos em curso de águas públicas de domínio do Estado de São Paulo, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.
6.03 - PORTARIA DAEE Nº 40, DE 23 DE JUNHO DE 1986 EMENTA: Normas sobre outorga de concessões, autorizações e permissões para o uso de derivação de águas, bem como lançamento de efluentes líquidos em curso de águas públicas de domínio do Estado de São Paulo, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, a que se refere a Portaria DAEE nº 39, de 23/6/86.
6.04 - PORTARIA DAEE Nº 12, DE 28 DE MARÇO DE 1988 EMENTA: Dispõe sobre o parcelamento de débito relativo à dívida inscrita, referente às multas impostas pela CETESB.
6.05 - PORTARIA DAEE Nº 12, DE 14 DE MARÇO DE 1991 EMENTA: Fixa normas para emissão da Licença de Execução e da Licença de Operações de poços tubulares profundos, assim como da outorga final para exploração de águas subterrâneas, no Estado de São Paulo.

7 - INSTRUÇÕES-SP - NÚMERO - DATA - EMENTA
7.01 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 1, DE 28 DE MARÇO DE 1979 EMENTA: Identificação de um ou mais estabelecimentos industriais.
7.02 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 2, DE 28 DE MARÇO DE 1979 EMENTA: Financiamento no exterior.
7.03 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 3, DE 04 DE ABRIL DE 1979 EMENTA: Regularização de situação.
7.04 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 4, DE 04 DE ABRIL DE 1979 EMENTA: Comprovação de área regularmente existente.
7.05 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 1979 EMENTA: Ampliação de área construída.
7.06 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 6, DE 22 DE MAIO DE 1979 EMENTA: Dispõe sobre o trâmite de aprovação dos pedidos de licença de localização industrial.
7.07 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 7, DE 26 DE JUNHO DE 1979 EMENTA: Licença de localização para a implantação de estabelecimento industrial em galpão de uso industrial indefinido.
7.08 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 8, DE 23 DE AGOSTO DE 1979 EMENTA: Não se considera estabelecimento industrial, sujeito à sua incidência, aquele cuja atividade consiste apenas na colocação de embalagens no produto, na substituição da embalagem ou apenas ao transporte do produto.
7.09 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 9, DE 23 DE AGOSTO DE 1979 EMENTA: Os estabelecimentos industriais cuja atividade consiste na recuperação de sucata e outros resíduos de metais ferrosos e não ferrosos serão enquadrados sob o Código 11.99 da Listagem ID, sem prejuízo do enquadramento em categoria mais restrita.
7.10 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 10, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1979 EMENTA: Dispões sobre a instalação desocupada de estabelecimento industrial.
7.11 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 11, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1979 EMENTA: Enquadramento de estabelecimento industrial na categoria ID.
7.12 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 1, DE 06 DE MARÇO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre estabelecimento industrial localizado em zona de reserva ambiental.

unesp

7.13 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 2, DE 06 DE MAIO DE 1980 EMENTA: Área construída (Edificada e Montada).
7.14 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre estabelecimento industrial para prestação de serviço de confecção.
7.15 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 4 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1980 EMENTA: Consideração de área regularmente construída e das edificações que, comprovadamente, satisfaçam condições.
7.16 - INSTRUÇÃO INCRA Nº 17-b, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1980 EMENTA: Dispõe sobre o parcelamento de Imóveis Rurais.
7.17 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 1, DE 24 DE ABRIL DE 1980 EMENTA: Não se considera processo de fundição de metais ferrosos e não ferrosos, aqueles utilizados na fabricação de artigos de joalheria e ourivesaria.
7.18 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 1, DE 27 DE MARÇO DE 1980 EMENTA: Delimitação de ZUPI.
7.19 - INSTRUÇÃO C.E.Z.I. Nº 2, DE 20 DE JULHO DE 1980 EMENTA: Áreas que não objetivam a expansão de capacidades produtivas existentes no estabelecimento industrial.

2.3 - LEGISLAÇÃO DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL - BAURU

1 - LEIS - MUNICÍPIO DE BAURU - NÚMERO - DATA - EMENTA

1.01 - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAURU, DE 05 DE ABRIL DE 1990 EMENTA: Dispõe sobre a estrutura dos poderes executivo e legislativo, a organização, a administração, as diretrizes orçamentarias, a arrecadação de tributos, os programas de educação e saúde e outros do Município de Bauru-SP.
1.02 - LEI Nº 2423, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1982 EMENTA: Dispõe sobre a emissão de sons urbanos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
1.03 - LEI Nº 2642, DE 03 DE MARÇO DE 1986 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 12, da lei nº 2423, de 21 de dezembro de 1982, que dispõe sobre sons urbanos.
1.04 - LEI Nº 2835, DE 14 DE JUNHO DE 1988 EMENTA: Modifica o artigo 3º da lei nº 2514, de 24 de outubro de 1984.
1.05 - LEI Nº 3089, DE 24 DE JULHO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bauru.
1.06 - LEI Nº 3174, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1989 EMENTA: Dispõe sobre a criação do Centro de Educação Ambiental de Bauru.
1.07 - LEI Nº 3308, DE 14 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Dispõe sobre a execução de músicas em estabelecimentos comerciais e outros diversos.
1.08 - LEI Nº 3310, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 EMENTA: Disciplina a arborização urbana de domínio público do Município de Bauru e dá outras providências.
1.09 - LEI Nº 3325, DE 19 DE MARÇO DE 1991 EMENTA: Altera o artigo 12 da lei nº 2291, de 1º de junho de 1981, e a penalidade aplicável.
1.10 - LEI Nº 3372, DE 29 DE AGOSTO DE 1991 EMENTA: Cria o Centro de Controle de Zoonoses do Município de Bauru.
1.11 - LEI Nº 3415, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1991 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 4º da lei nº 3308, de 14 de janeiro de 1991.

1.12 - LEI Nº 3481, DE 24 DE AGOSTO DE 1992 EMENTA: Dispõe sobre a preservação, recuperação e proteção de recursos hídricos no Município de Bauru e dá outras providências.
1.13 - LEI Nº 3602, DE 27 DE JULHO DE 1993 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 8º da lei nº 2514, de 24 de outubro de 1994.
1.14 - LEI Nº 3832, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994 EMENTA: Institui o código sanitário do Município de Bauru e dá outras providências.
1.15 - LEI Nº 3873, DE 25 DE ABRIL DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios, conservação de calçadas, muros ou muretas e dá outras providências.
1.16 - LEI Nº 3896, DE 20 DE JUNHO DE 1995 EMENTA: Regulamenta a concessão de alvará para funcionamento de boates, lanchonetes e outros estabelecimentos que produzam ruídos.
1.17 - LEI Nº 3931, DE 31 DE AGOSTO DE 1995 EMENTA: Altera a redação do parágrafo 2º, artigo 1º, da lei nº 3896, de 20 de junho de 1995.
1.18 - LEI Nº 3972, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dá nova redação ao artigo 3º da lei nº 2514, de 24 de outubro de 1984.
1.19 - LEI Nº 3982, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Disciplina colocação, nas vias públicas, de caçambas e containers destinados ao recolhimento de entulhos e similares e dá outras providências.
1.20 - LEI Nº 3985, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos distritos industriais, comerciais e atacadistas e de serviços, define competências e atribuições de seus órgãos controladores e dá outras providências.
1.21 - LEI Nº 3986, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Altera a lei nº 3832, de 30 de dezembro de 1994 e dá outras providências.
1.22 - LEI Nº 3987, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Dispõe sobre a coleta domiciliar de lixo.

2 - DECRETOS - DO MUNICÍPIO DE BAURU - NÚMERO - DATA - EMENTA

2.01 - DECRETO Nº 3850, DE 18 DE MARÇO DE 1983 EMENTA: Regulamenta a lei nº 2423, de 21 de dezembro de 1982, sobre a emissão de sons urbanos.
2.02 - DECRETO Nº 4732, DE 26 DE JUNHO DE 1986 EMENTA: Designa Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.
2.03 - DECRETO Nº 4754, DE 23 DE JULHO DE 1986 EMENTA: Substitui Membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, designados pelo Decreto nº 4732, de 26 de junho de 1986.
2.04 - DECRETO Nº 4837, DE 21 DE OUTUBRO DE 1986 EMENTA: Designa novo Membro para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.
2.05 - DECRETO Nº 4954, DE 23 DE ABRIL DE 1987 EMENTA: Designa novo Membro para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.
2.06 - DECRETO Nº 6727, DE 21 DE SETEMBRO DE 1993 EMENTA: Designa Membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.
2.07 - DECRETO Nº 7532, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995 EMENTA: Regulamenta a lei nº 3832, de 30 de dezembro de 1994.

unesp

3. CONCLUSÃO

Ao se encerrar esta apresentação das normas existentes no Brasil, no Estado de São Paulo e no Município de Bauru em extensa relação, deparou-se com um sério problema: os comentários que obrigatoriamente dever-se-iam fazer sobre toda a legislação pesquisada.

O bom senso determinou o contrário, pois se assim fosse a dissertação se tornaria extensiva demais. Isto ficou explicitado no item nº 1 deste capítulo. Sua simples leitura seria cansativa e, não é este o propósito do trabalho.

Desta forma optou-se e, isto foi mais racional, por oferecer-se alguns comentários apurados da leitura e análise de algumas das normas sobre o Meio Ambiente, nos capítulos subsequentes e referentes aos resultados do estudo encetado.

A escolha foi por aquelas que se julgou mais relevantes e que, consequentemente, tiveram maior importância e influência no Brasil sobre o momentoso problema do Meio Ambiente, que está na ordem do dia de qualquer nação.

CAPÍTULO V

RESULTADOS

1 - INTRODUÇÃO:

Realizada a pesquisa e procedida a leitura e análise metodológica de toda a referência bibliográfica encontrada (livros, revistas, jornais, boletins, periódicos e publicações diversas), ficou positivado que há realmente uma profícua e ordenada legislação sobre o Meio Ambiente em nosso país. Entretanto, tal legislação foi e tem sido resultante de constantes apelos de nossa sociedade, de estudiosos e técnicos especializados no assunto. Dado este da mais alta relevância, pois reflete profundos avanços sociais.

Até aqui pensava-se que as tentativas de controlar as agressões ao Meio Ambiente no Brasil, através de uma legislação coercitiva e rigorosa, vinha sendo malsucedida e mesmo infrutífera. Não foi o que

revelou a pesquisa e estudos, cujos resultados apurou-se foram mais positivos que negativos.

Prova disto foram obtidas quando das entrevistas realizadas na CETESB, no Batalhão de Polícia Florestal e na Curadoria do Meio Ambiente da Comarca de Bauru-SP., sobre infrações ocorridas na área do Meio Ambiente.

Os números apurados em 1995, foram tão desalentadores que estatisticamente nem menos merecem qualquer menção, motivo pelo qual são apenas aqui citados.

Do total de 109 infrações apuradas através de diligente fiscalização, tais como corte indiscriminado de árvores, poluição de mananciais e fontes, poluição do ar e outras, apenas 7 processos foram instaurados e receberam punibilidade, que não passaram de irrisórias multas em centavos de real. As demais foram consideradas improcedentes ou receberam advertências verbais.

Isto leva a acreditar que a função saneadora da lei com seu poder de coercibilidade, tem inibido e desestimulado as ações predadoras contra a natureza.

Outra constatação importante já prevista no Projeto e também registrada, foi a de que a legislação é realmente abundante face à existência de três níveis de competência e compilação: Federal, Estadual e Municipal. No entanto, e isto deve ser também enfatizado, não se verificou, através das análises comparativas efetuadas, a existência de colisões, nas esferas de competência, conforme era o esperado. Tem ocorrido o respeito à ação de cada casa legislativa, pela hierarquicamente superior.

Outro resultado a destacar, o excesso de leis. Este, tem contribuido dest'arte para refrear o ímpeto predatório da população, em particular dos grandes favorecidos, que a nada respeitam em qualquer setor de atividade humana. Infelizmente têm sido os que mais abusam e causam problemas de toda ordem. São os maiores vilões da sociedade. Aqui não poderia ser de maneira diversa, pois os maiores e mais graves problemas

são dos segmentos socialmente mais poderosos, sob o olhar complacente do poder público.

Também nas cidades onde vêm ocorrendo um acelerado processo de urbanização, cuja consequência principal é a grande concentração demográfica e a óbvia falta de uma política urbana adequada que realmente atenda às necessidades geradas desse adensamento populacional, registrou-se uma profunda degradação do ambiente citadino que trouxe graves consequências na qualidade de vida das pessoas. Entretanto, percebe-se, palpavelmente, uma evolução no processo das políticas ambientais, através do Direito Constitucional que obviamente detém o primado e se impõe sobre os demais direitos.

Poder-se-ia, neste ponto da dissertação, comprovar a indispensável e importante contribuição desse Direito para esta galopante evolução da Legislação Ambiental, nos últimos anos. Bastaria um rápido passeio sobre o histórico das Constituições Brasileiras, não sem lembrar que *"a história de um povo pode ser a história da sua Constituição"*.

Ressalta-se também que, é o óbvio, a mutabilidade das leis refletem as transformações políticas e sociais ou, como querem outros, talvez sejam estas que exijam a adaptação às novas circunstâncias. Sem dúvida, um verdadeiro círculo vicioso.

A Legislação Ambiental, ramo novo do Direito, é dessa reflexão o melhor testemunho. A lei precisa ser mudada porque não mais atende às necessidades que deveria prover. Perde sua eficácia, torna-se obsoleta e é substituida por outra que atenda melhor aos novos tempos. Da mesma forma vão surgindo novos e outros ramos do Direito para atender à dinamicidade da sociedade humana. Por tais razões a lei e o Direito também têm que ser dinâmicos.

A legislação, todos o sabem, envelhece, na mesma proporção em que a sociedade se transforma. Não é à toa que os doutrinadores comparam a lei a um *"organismo vivo"*: tem um período de gestação, nasce, tem seu período de apogeu, torna-se velha e morre.

unesp

2. COMENTÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL FEDERAL

Preliminarmente para não se delongar, apresenta-se os comentários sobre os resultados apurados da análise da legislação maior, ao longo de sua história, como um dos resultados deste trabalho.

2.1 - CARTA DE TOMÉ DE SOUZA (BRASIL COLÔNIA)

Começa-se pela historissíssima Carta de Tomé de Souza, outorgada por D. João III, Rei de Portugal ao Brasil Colônia, em 1549. Esse documento ficou conhecido como o Regime de Tomé de Souza e é por muitos constitucionalisitas considerado como uma verdadeira Constituição, que objetivava disciplinar a atividade colonizadora.

Praticamente nada encontrou-se neste primeiro laivo antiquado ou nada mais que um arremedo de Constituição, mas encarada por alguns autores como uma autêntica Constituição, ao nível de sua época, sobre o Meio Ambiente. Mas entre seus dispositivos encarava oficialmente os índios *"não como um selvagem perigoso contra o qual se deveriam tomar medidas cautelares, mas como seres de mansas tríbus, que deveriam ser confinados em suas terras e com os quais não se poderia, em nenhuma hipótese, comerciar armas, sob as penas mais severas".* Sem dúvida já era uma remota preocupação com a primitiva vida dos silvícolas, numa época em que jamais se pensou ou mesmo houve qualquer nesga de preocupação com o Meio Ambiente ou com a denominada vida selvagem.

2.2 - CONSTITUIÇÃO DE 1824 (BRASIL IMPÉRIO)

Da Carta Constitucional do Império, praticamente a primeira Constituição do Brasil, outorgada pelo Imperador Pedro I, a 22 de abril de 1824, nada constou que pudesse ter o mínimo liame que fosse com o

Meio Ambiente. Foi totalmente omissa e, por razões óbvias, quem naqueles tempos tinha alguma preocupação ecológica? Este era um problema para mais de um século mais tarde.

2.3 - CONSTITUIÇÃO DE 1891 (BRASIL REPÚBLICA)

Da mesmíssima forma a Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a denominada Republicana, foi omissa. Entretanto, através da Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926, que deu nova redação ao artigo 72 e seus parágrafos, escapou desse *pecado*. Assim no § 17, letra "a" e "b", apresenta algum resquício visando o Meio Ambiente e, é só.

2.4 - CONSTITUIÇÃO DE 1934

Já a Constituição Federal de 1934, promulgada em 16 de setembro de 1934, sob a pressão da Revolução de 1932, continha vários dispositivos que, indiretamente, tinham por finalidade a proteção do Meio Ambiente, entre eles o Título I - Da Organização Federal; Capítulo I - Disposições Preliminares, Artigo 5º, inciso XIX, letras "j" e "m"; Título IV - Da Ordem Econômica e Social, artigo 118 e artigo 119, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º; artigo 129 e artigo 130. Sem dúvida um razoável avanço.

2.5 - CONSTITUIÇÃO DE 1937

Assim também a Constituição de 1937, a denominada de *"A Polaca"*, outorgada a 10 de novembro de 1937, por Getúlio Vargas, que assumiu ditatorialmente o poder. Também trouxe em seu bojo alguns dispositivos voltados ao Meio Ambiente, por exemplo: o artigo 16, inciso XIV; o artigo 18, em sua alínea "a"; o Artigo 36, alínea "b"; artigo 37, alínea "b"; e o artigo 143, e seu parágrafo 1º, 2º, 3º, e 4º; artigo 144; artigo 154; e, o

adendo à Constituição de 1937, decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, no artigo 32, incisos II, III, IV, e XIV; e artigo 37, alíneas a, b, c, e d; ainda a Lei Constitucional nº 6, de 13 de maio de 1942, no seu artigo único que dá nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 143.

2.6 - CONSTITUIÇÃO DE 1946

A Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro de 1946 pela própria Mesa da Assembléia Constituinte, também apresentou algumas preocupações com o Meio Ambiente em seus artigos 5º, inciso XV, letra "l" e "r"; artigo 15, inciso III; artigo 34, inciso I e II; artigo 35; artigo 152; e artigo 153, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º; ainda na Emenda Constitucional nº 17, de 26 de novembro de 1965, artigo 5º, parágrafo 6º, inciso V.

2.7 - CONSTITUIÇÃO DE 1967

A Constituição de 1967, que teve um simulacro de promulgação pelo próprio poder Legislativo Federal, mas que em realidade foi outorgada pela ditadura militar que na oportunidade detinha o poder, a 24 de janeiro de 1967. Esta, de certa forma, procurou preservar através de alguns dispositivos, determinados interesses sobre o Meio Ambiente. No artigo 4º e seus incisos I, II, III e IV; bem como no artigo 5º e artigo 8º, inciso XVII, alínea "h", "i" e "o"; artigo 161 parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º.

2.8 - CONSTITUIÇÃO DE 1969

A Carta de 1967 se encerrou com A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Tal Emenda, considerada por muitos constitucionalistas como um arremedo de Constituição, foi outorgada pela Junta Militar que passou a governar o país após a morte do General Costa e Silva, ditador de

plantão. Como sua antecessora, no artigo 4º e seus incisos I, II, III e IV; artigo 5º e artigo 8º, inciso XVII, letras "h" e "i"; artigo 168, parágrafos 1º, 2º e 3º; e artigo 198, parágrafos 1º e 2º; os mesmos dispositivos, com vistas ao Meio Ambiente.

2.9 - CONSTITUIÇÃO DE 1988

Foi a Constituição Federal de 1988, promulgada pelo próprio Congresso Constituinte, presidida pelo Deputado Federal Dr. Ulisses Guimarães, a 5 de outubro de 1988, a grande propulsora do movimento ambientalista no Brasil, com a inserção de um capítulo específico sobre o Meio Ambiente em seu bojo, que focaliza o assunto, deixando claro que o tratamento do problema ultrapassa a simples proteção dos recursos ambientais. Indo além e interligando ambiente enquanto suporte de vida.

Aliás, em termos de legislação maior, é exatamente a Constituição Federal de 1988, a grande responsável pelos passos gigantescos que nossa sociedade vem dando em prol do Meio Ambiente. Não ficou só adstrita a um capítulo específico já acima citado, qual seja o Capítulo VI - Do Meio Ambiente, com seu artigo 225, seus parágrafos e incisos, do Título VIII - Da Ordem Social, mas em seus dispositivos vamos encontrar inúmeras outras inserções que interessam diretamente ao problema do Meio Ambiente.

Há referências diretas e indiretas sobre o Meio Ambiente em mais de uma dezena de títulos e capítulos com seus respectivos artigos, parágrafos e incisos.

Portanto, pode-se e deve-se destacar, além do acima citado artigo 225 com sua especialidade, outros mais que têm implicações diretas e indiretas com a problemática do Meio Ambiente ou denotam preocupações com a mesma.

Dentre eles cita-se o artigo 1º, que vem inserido no Título I, dos Princípios Fundamentais, que estabelece a estrutura básica do

Estado Brasileiro, sua unicidade tripartida em áreas de competências hierarquizadas e a forma democrática de governo, que enseja uma participação popular em assuntos de interesses sociais.

O artigo 5º, do Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que determina a igualdade de todos os membros da sociedade nacional, sem qualquer distorção ou discriminação e, no inciso LXXII, legitima o direito de todo cidadão defender, através de ação popular atos, lesivos contra bens públicos em geral, onde textualmente insere o Meio Ambiente.

No bojo do artigo 23, do Capítulo II, da União, que estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos incisos VI e VII, onde novamente trata da proteção dos interesses do Meio Ambiente. Assim também no artigo 24, incisos VI, VII e VIII determina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre o importante e momentoso assunto.

Ainda no Título IV, da Organização dos Poderes, em seu Capítulo IV, das Funções Essenciais no artigo 129, inciso III determina as Funções Institucionais do Ministério Público em relação a inquérito civil e ação pública para a devida proteção do Meio Ambiente e outros interesses sociais.

Vem o Meio Ambiente também acolhido nos artigos 170, inciso VI e 174, § 3º do Capítulo I dos Princípios Gerais da Atividade Econômica; Título VII, da Ordem Econômica e Financeira.

É novamente lembrado nos artigos 200, inciso VIII, seção II, da Saúde do Capítulo II, da Seguridade Social; e no 216, inciso V da Seção II, da Cultura, do Capítulo III da Educação e Cultura do mesmo título, onde também se insere o específico e já citado Capítulo VI do Meio Ambiente com todas as implicações.

Assim observe-se: realmente ocorreu um grande avanço da lei maior, que vem influindo positiva e poderosamente na Legislação Ambiental, seja complementar ou ordinária.

unesp

Foi da maior relevância, a fixação de competências para legislar, considerando, e isto é fruto das mais variadas épocas e circunstâncias, que toda a legislação constitucional anterior à de 1988, pouco se preocupou com o Meio Ambiente. Alvissareiramente se registra este progresso da Constituição de 1988, nesse campo.

Sem dúvida, grandes passos evolutivos foram dados pela legislação maior, que demonstram cabalmente também os progressos da sociedade brasileira em termos nacionais, educacionais e culturais.

3. COMENTÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA FEDERAL

Além destes resultados apurados de sucinta análise das Constituições Federais e Estadual (São Paulo) ainda cabe comentários de algumas normas complementares ou ordinárias federais que se julgam também altamente relevantes.

Antes de se prosseguir é preciso que se esclareça que toda norma, de qualquer natureza, é importante, pois atende a uma época, aos anseios e expectativas da sociedade, no afã de impor respeito e preservar algo que a ela é cabe. Não foi estabelecido um critério de relevância.

Foge-se, portanto, à análise e comentários da Legislação Ambiental do país, como um todo, pois seria um desperdício de tempo com normas que em sua maioria são fugazes, face à evolução do Direito Ambiental.

Segundo Ventura e Dambelli (1996, p. XI), que vem em socorro da dissertação:

> *"A explicação é simples e o problema complexo: o meio ambiente é uma área de abrangência tão generalizada, que nenhuma atividade humana escapa ao seu campo de relações. Toda ação antrópica, por mais banal que possa ser, não deixa de produzir um impacto ambiental,*

> *ainda que irrelevante. Não bastasse isso, é uma área que envolve não só conhecimentos jurídicos (direito e obrigações), mas, também, conhecimentos de engenharia ambiental (como fazer algo em harmonia com o meio ambiente).*"

Nestas condições destacou-se ainda para uma análise sucinta e comentários a apresentar-se como resultados da pesquisa; obedecendo-se apenas à cronologia das datas:

- o Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934;
- a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961;
- a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;
- o Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967;
- o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975;
- o Decreto-Lei nº 1.809, de 07 de outubro de 1980;
- o Decreto nº 97.946, de 11 de julho de 1989;
- o Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994;
- a Lei nº 9.055, de 19 de junho de 1995.

3.1 - DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934

Este decreto estabeleceu o denominado Código de Águas.

Reveste-se de suma importância no campo da Legislação Brasileira por seu pioneirismo e antiguidade.

Pioneirismo porque foi praticamente uma das primeiras normas jurídicas específicas na área do Meio Ambiente.

Antiguidade porque é uma lei que já ultrapassou os 60 anos de idade, muito embora renovada e reforçada através de legislação complementar:

1. o Decreto-Lei nº 852, de 11 de novembro de 1938, que mantém, com modificações o Decreto nº 24.643/34, razão destes comentários, e dá outras providências;
2. o Decreto-Lei nº 3.763, de 25 de outubro de 1941, que consolida disposições sobre águas e energia elétrica e dá outras providências; e
3. a Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuva do mar, e dá outras providências.

Entretanto sua importância não se cinge somente a estes aspectos. Regula o uso dos mananciais de água que servem à sociedade brasileira, elemento que leva os Estados a lhe dispensarem atenções especiais por meio de legislações próprias no afã de defendê-la.

As Nações Européias criaram até a chamada *Carta das Águas*, em razão de sua extrema importância. Nela está explicitado que não há vida sem água, um precioso bem, indispensável a todas as atividades humanas. Mais ainda, toda e qualquer alteração de sua qualidade é prejudicial à vida humana e de todos os seres vivos que dela dependem.

Este pequeno arrazoado de per si, basta para deixar claro a imprescindibilidade da água para o homem e justificar a necessidade de uma legislação protetora.

Neste aspecto o Brasil laborou muito bem e este Decreto foi sem dúvida um verdadeiro marco no ambientalismo brasileiro!

unesp

3.2 - LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961

Esta lei, embora bem anterior à Constituição Federal de 1988, mantém paradoxalmente, íntima correlação complementar com o inciso V, do artigo nº 216, da Constituição Federal promulgada em 1988.

Diz-se paradoxalmente, porque se refere no seu artigo 1º, ao artigo 175 da Constituição Federal de 1946, já revogada.

Entretanto, apesar disto mantém-se atualizada e, por esta razão, em vigor, legislando sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Reveste-se de grande relevância em razão da infeliz ignorância que grassa na sociedade brasileira, que a nada respeita, principalmente no tocante à História. Desconhecem que o presente, sem passado, não tem futuro. Ao longo da dissertação muito se disse sobre esta problemática.

A Lei nº 3.924/61, quer regular e proteger todos os sítios e monumentos arqueológicos ou pré-históricos existentes no Brasil e patrimônio de sua sociedade. Estabelece regras para seu estudo e escavações necessárias, bem como penalidades para o que vier a ocorrer aleatoriamente sem o consentimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.3 - LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Institui, para o território nacional, um novo Código Florestal.

Já no "CAPUT" do artigo 1º deixa claro que:

> *"As Florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comuns a todos os habitantes do País..."*

Seu grande valor está em proteger o grande patrimônio brasileiro, constituído das maiores e últimas Reservas Florestas Naturais existentes no mundo de hoje.

Por incrível que possa parecer a defesa é principalmente mais contra os seus legítimos proprietários, a sociedade brasileira, que lamentavelmente é sua maior predadora, do que contra grupos alienígenas que também, infelizmente, na calada, indiscriminadamente a exploram.

Esta Lei, tem recebido complementação e algumas modificações em seus dispositivos, que a atualizam, através de outras normas, decretos, portarias e resoluções. Entre elas podem-se registrar: Lei nº 7.803/89; Lei nº 6.938/81; Lei nº 6001/73; Lei nº 7.799/89; Lei nº 5.870/73; Decreto nº 91.304/85; Decreto nº 84.917/79; Decreto nº 97.635/89; Portaria IBAMA nº 732/91; Portaria IBAMA nº 48/95; Resolução CONAMA nº 004/85; e muitas outras...

3.4 - DECRETO-LEI Nº 289, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Sua relevância está exatamente na criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Órgão formulador da Política Floresta, orientador, coordenador e executor das medidas de utilização racional, da proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento florestal, de acordo com a legislação vigente no país, conforme está estatuído em seu artigo 1º.

O Decreto-Lei regula, portanto, o funcionamento deste Instituto, fundamental na preservação de nossas matas naturais, motivo de cúpida ação de interesses escusos, internos e externos.

3.5 - DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975

Este Decreto-Lei obriga as indústrias já instaladas, ou por se instalar no território brasileiro, a tomarem todas as medidas que se fizerem necessárias para prevenir, corrigir os problemas causados pela poluição e contaminação do Meio Ambiente.

Isto já demonstra a sua importância e valor para a sociedade humana, muitas vezes alheia aos perigos que a poluição industrial representa para a saúde pública e para o Meio Ambiente.

3.6 - DECRETO-LEI Nº 1.809, DE 07 DE OUTUBRO DE 1980

O Decreto-Lei nº 1.809/80, regulamentado pelo Decreto nº 623, de 04 de agosto de 1992, institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

Objetiva assegurar o planejamento, a coordenação de ação conjunta e a execução continuada de providências que atendam às necessidades de segurança do Programa Nuclear Brasileiro.

É de todos sabido que nos anos 60 o Brasil, sem o necessário conhecimento e domínio da energia nuclear, se aventurou por seus críticos e perigosos caminhos. Mesmo povos com o domínio de alta tecnologia teem passado por desastres nucleares terríveis (TREE MILES SLANDS, USA; CHERNOBIL, URSS). O próprio Brasil já teve o seu grave problema com a capsula de Césio 137, aberta em Goiânia, capital do Estado de Goiás, de trágicas consequências e repercussão internacional.

Só resta a coibição da legislação para proteger a saúde de seu povo.

Este o mérito deste tímido Decreto-Lei.

unesp

3.7 - DECRETO Nº 97.946, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a Estrutura Básica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Relevante órgão que tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais, conforme reza no seu artigo 1º. Tem mais 17 finalidades especiais, previstas em incisos do artigo citado.

Como se pode observar através dos objetivos formulados para o Instituto, suas funções são extremamente amplas e se agravam ainda mais, levando-se em conta que tem, sob sua responsabilidade, todo o território nacional.

Pelo que se tem observado, tem agido com sucesso no comprimento de suas obrigações de, especificamente, zelar pelo Meio Ambiente, a fim de evitar a degradação do que ainda resta por inteiro.

Assim como a LEI Nº 4.771/65, já comentada, este Decreto tem também recebido modificações e complementações de outras normas. Destacam-se a Lei nº 8.028/90.

Deduz-se das finalidades do IBAMA, apuradas através do Decreto nº 97.946/89, que se trata de um super órgão.

Oxalá atenda realmente às razões pelas quais foi criado!

3.8 - DECRETO Nº 1.298, DE 27 DE OUTUBRO DE 1994

O presente Decreto nº 1.298/94, estabeleceu o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN pelo Poder Público. Tem por finalidade precípua o reconhecimento de patrimônio natural, particular, por iniciativa de seu próprio proprietário. O mesmo deverá requerer junto da Superintendência do IBAMA, da Unidade

Federativa em que se encontrar seu imóvel, o reconhecimento integral ou parcial do mesmo como RPPN.

Trata-se de legislação que tem por escopo o aumento de áreas naturais protegidas, mediante compromisso de seus proprietários particulares.

Medida sem dúvida muito interessante em tempos de preocupação preservacionista.

3.9 - LEI Nº 9.055, DE 19 DE JUNHO DE 1995

Os objetivos desta Lei são a disciplinação da extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbestos / amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, o que se observa de sua própria ementa.

Não é nenhum segredo que o asbestos / amianto são provocadores de gravíssimas doenças no aparelho respiratório de quem as manipula. São produtos considerados cancerígenos por excelência e altamente poluidores do Meio Ambiente.

Sendo assim, é o próprio óbvio, que os Poderes Públicos, responsáveis também pela saúde pública, se preocupem com a extração e manipulação dessa matéria prima que tem larga aplicação industrial.

Dessa forma lança mão da Lei nº 9.005/95 para manter sob controle a segurança, higiene e medicina do trabalho, que deverão ser fiscalizadas, monitoradas e ter controlados todos os riscos de exposição das pessoas que o manipularem.

Não há como se pôr em dúvida a importância e relevância dessa Lei, num país onde predomina, infelizmente, a ignorância e insensibilidade.

4. COMENTÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda como resultado das pesquisas e consequências mais imediatas da legislação constitucional federal, em particular no que se refere ao Estado de São Paulo e sua Constituição Estadual, promulgada pela sua Assembléia Legislativa a 05 de outubro de 1988, a seu nível de competência registrou, também, sua preocupação com a preservação, a qualquer custo, do Meio Ambiente. Assim é que todo o seu Capítulo IV, do Título VI - Da Ordem Econômica, com suas Seções I, II e III, e todos os seus artigos, incisos e parágrafos, se voltam para o Meio Ambiente, Recursos Naturais e Saneamento.

Iniciativa séria e importante, mas antes de tudo ditada pela sociedade paulista, já bastante evoluída e consciente dos resultados altamente negativos das agressões indiscriminadas, que vinha sofrendo o Meio Ambiente em seu território. A tal ponto que levou São Paulo a ter como frutos a incúria e ações inconsequentes de cidadãos egoístas e ignorantes, que não respeitam por racionalidade o bem que é de todos. Só o fazendo via coação das Leis, que têm de ser cada vez mais severas.

Ainda resta por ressaltar, na Constituição Paulista:

- a Seção I - Do Meio Ambiente: artigo 191; artigo 192 e os § 1º e § 2º; artigo 193, incisos de I à XXI e seu parágrafo único e alíneas "a" e "b"; artigo 194 e seu parágrafo único; artigo 195 e seu parágrafo único, artigo 196; artigo 197 e seus incisos de I a VI; artigo 198 e seus incisos de I a III; artigo 200; artigo 201; artigo 202; e artigo 203;
- a Seção II - Dos Recursos Hídricos; artigo 205, e seus incisos de I a VII; artigo 206; artigo 207; artigo 208; artigo 209; artigo 210 e seus incisos de I a V, e seus parágrafo único; artigo 211 e seu parágrafo único; artigo 212; e artigo 213;

- a Seção III - Dos Recursos Minerais; artigo 214 e seus incisos de I a V; e

- a Seção IV - Do Saneamento: artigo 215 e seus incisos de I a III; e artigo 216 e seus § 1º, § 2º e § 3º.

5. COMENTÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, sempre esteve à frente de inúmeras iniciativas, em razão do denodo e dinamicidade de seus habitantes, principalmente no que se refere ao Campo da Ciência do Direito.

Face a estas marcantes características, não ficaria para trás em relação ao Direito Ambiental, de recente criação.

São Paulo conta com inúmeras normas sobre o Meio Ambiente, cujo levantamento também foi efetuado pela pesquisa que desembocou na presente dissertação.

Para não se demorar no ASSUNTO far-se-á um comentário geral sobre a legislação ordinária sobre o Meio Ambiente no território paulista, citando é claro as que forem julgadas de *"maior valia"*.

Inicialmente, como nos demais assuntos já abordados, foram realizados os levantamentos de todas, ou quase todas, as leis sobre o Meio Ambiente no âmbito e competência do Estado de São Paulo.

Aqui também foi encontrado um grande número de normas que se aplicam ao seu território, com a finalidade de se superar as dificuldades e agressões contra o Meio Ambiente.

Realizados os estudos e análises da legislação encontrada, chegou-se à conclusão, e tudo o demonstra de que os poderes Executivo e Legislativo do Estado de São Paulo têm laborado muito neste campo de atividade.

Estão aí as leis para o comprovar e que podem, com suas respectivas ementas, serem observadas no ítem nº 2, do Capítulo IV, da presente dissertação.

Dentre elas destacam-se:

5.1 - LEI Nº 118, DE 29 DE JUNHO DE 1973

Autorizadora da constituição da Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, que tantos benefícios vem trazendo à população paulista, no tocante ao controle e fiscalização de empresas industriais que contribuem com a poluição ambiental.

O parágrafo único do artigo 1º, determinava que a empresa terá foro na cidade de São Paulo e filiais, sucursais e escritórios, em qualquer ponto do território do Estado.

Não há dúvida de que a criação da CETESB, sigla com que é identificada, foi das mais relevantes para a população paulista. Haja visto que entre seus objetivos se incluem controle de água potável e residuárias; habilitação de pessoal, através de treinamento especializado; proporcionar estágios a universitários e técnicos que se dediquem aos trabalhos ligados à engenharia sanitária; e outros.

Outro ponto altamente interessante, observa-se no § 2º, do artigo 5º, onde promove uma espécie de *"abertura"*, para que os interessados: pessoas físicas ou jurídicas, em participar do capital da Companhia, possam fazê-lo.

5.2 - LEI Nº 7.750, DE 31 DE MARÇO DE 1992

Rege a Política Estadual de Saneamento.

É conhecida a importância do Saneamento para a população humana. Por tal razão não há governo que não realize milionários

investimentos nesta área, que se convencionou chamar Saneamento Básico. Ou seja, o mínimo necessário para a defesa da saúde pública.

É uma lei de vanguarda e de alto interesse para a salubridade e qualidade de vida e seus objetivos de extrema relevância, principalmente para as populações menos favorecidas.

Em seu artigo 8º, § 2º, estabelece diretrizes para o Plano Estadual de Saneamento quadrienal, a ser elaborado com base em Planos Regionais de Saneamento Básico, portanto compatível com a realidade de todo o território do Estado, os quais têm o conteúdo estabelecido pelo artigo 10, com seus incisos e parágrafos.

Criou o Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, e as Comissões Regionais de Saneamento Ambiental - CRESAN, órgãos colegiados consultivos e deliberativos de nível estratégico. Compostos, organizados e têm sua competência e funcionamento definidos em regulamento da própria Lei nº 7.750/92.

5.3 - DECRETO Nº 14.806, DE 04 DE MARÇO DE 1980

Norma de grande interesse para determinadas regiões do Estado de São Paulo, pois institui o Programa de Controle da Poluição Industrial, grande responsável pelas agressões ao Meio Ambiente, particularmente na denominada Região Metropolitana.

Incumbe à Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico - CETESB - e este é um ponto altamente relevante, de aprovar ou recomendar a relocalização de indústrias ou partes da mesmas, para regiões onde as legislações federais, estaduais e municipais, o permitam.

Ainda à mesma CETESB, por força do artigo 5º, caberá a análise dos projetos a serem assistidos com recursos do Programa e a fiscalização de sua execução.

5.4 - DECRETO Nº 24.932, DE 24 DE MARÇO DE 1986

Estabelece, depois de séria argumentação, duas importantes e delicadas instituições na intransigente defesa do Meio Ambiente, para todo o Estado de São Paulo: o Sistema Estadual do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Sem dúvida, foi de suma importância a criação destes órgãos, cujos objetivos, do sistema estadual é a promoção, a preservação, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental, bem como a promoção de elaboração e aperfeiçoamento da legislação protetora do Meio Ambiente e, naturalmente outras providências; da secretaria, que tem como campo funcional, a coordenação, a orientação e a integração, em âmbito estadual, das atividades próprias do Sistema Estadual do Meio Ambiente; e, diversas outras funções, estatuídas pelo artigo 10 e seus incisos.

Estabelece também a estrutura funcional do Sistema e da Secretaria.

6. CONCLUSÕES

Conforme já ficou convencionado, em razão do excessivo número de normas existentes também neste nível de competência, comentou-se apenas algumas normas de relevância, para se prestarem como panorâmica visão da legislação desenvolvida e em vigor no Estado de São Paulo.

É preciso que fique claro, ao se encerrar este capítulo, que o Estado de São Paulo, em virtude de sua diferenciada situação de grande parte dos outros Estados que compõem a Federação Brasileira, não deve, efetivamente, servir de parâmetro comparativo. Não é justo e nem justificável. Infelizmente, não há um padrão, o qual nos lembra Jacques Lambert em sua obra: **Os Dois Brasís**, ou seja os violentos contrastes de miséria; riqueza e injustiça social, existentes ainda no Brasil de hoje.

unesp

O Estado de São Paulo, nesse âmbito caminha bem. Do que se pode apurar conta com farta legislação entre leis, decretos, portarias, resoluções, deliberações, instruções e demais normas para coibir os excessos e abusos que lamentavelmente ocorrem e vêm ocorrendo no tocante à predação do Meio Ambiente.

CAPÍTULO VI

COMENTÁRIOS SOBRE AS LEIS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE BAURU

1. Introdução

Foram vistas e analisadas todas as normas nos níveis de competência da União, do Estado de São Paulo e do Município de Bauru-SP, encontradas durante a realização da pesquisa.

No Capítulo V, foram tecidos comentários gerais sobre a legislação levantada e estudada e, algumas, numa gama de mais de cinco dezenas de leis de toda a ordem, foram pinçadas com o propósito de servirem de amostragem.

Dessa forma atendeu-se aos objetivos propostos e formulados. Na Introdução, a exceção da proposta para um anteprojeto de

Código Ambiental para o Município de Bauru-SP, para pretensamente servir de modelo a outros Municípios do Estado de São Paulo, que será formulado neste Capítulo.

2. Legislação Existente

Durante a realização das pesquisas que objetivavam levantar toda as normas existentes, no Município de Bauru, foram encontradas inúmeras leis e alguns decretos que estão relacionados no Capítulo IV, ítem 2.3, todos voltados à problemática ambiental.

Percebe-se que há grande interesse e vontade por parte da nobre Câmara de Vereadores, em controlar as agressões contra o Meio Ambiente, em passado relativamente recente, no momento em que toda a humanidade começava a despertar para um espírito ecológico.

Assim é que as primeiras preocupações foram mais com a denominada poluição sonora.

2.1 - LEI Nº 2423, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1982

Pelos idos de 1982, a 21 de dezembro, o Prefeito Municipal, da época Sr. Osvaldo Sbeghen, sancionou e promulgou a Lei nº 2423, ainda vigente, com algumas alterações, dispondo sobre *sons urbanos*. Foi praticamente, pelo que consta, a primeira norma anti-poluição (sonora) aplicada no Município de Bauru.

A partir de então, outras leis e decretos, com os mesmos objetivos foram sendo formulados no afã da defesa do Meio Ambiente (v. Cap. IV, ítem 2.3).

2.2 - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BAURU-SP, DE 05 DE ABRIL DE 1990

Bauru, cidade progressista, sempre esteve na vanguarda em coisas até de somenos importância. Não poderia ser diferente, nesse novo campo do Direito, cujos resultados redundam em benefícios para a própria comunidade. Serviu e tem servido de exemplo para diversos outros municípios.

Além de inúmeras leis acolhedoras desse novo ramo jurídico, que conta com pouco mais de 20 anos, em 05 de abril de 1990, a sua Câmara Municipal, reunida em Poder Constituinte Municipal, decretou e promulgou a Lei Orgânica do Município de Bauru-SP.

Fato auspicioso que trazia um verdadeiro ineditismo na matéria. No seu Título IV, Da Política Urbana e De Planejamento Municipal, em seu Capítulo II, com seus Artigos de 146 a 158, mais seus Parágrafos, cuidava essencialmente Do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais. E, o mais relevante, além de estabelecer *a coleta diferenciada de resíduos sólidos industriais e hospitalares, de clínicas médicas e odontológicas, de farmácias, de laboratórios de patologia, de núcleos de saúde e outros estabelecimentos cujos resíduos possam ser portadores de agentes patogênicos*; (Artigo 153 e seus Parágrafos); a constituição *do patrimônio ecológico da cidade, insusceptíveis de outra destinação...* (Artigo 147 e seu Parágrafo Único); determina no Artigo 148 que: *No currículo das escolas públicas municipais, será incluída educação ambiental, objetivando a conscientização da preservação do meio ambiente*. Outra vez a cidade na vanguarda...

A Lei Orgânica do Município de Bauru, não parou por aí na defesa intransigente do Meio Ambiente.

Há outros Capítulos e Seções, onde estão inseridos um ou mais artigos, cujos motivos também integram a preservação do Meio Ambiente como bem de todos e patrimônio universal.

Além dos voltados essencialmente para a natureza há os que no meio citadino se preocupam com a *preservação e restauração do patrimônio histórico e cultural do Município* (Artigo 136 e seu Parágrafo Único); *o uso e o parcelamento do solo urbano* (Artigo 159); a ordenação da expansão dos núcleos urbanos (Inciso II); a prevenção e correção das distorções do crescimento urbano (Inciso II), a contenção da excessiva concentração urbana (Inciso III), o controle do uso do solo e suas diversas alíneas (Inciso IV), todos do artigo 160.

Ainda no Capítulo IV, Do Sistema Viário e dos Transportes, pode-se se destacar o Artigo 162, que dispõe sobre o transporte de produtos químicos, tóxicos e de cargas perigosas pelo sistema viário do Município, determinando responsabilidades aos infratores pelos danos causados ao meio ambiente, patrimônio e aos bens públicos.

Cite-se ainda o Título V, Da Seguridade Social, no seu Capítulo II, Da Saúde, que no seu Artigo 178 textualmente diz: *A saúde implica os seguintes direitos fundamentais:*

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental.

Há ainda muitas outras citações e comentários a se fazer só dos dispositivos da Lei Orgânica do Município de Bauru-SP. Encerra-se o assunto por aqui, pois há outras leis municipais de muito valor a serem comentadas.

2.3 - LEI Nº 3089, DE 24 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bauru que no seu Artigo 1º, no inciso XI, registra a Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA e, no Artigo 10 estabelece a estrutura desta Secretaria que, sem dúvida é uma, dentro do problema Meio Ambiente,

das melhores criações do legislador bauruense, para este final de século e milênio, onde o homem se deu conta de que os recursos da terra, sem a parcimônia, eram exauríveis. E, início do 3º milênio, o milênio da Ecologia, da esperança, da racionalidade.

2.4 - LEI Nº 3310, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Que objetiva disciplinar a arborização urbana de domínio público do Município, evitando o corte e poda indiscriminada de árvores e vegetais, propriedade e patrimônio de todos os munícipes.

2.5 - LEI Nº 3372, DE 29 DE AGOSTO DE 1991

A criação do Centro de Controle de Zoonoses do Município pela Lei nº 3372, de 29 de agosto de 1991.

2.6 - LEI Nº 3832, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Institui o Código Sanitário do Município de Bauru, regulamentada pelo decreto nº 7.532, de 30 de dezembro de 1994, que, já no Parágrafo Único do Artigo 6º faz referência ao Meio Ambiente e, no seu Livro III, Saneamento do Meio, Capítulo I, Saneamento Ambiental e Organização Territorial, Título I, Disposições Gerais e Transitórias em seus Artigos e respectivos Incisos envolve Saúde e Meio Ambiente. Resumindo, esta Lei contém Quatro Livros, com inúmeros Capítulos, totalizando 228 Artigos e um elevado número de Parágrafos e Incisos, todos voltados à saúde do munícipe e envolvendo sempre o Meio Ambiente, dada sua extrema importância para a saúde pública.

É evidente que existem outras normas que poderiam também passar pelo crivo de uma rápida análise comentada, a exemplo do que já se fez, entretanto entende-se que o realizado é mais do que suficiente

e dessa forma encerram-se os comentários sobre a legislação do Município alvo e parte-se para a Proposição da Dissertação.

3. PROPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Como se pode observar da leitura dos comentários de parte da legislação esparsa, existente no Município de Bauru, ela é até bastante razoável em alguns casos, parece que simplesmente o legislador, sem maiores preocupações, as atirou ao ar. Talvez mais movidos pela demagogia política do que pela sensibilidade do estadista.

Apesar dessa crítica negativista, desairosa e mordaz, é preciso que se reconheça a qualidade de grande parte dessa legislação produzida sem as preocupações de um planejamento estudado e mais sério e consequente para uma sociedade sequiosa de mais responsabilidade por parte de quem a conduz, governa e a encaminha para um futuro de melhor qualidade.

O Município de Bauru, alvo e razão principal do estudo, como é de conhecimento geral, é um dos menores municípios do Estado. Foi criado pela Lei Estadual nº 428, de 1º de agosto de 1896. Acha-se encravado em sua porção central, com 720 Km^2, com uma população estimada, para 1996, em 303.728 habitantes, nas zonas urbana e rural.

Limita-se com os municípios de Reginópolis (N), Avaí (NO), Arealva (NE), Pederneiras (L), Agudos (S) e Piratininga (SO) e, tendo por sede a cidade de Bauru, com uma população também estimada para 1996, em 297.349 habitantes.

Alberga uma das unidades da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", afora outras Universidades, uma estadual e outras duas particulares que se apresentam no cenário intelectual do Município, que mais vem se desenvolvendo no Estado nos últimos tempos.

Sua cidade sede, em razão de sua dinamicidade tem projeção nacional e apresenta uma multiplicidade de atividades que a tornam uma das mais dinâmicas do Estado e quiçá do país.

Entretanto, o mais relevante para este trabalho é que abriga as últimas reservas, remanescentes do "cerrado paulista", que tem sido uma constante preocupação do preservacionismo e das autoridades municipais, face ao avassalador crescimento da cidade, que põe em risco estes últimos espaços naturais do Estado de São Paulo.

A legislação específica para o assunto em pauta é bastante razoável, porém esparsa e incipiente. Necessita de uma expansão e um melhor ordenamento para, inclusive, agilizar sua aplicabilidade, no afã de deter os excessos e abusos, porém sem os radicalismos prejudiciais aos interesses da sociedade.

Entende-se dessa forma que poderá até servir de exemplo e modelo para outros municípios, que apresentem as mesmas dificuldades, em relação ao tão propalado Meio Ambiente, hoje *prato de todas as mesas* e preocupação de todos os povos.

Assim é que a estas alturas da dissertação, ousa-se propor, de conformidade com o objetivo apresentado no ítem 1.2.5, da introdução, um anteprojeto de Código Ambiental Municipal.

O que se pretende é a formulação de um Código Ambiental para o Município de Bauru.

Tal Código reuniria toda a legislação existente, escoimadas às de pouca qualidade e interesse, somadas a outras a serem formuladas, obedecendo-se aos critérios necessários e ordenamentos estabelecidos na compilação de uma legislação codificada.

Os estudos iniciais para o estabelecimento de uma minuta de anteprojeto deveriam ser efetuados e efetivados por uma Comissão, da qual participassem Secretários do Município com implicações diretas com o problema do Meio Ambiente. Particularmente as Secretarias dos Negócios Jurídicos, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria

unesp

Municipal de Meio Ambiente, ainda um representante do Sr. Prefeito Municipal, representantes da CETESB, da Polícia Florestal e alguns representantes da Comunidades e Instituições como OAB e outras.

O passo subsequente: o estudo e análise da legislação Constitucional Federal e Estadual sobre o Meio Ambiente. Verificar com extremo cuidado a competência do Município.

Em seguida, estudo e análise da legislação específica sobre o assunto existente no Município, selecionando-se as normas de maior relevância.

Realizado este trabalho a Comissão deverá estabelecer, com base em outras experiências, um esquema para o anteprojeto determinando Títulos, Capítulos, Seções de conformidade com os assuntos que o Código deverá conter.

Nestas alturas a Comissão se desdobrará em subcomissões que estudarão o Título sob sua responsabilidade e desenvolverão os artigos, parágrafos, incisos e alíneas, que se fizerem necessários, sem perder de vista as posturas federais e estaduais para não colidir ou redundar e, sempre com a preocupação da subordinação, para não cair na inconstitucionalidade.

Após estes trabalhos que indubitavelmente serão de fôlego e demandará um espaço-tempo relativamente longo, a comissão voltará a se reunir para juntar o que foi realizado em separado, para compor o anteprojeto.

À guisa também de sugestão, entende-se que a tarefa poderia seguir mais ou menos o seguinte esquema:

unesp

1. Introdução:

Conterá informações gerais sobre o Meio Ambiente: breve histórico, histórico, conceitos e definições e explicações sobre a necessidade de sua codificação, a política municipal do Meio Ambiente e outros. Informações sobre a legislação constitucional federal e estadual sobre o Meio Ambiente.

2. Títulos gerais para os principais assuntos a serem transformados em normas, com respectivos capítulos e seções, e seus artigo, parágrafos, incisos e alíneas, que comportar.

3. Assuntos que poderão servir de subsídios para compor o Código, como Títulos ou Capítulos.

3.1 - Das Disposições gerais e especiais

3.2 - Da Política Municipal do Meio Ambiente

3.3 - Da Proteção à Fauna

3.4 - Da Proteção à Flora

3.5 - Da Proteção dos Rios e Mananciais

3.6 - Da Poluição Ambiental

- 3.6.1 - Poluição das Águas
- 3.6.2 - Poluição do Ar
- 3.6.3 - Poluição Sonora
- 3.6.4 - Poluição do Solo
- 3.6.5 - Águas Residuárias
- 3.6.6 - Resíduo Sólido Residencial
- 3.6.7 - Resíduo Sólido Hospitalar
- 3.6.8 - Resíduo Sólido Industrial

3.7 - Das Infrações e das Sanções

- 3.7.1 - Administrativas

unesp

3.7.2 - Penais

3.8 - Dos Atentados Contra o Patrimônio Histórico e Cultural

3.9 - Da Educação Ambiental Municipal

3.10 - Das Disposições Finais e Transitórias

É óbvio que se trata de mera proposta-sugestão e, evidente, que os "experts" e especialistas no assunto poderão contribuir com seus altos conhecimentos para algo mais adequado e perfeito, para um Código Ambiental Municipal, que se preste de modelo para os Municípios não só do Estado de São Paulo, como para Municípios de Estados co-irmãos.

É o que se espera desta modesta dissertação, desenvolvida com sacrifício, denodo, paciência e muita perseverança ao longo dos últimos seis meses.

CONCLUSÕES FINAIS

De tudo o quanto foi dito até aqui na presente dissertação sobre o tema: **A Legislação Brasileira e o Meio Ambiente: Importância da Competência Municipal - O Modelo de Bauru-SP**, embora correndo-se o risco de se redundar em algumas das argumentações a serem apostas, há muito que se enfatizar sobre vários aspectos do problema.

Afirmou-se que o mundo corre grave riscos em razão das respostas da natureza contra as agressões cometidas pelo homem em suas ações predatórias irracionais.

Ainda que a reversão do quadro fosse quase impossível, porém havia possibilidades disto acontecer.

As soluções apresentadas passavam pela Educação, fator essencial e, pelo desenvolvimento de leis severas que punissem os

unesp

crimes contra a natureza com todo o rigor, para que os impulsos predatórios fossem desestimulados via repressão. Lamentável...

Foram vistas e analisadas centenas de leis em todos os níveis de competência.

Procurou-se, sem o devido êxito, as redundâncias e colidências que se esperava encontrar , em face a prolixidade de leis. Não foram localizadas porque praticamente inexistentes.

Não há dúvidas de que em face das limitações do homem brasileiro, interpostas por inúmeras variáveis: pobreza, doenças, desesperanças e, principalmente ignorância, a saída é sempre a lei. Quanto mais complexa for a sociedade, mais leis se fazem necessárias. O que caracteriza um povo ignorante é marcadamente o desrespeito aos institutos legais.

Daí o excesso de leis no Brasil em todos os campos de atividade humana e, principalmente, neste exponencial ramo do Direito que é o Ambiental.

Escoimar os excessos legisferantes é salutar, porém só quando o grau cultural e estágio civilizatório do povo o permitirem.

A sociedade brasileira tem muito ainda por caminhar até poder romper com este cruel estigma da ignorância, que a vem impedindo de avançar. São grilhões, frutos dessa situação: o negativo individualismo, o egoísmo, a corrupção e tantos outros já denunciados ao longo da exposição, que precisam ser quebrados.

A população precisa entender a importância de se respeitar as normas existentes com todas as suas imperfeições e exigir dos detentores do poder maiores atenções para com o mais sério de seus problemas: a Educação.

Analisadas as leis levantados durante a realização da pesquisa, percebeu-se que são de razoável qualidade.

Então qual o problema? Porque tanta preocupação para com o Meio Ambiente?

unesp

Bastaria simplesmente a aplicação da lei!

Aqui outra vertente do problema: IMPUNIDADE...

De que adiantou tantas leis, nas três esferas de competência? De que adianta seu grande número e sua qualidade se não são aplicados? Se não são severamente impostas? Se não são cobradas?

O que estaria faltando? Ação por parte do poder Judiciário cuja função principal é a de guardião da lei e seu aplicador.

Cresce a insegurança. Cresce a criminalidade em todos os âmbitos, porque simplesmente não vimos aplicando a legislação existente. É lógico que há outros fatores que também contribuem, como o desemprego, a fome, a miséria.

No campo do Meio Ambiente, tão importante para a sociedade humana, que agora toma, embora tardiamente, a consciência de que corre grave risco, as coisas não poderiam ser diferentes. Aqui também a história se repete. Nada a temer. A lei está e vai ficar apenas no papel. Isto tem encorajado os candidatos à criminalidade em todos os setores de atividades deste país: desde políticos que detenham ou não o poder, empresários de sucesso, comerciantes, até religiões, que deveriam encaminhar os espíritos para a transcendência, estão tão somente preocupadas com bens materiais e estimulam seus adeptos ao descumprimento das leis para se levar *"vantagem em tudo"*.

Vivemos o momento do salve-se quem puder... A última refeição do condenado.

A velocidade com que se cometem os atos delituosos, infelizmente não tem a imediata resposta da punibilidade, do castigo, face à inércia das autoridades competentes ou à lerdeza da reação contrária, evidentemente temida pelos delinquentes, em virtude dos rituais e prazos interpostos pela lei adjetiva que comandam os processos.

Da mesma forma ocorre com a apuração do ato criminoso, nas investigações e inquéritos ou mesmo com as queixas das vítimas, embora estas inexistam na natureza, pois o Meio Ambiente não tem

unesp

voz. Silenciosamente é massacrado pelos dotados de sentidos e racionalidade, por um poder de polícia despreparado e corrupto porque, acima de tudo mal remunerado.

Os responsáveis pela apuração dos atos antejurídicos, desde os mais simples delitos praticados pelos chamados *criminosos "pés de chinelo"* e *"ladrões de galinhas"*, até os mais complexos e arquitetados por mentes doentias e desequilibradas, dos chamados crimes do *"colarinho branco"*. São lépidos contra os pequenos e tardos contra os grandes. Entram na roda e passam a ser comensais da corrupção, pois esta lhes rende mais que os caraminguados reais que recebem ao término de um mês de trabalho, enfrentando toda espécie de bandidagem.

Como se não bastasse a Justiça, cujo símbolo é uma donzela de olhos vendados, significando que está cega para todos. Na aplicação de penalidades, cega está e cega permanece principalmente para os mais apaniguados. Mantém uma espada na mão que só é brandida, eternamente contra os pequenos.

Não se espera ações diferenciadas contra os delitos assacados contra o Meio Ambiente.

Repete-se a exaustão se for o caso: Educação... Educação... Educação. Só ela sensibilizará os espíritos. Só ela desenvolverá a capacidade de raciocínio, a sabedoria, o respeito, o amor.

Não se pretende que a Educação seja panacéia universal para todos os males. Entretanto, não pairam dúvidas de que, somada a certo grau de cultura, aumenta a sensibilidade humana, eleva seu senso de honra, aperfeiçoa seu caráter e lhe imprime forte personalidade. Estes ingredientes levam a uma elevação e evolução social, que se manifestam através de estágios de civilização. Assim ocorreu, tem ocorrido e sempre ocorrerá com as nações que descobrem os caminhos a que levam a Educação.

Parafraseando-se, com muita pretensão Cristo: *"Quem tem olhos para ver que veja"*. Estão aí as grandes nações, as mais

unesp

civilizadas e desenvolvidas a servirem de amostragem desta afirmação. Chegaram a este estágio graças a polpudos investimentos no que consideram prioritário: a Educação dos seres que compõem a sua sociedade.

Propõe-se, portanto, o binômio Educação - punibilidade, para se alcançar, queimando-se etapas, resultados positivos que permitam preservar o Meio Ambiente, naquilo que ainda resta no Planeta Azul, nossa morada provisória até que cheguemos à permanente: *"Não temos aqui morada permanente, mas vamos em busca da futura".*

É evidente que toda a problemática não se atém só ao binômio referido. Há outros componentes que, num somatório, contribuem para o agravamento da situação que se está analisando.

Dentre tantos, soma-se ainda a fiscalização incipiente, quando não corrupta. O total despreparo e desconhecimento dos agentes responsáveis pelos problemas do Meio Ambiente. Os abusos e excessos cometidos por autoridades incompetentes e inconsequentes. O desamor à natureza e a profunda assimilação da fraternidade, da igualdade decantada no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

A desigual distribuição da riqueza. O desenvolvimento demográfico incontrolável, particularmente entre as nações mais pobres. A denominada poluição da miséria que apresenta a ausência de mínimas condições básicas para um digno teor de vida, que tem à frente a forma geradora da hostilidade, da desnutrição, do jejum crônico, da miséria a falta de saneamento básico, de moradias dignas que desaguam nas favelas, **sluns** e palafitas, responsáveis pela indignidade da vida promíscua. Ainda pela falta de higiene que dá como consequência maior a enfermidade. A desorganização e desestrutura familiar, a mortalidade infantil, a criminalidade e a pouca expectativa de vida.

Assim como se fala de poluição da miséria, pode-se também inferir a poluição da riqueza, que contrasta com a primeira e não é menos insidiosa. O desenvolvimento industrial, sua vertente mais

unesp

avassaladora que tudo polui com seus dejetos, desrespeitosamente sendo jogados nos rios e mananciais, originando a mortandade de peixes e da vida aquática, a destruição de preciosos alimentos para a humanidade. A transformação dos rios e ribeirões em cloacas a céus aberto, que os levam à sua morte.

A devastação das matas e florestas, com a destruição da vida animal e consequente desaparecimento de muitas espécies da outrora exuberante fauna que, ao lado do homem, ocupava os espaços naturais do planeta.

A considerar ainda o Meio Ambiente Urbano, onde também se fazem sentir os resultados da degradação produzida pela incúria humana. Gases venenosos, provenientes de motores a gasolina ou óleo diesel de automóveis e outros veículos de propulsão, infestam os ares citadinos, fazendo decair a níveis perigosos a qualidade de vida. Os ruídos provenientes de uma metrópole, infernizam a vida dos que nela habitam.

A temperatura graças exatamente aos problemas gerados pelo que os técnicos denominam de poluição ambiental, com seus nefastos e destruidores efeitos.

Campbell (1990):

> *"... Quando você se dá conta de que, se a temperatura subir cinqüenta graus e permanecer aí, a vida não existirá nesta terra, e se baixar, digamos, cem graus e permanecer lá, não haverá vida nesta terra, quando você se dá conta de como é delicado esse equilíbrio, como é importante a quantidade de água... bem, quando se pensa em todos os acidentes ambientais que propiciaram a vida, como é possível supor que a vida conhecida por nós exista em qualquer outra partícula do universo, não importa quantos satélites haja ao redor das estrelas?"*

Ainda de nefastos efeitos, originados por aquilo que se convencionou chamar de poluição da riqueza, podemos registrar a triste e lamentável especulação imobiliária que tomou de assalto a paisagem urbana.

Os espaços urbanos são hoje, em razão da velocidade do êxodo rural das últimas décadas, o retrato do caos. As massas humanas, provenientes do campo, que nela procuram um lugar ao sol, agudizam ao extremo os problemas oriundos dos transportes para o deslocamento, dos ruídos e gases provenientes dos mesmos, que, consequentemente, também aumentam a temperatura, influindo até na higiene e no preparo de alimentos.

A violência urbana hoje é patente e assustadora e deve-se ao aumento de neuroses, da agressividade entre seus habitantes que partem, em seu desespero, para uma verdadeira luta sem quartel, para o *"salve-se quem puder"*, verdadeira guerra civil não declarada. A situação é tão preocupante e perturbadora que parece desenhar o final dos tempos, apocalipticamente previstos por vários profetas.

A riqueza desmedida e a qualquer preço, também é a grande responsável pela explicação dos recursos naturais, fazendo-se antever sua extinção em curto espaço de tempo. Não bastasse isto, tem-se ainda a considerar a exploração injusta das classes menos favorecidas, dos pobres e miseráveis, que para um bom número de apaniguados, suas presenças físicas, tristes e maltrapilhos, são também uma forma de poluição que chamam de visual. A bestafera anda a solta!

Poder-se-ia aqui desfilar quase que infinitamente e de maneira alarmante as consequências da ação avassaladora e destruidora provenientes do *"id"* do homem civilizado.

É preciso que se desenvolva, no mais curto espaço de tempo possível, através de uma bem planejada estrutura educacional voltada para o Meio Ambiente, bem de todos, uma mentalidade respeitadora e preservacionista, no afã de, quiçá, salvar-se o que ainda resta da natureza e, onde for possível, recuperá-la.

unesp

Ao se dar por encerrada esta dissertação, após longo tempo de pesquisas, estudos, análises, até sua "maturação" e aposição no papel, é preciso deixar bem enfático que, existiu, existe e sempre existirá uma permanente relação entre o homem e as outras criaturas que compartilham do Meio Ambiente em que vivem.

Infelizmente, o homem ao longo de sua história tem perturbado e alterado o equilíbrio e harmonia em que vivem todos os seres existentes sobre a face da terra. Causam com isto degradações alarmantes, que põem em risco a vida, o dom mais precioso.

O homem é o grande administrador da natureza. Este papel lhe foi reservado pelo Criador de todas as coisas, que o dotou de racionalidade que o distingue, não para predá-la e destrui-la, mas conduzi-la e aperfeiçoá-la.

Entretanto, mostrou-se um administrador irresponsável e infiel dos bens que herdou de Deus. Vem usando muito mal a sua liberdade e consciência, a tal ponto que, consequentemente, vem destruindo sua própria casa e poderá, em breve, não ter onde morar. O pior é que a casa não é só sua. O egoísmo tem dito o contrário...

Na Campanha da Fraternidade de 1979, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, ficou claramente explicitado em um de seus documentos:

> "O homem e o ambiente em que vive são mais do que nunca inseparáveis: o meio ambiente condiciona de modo substancial a vida e o desenvolvimento do homem. E o homem por sua vez aperfeiçoa e engrandece este meio ambiente com sua presença, com seu trabalho, com sua contemplação. Governar a natureza significa, para a raça humana, não a destruir, mas aperfeiçoá-la, não transformar o mundo num caos inabitável, mas numa bonita casa, ordenada no respeito a todas as coisas."

unesp

Ecologicamente, o que se espera da raça humana é a formação de uma nova mentalidade, que não sucumba ao egoísmo, à ganância e ao desenfreado consumismo, mas que lhe devolva a capacidade e preocupação com o preservacionismo do ar, da água, da flora e da fauna, em resumo do meio em que se insere.

É dentro deste espírito de solidariedade humana, de respeitoso amor à natureza que se desenvolveu esta dissertação, no afã de se contribuir, para um mundo melhor!

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Renovar, 1990.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Delta S.A., 1958.

BAURU. Câmara Municipal de Vereadores. Lei Orgânica do Município de Bauru. Bauru, Imprensa Oficial, 1989.

BENJAMIN, Antonio Herman V. Dano ambiental - prevenção, reparação e repressão. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1993.

BRANCO, Samuel Murgel. O meio ambiente em debate. São Paulo, Moderna, 1988.

BRASIL. Código civil brasileiro. São Paulo, Saraiva S.A., 1975

BRASIL. Código Florestal. Lei nº 4.771, 15/09/65. Brasília, Imprensa Oficial, 1965.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1413, de 14/08/75. Brasília, Imprensa Oficial, 1975.

BRASIL. Lei nº 6938, 31/08/81. Brasília, Imprensa Oficial, 1981.

BROWN, Lester R. Qualidade de vida. São Paulo, Globo, 1991.

BROWN, Lester R. Qualidade de vida. São Paulo, Globo, 1992.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou caos. São Paulo, Nóbel, 1989.

CARVALHO, Carlos Gomes de. Introdução ao Direito Ambiental. Cuiabá, Ed. Verde Pantanal, 1990, p. 326.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. O Outro lado do meio ambiente. São Paulo, Editora Saraiva, 1993.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Legislação Estadual, controle da poluição ambiental. São Paulo, Gráfica CETESB, 1994.

Nº
BIBLIOTECA - UNESP
CAMPUS DE BAURU

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Legislação - Água para consumo humano - Potabilidade - Fluoretação. São Paulo, Gráfica CETESB, 1994.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Regiões Metropolitanas - Proteção dos Mananciais - Zoneamento industrial. São Paulo, Gráfica CETESB, 1993.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Legislação Estadual, controle da poluição ambiental. São Paulo, Gráfica CETESB, 1992.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Parcelamento do Solo - Loteamento - Desmembramento - Normas Sanitárias e Ambientais. São Paulo, Gráfica CETESB, 1993.

C.N.B.B. Manual da Campanha da Fraternidade de 1979. São Paulo, Salesianas, 1979.

CORSON, Walter H. Manual Global de Ecologia. São Paulo, Augustus, 1993.

COSTA JR, Paulo José da. Direito Penal Ecológico. São Paulo, CETESB, 1981.

CRUZ, Fernando Castro da. Das Águas. São Paulo, Universitária, 1983.

ERICKSON, Jon. Nosso planeta está morrendo: a extinção das espécies. São Paulo, Makron, MacGraw-Hill, 1992.

FELDMANN, Fábio. Guia da Ecologia. São Paulo, Abril, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Lingua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S.A., 1975.

FREITAS, Vladimir Passos. Crimes contra a natureza. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

_____. Direito Administrativo e Meio Ambiente. São Paulo, Ed. Juruá, 1993.

GOLDENBERG, Mirian. Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo, Editora Saraiva, 1993.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro, Forence, 1986.

HOGAN, Daniel Joseph. Dilemas socioambientais e desenvolvimento. Campinas, UNICAMP, 1992.

IPEA, Instituto de Planejamento Econômico e Social; CNPU, Comissão Nacional e Regiões Metropolitanas e Política Urbana; e CETESB, Cia. De Tecnologia de Saneamento Ambiental. Proposições Básicas para uma política brasileira de limpeza pública. São Paulo, Gráfica Editora Hamburg Ltda., 1978.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal. São Paulo, Editora Saraiva, 1985.

LARIGUADIE, Guy de. Estrela de alto mar. Rio de Janeiro, Agir, 1970.

LEBRET, L. J. Suicídio ou sobrevivência do ocidente? São Paulo, Dua Cidades, 1961.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 1996.

_____. Sistema Orgânico para Gestão Ambiental. Brasília, in Revista do Serviço Público nº 4, 1983.

_____. Estudos de direito ambiental. São Paulo, Malheiros, 1994.

MARX, Murile. Cidade brasileira. São Paulo, Edições melhoramentos, 1978.

MASSAMBANI, Oswaldo. Meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo, USP, 1992.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1977.

_____. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1981.

_____. Direito de construir. São Paulo, Melheiros, 1996.

MERTON, Thomas. Homem algum é uma ilha. Rio de Janeiro, Agir , 1959.

MIEZZER, Moema L. Manual Latino-Americano de Educ-Ação Ambiental. São Paulo, Editora Gaia, 1994.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. O espírito das leis. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1993.

MOSER, Antônio. O problema ecológico e suas implicações éticas. Petrópolis, Vozes, 1983.

MULLER, Arnaldo Carlos. Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo, Makron Books, 1995.

MUKAI, Toshio. Direito e Legislação Urbanística no Brasil. São Paulo, Saraiva, 1988.

NETO, Digo de Figueiredo Moreira. Introdução ao Decreto Ecológico e ao Direito Urbanístico. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1975.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente. Coletânea de Legislação Ambiental Federal e Estadual. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1990.

PINHEIRO, Antônio Carlos F. B. Ciência do ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental. São Paulo, Makron Books, 1992.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Ambiental. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. Terra dos Homens. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: cresceu sem destruir. São Paulo, Edições Vértice, 1986.

unesp

_____. Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. São Paulo, Edições Vértice, 1986.

SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial, 1989.

SEWELL, Granville Hardwik. Administração e controle da qualidade ambiental. São Paulo, CETESB, 1978.

SILVA, De Plácido E. Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro, Cia. Editora Forense, 1963.

SIMON, Cheryl. Uma terra um futuro. São Paulo, Makron Books. 1992.

SOIBELMAN, Leib. Enciclopédia do Advogado. Rio de Janeiro, Thex Editora Ltda., 1995

SORRETINO, Marcos. Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo, Editora Gaia, 1995.

VENTURA, Vanderlei José. Legislação Federal sobre o meio ambiente. Taubaté, Vana, 1996.

unesp

0810000594

unesp